



UFMA



UFPI



UFC



UFERSA



UFRN



UFPB



UFPE



UFS



UESC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

CRISTIANE NEYRE ALMEIDA DE JESUS

A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E A ATIVIDADE DE MARISCAGEM: O
CASO DO POVOADO PREGUIÇA EM INDIAROBA/SE

São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2026

CRISTIANE NEYRE ALMEIDA DE JESUS

**A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E A ATIVIDADE DE MARISCAGEM: O
CASO DO POVOADO PREGUIÇA EM INDIAROBA/SE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

Coorientador: Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Linha de Pesquisa: Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável

**São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2026**

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal de Sergipe. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade da autora, sendo a mesma, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e sua respectiva autora seja devidamente citada e mencionada os seus créditos bibliográficos.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

J58i Jesus, Cristiane Neyre Almeida de.
A (in)segurança alimentar e a atividade de mariscagem: o caso do povoado Preguiça em Indiaroba/SE / Cristiane Neyre Almeida de Jesus; orientador Adauto de Souza Ribeiro. – São Cristóvão, SE, 2026.
435 f.; il.
Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Meio ambiente - Sergipe. 2. Mariscos - Pesca. 3. Animais do manguezal. 4. Segurança alimentar. 5. Comunidades sociais. 6. Povoado Preguiça (SE). I. Ribeiro, Adauto de Souza, orient. II. Título.

CDU 502.11(813.7)

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODREMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta tese e emprestar ou vender tais cópias.

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANE NEYRE ALMEIDA DE JESUS**
Data: 13/04/2026 12:14:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristiane Neyre Almeida de Jesus

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODREMA
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Orientador

JAILTON DE
JESUS

COSTA:01309342
598

Assinado de forma digital
por JAILTON DE JESUS
COSTA:01309342598
Dados: 2026.04.14
11:37:58 -03'00'

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Coorientador

**A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E A ATIVIDADE DE MARISCAGEM: O
CASO DO POVOADO PREGUIÇA EM INDIAROBA/SE**

Tese apresentada como requisito final para
obtenção do título de Doutora em
Desenvolvimento e Meio Ambiente pela
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2026, às 14h.

Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro
DECO/DDMA/UFS
Presidente-Orientador

JAILTON DE JESUS
COSTA:013093425
98

Assinado de forma digital
por JAILTON DE JESUS
COSTA:01309342598
Dados: 2026.04.14
11:38:50 -03'00'

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa
CODAP/DDMA/UFS
Coorientador

Profa. Dra. Anézia Maria Fonseca Barbosa
CODAP/PRODEMA/UFS
Examinadora Externa

Profa. Dra. Ingrid Carvalho Santos Oliveira
DDMA/IFS/UFS
Examinadora Interna

Profa. Dra. Christiane Ramos Donato
CODAP/UFS
Examinadora Externa

Prof. Dr. Prof. Edson Vicente da Silva
DDMA/UFC
Examinador Interno da Rede DDMA

Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira
DEDC/UNEB
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

A Deus, a quem consagro cada passo desta caminhada.
Aos meus pais, César e Cristina, de quem herdei os valores,
a força e a coragem que me trouxeram até aqui.
In memoriam ao meu avô Ferreira, presença eterna que nunca
desistiu de mim e permanece vivo em cada conquista.
Ao meu amado esposo, Adriano, pelo apoio emocional,
pelo abrigo seguro e pela força nos momentos mais desafiadores.
Aos meus irmãos, Cesinha, Breno e Beatriz,
que este trabalho seja inspiração para os caminhos que escolherem trilhar.
Aos colegas de trabalho, Antônio e Lucas, pela partilha cotidiana,
pelo apoio e pelos aprendizados construídos juntos.
A Jailton, amigo de alma e orientador de vida, que há uma década
caminha ao meu lado, tornando possíveis sonhos que um dia pareciam distantes.
Dedico, por fim, a todas as mulheres marisqueiras que, mesmo diante das adversidades,
seguem existindo e resistindo, transformando luta em sustento,
silêncio em força e vida em dignidade.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, meu Criador, por ter me sustentado até aqui. Sem Ele, nada faria sentido em minha vida. Foi Sua presença constante que me deu força nos dias difíceis, esperança quando o cansaço parecia maior e fé para seguir quando os caminhos pareciam incertos.

Aos meus pais, Cesar e Cristina, minha eterna gratidão. Obrigada pela dedicação, pelo amor incondicional e por sempre acreditar em mim. Vocês vibraram em cada conquista, estiveram ao meu lado nos momentos mais sombrios e me ensinaram, com afeto e exemplo, a nunca desistir. Sou fruto da criação de vocês, do cuidado diário ao longo dos meus 40 anos de vida. O amor que nos une é e sempre será o nosso maior elo.

Ao meu amado esposo, Adriano, agradeço pelo apoio, pelo zelo, pela paciência e pela preocupação constante ao longo dessa caminhada. Obrigada por sonhar os meus sonhos comigo, por me encorajar quando eu duvidei e por se fazer presença firme e amorosa em minha vida. Caminhar ao seu lado torna tudo mais leve.

Aos meus irmãos, Cesar Jr., Breno e Beatriz, minha gratidão pela parceria, compreensão e pelas trocas diárias que fortalecem nossos laços. Tudo o que faço também é por vocês.

Aos meus sobrinhos, Maria Eduarda, Ana Liz e Luiz Henrique, agradeço pelos abraços reconfortantes, pelo carinho sincero e pelo amor que transborda. Vocês são o combustível que renova minhas forças e me impulsiona a continuar.

In memoriam, ao meu avô Ferreira, minha gratidão eterna por seu amor e dedicação. Você sempre será o meu maior exemplo. Sua memória vive em mim e me acompanha em cada conquista.

A todos os familiares que torcem por mim, diariamente, e que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este momento fosse possível, deixo meu sincero agradecimento. Em especial, agradeço a Tio Anselmo e Tia Josilda pelo financiamento da minha primeira graduação. Sem vocês, a conclusão deste doutorado não teria sido possível. Obrigada por acreditarem em mim, sempre!

Aos amigos que estiveram comigo ao longo dessa caminhada, minha gratidão pelas partilhas, pelo apoio e pela presença. Vocês também fazem parte desta conquista.

À família Rocha, Tia Laci, Aline, Cida e *In memoriam* Tio Antônio, obrigada pelo incentivo, pela força, pela torcida e por acreditarem quando, muitas vezes, eu mesma duvidei. Vocês foram essenciais.

À equipe da Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPPD, agradeço pelo apoio diário, pela paciência e pela parceria durante as minhas ausências para o desenvolvimento da pesquisa. Em especial, aos presidentes que estiveram à frente da gestão nesse período: Prof. Jailton de Jesus Costa, Prof. Afrânio de Andrade Bastos e Prof. Wagner Santiago de Souza, vocês foram peças fundamentais para que esta conquista se concretizasse.

Aos meus amigos da CPPD, Antônio José e Lucas Souza, obrigada pelo apoio incondicional e pela presença constante em todos os momentos da minha vida. Vocês são, sem dúvida, os melhores parceiros de trabalho que eu poderia ter.

Aos amigos que estiveram comigo nas atividades de campo: Any, Genisson, Letícia, Isadora, Ingrid e Robson, minha gratidão pelo apoio, dedicação e companheirismo.

E, de forma muito especial, Robson: você foi o melhor presente que a Pós-Graduação *stricto sensu* poderia me dar. Obrigada pela dedicação, cumplicidade, zelo, cuidado, preocupações e até pelas cobranças. Palavras jamais serão suficientes para expressar a gratidão e o carinho que sinto por você.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro, agradeço pela partilha de saberes, pelas experiências e vivências ao longo desta trajetória. Obrigada pela compreensão e pela confiança.

Ao meu amigo e coorientador, Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa, minha gratidão mais profunda. Profissionalmente e academicamente, minha vida mudou no momento em que você acreditou em mim e disse que seria possível. Obrigada por nunca soltar a minha mão, por me conduzir com firmeza, generosidade e humanidade. Seu profissionalismo, dedicação e determinação revelam o ser humano extraordinário que você é. É um privilégio caminhar ao seu lado.

Aos moradores do Povoado Preguiça, minha gratidão pela recepção calorosa. Em especial, às marisqueiras que resistem diariamente em meio às adversidades e tornaram este estudo possível. Agradeço também às representantes da associação de moradores, Andrea e Clecia, pela acolhida e disponibilidade constante.

Aos discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA, agradeço pelas partilhas, pela construção coletiva do conhecimento, pelos encontros e pelas trocas vivenciadas. Minha gratidão a Cícero pelo excelente trabalho na secretaria e, em especial, aos colegas do doutorado PRODEMA, obrigada pela torcida e companheirismo.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe/ FAPITEC/SE, pelo apoio e fomento concedidos ao longo desta trajetória acadêmica. O investimento na pesquisa científica foi fundamental para a viabilização deste trabalho, possibilitando o desenvolvimento das atividades de campo, a produção do conhecimento e o fortalecimento da pesquisa comprometida com as realidades sociais do estado de Sergipe. Minha sincera gratidão por acreditar na ciência, na educação e na pesquisa como instrumentos de transformação social.

Esta tese carrega um pedacinho de cada um de vocês que fazem parte da minha história de vida.

E você, meu avô... pode fazer festa no céu: Sua “Nega” é Doutora!

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”

Paulo Freire

RESUMO GERAL

A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E A ATIVIDADE DE MARISCAGEM: O CASO DO POVOADO PREGUIÇA EM INDIAROBA/SE

Autora: Cristiane Neyre Almeida De Jesus

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

Coorientador: Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

São Cristóvão/SE, fevereiro de 2026.

A mariscagem, atividade artesanal de baixo impacto ambiental e majoritariamente realizada por mulheres, constitui prática tradicional de subsistência e defesa do manguezal como território de vida. No entanto, comunidades que dependem dessa atividade enfrentam crescentes desafios ambientais, sociais e econômicos, especialmente devido à expansão da carcinicultura, que degrada os manguezais e compromete a segurança alimentar. Esta tese, desenvolvida no Povoado Preguiça (Indiaroba/SE), analisou as condições sociais, ambientais, econômicas e operacionais relacionadas à mariscagem e à carcinicultura, com foco na (In)Segurança Alimentar, em diálogo com o ODS 2 da Agenda 2030. A metodologia da tese fundamentou-se em uma abordagem quali-quantitativa nos dois primeiros artigos e quantitativa no terceiro, com base nos dados provenientes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e na aplicação de estatística de correlação. Além disso, foram utilizados como procedimentos metodológicos a aplicação de questionários junto à comunidade, registros fotográficos, realização de oficinas, entre outras estratégias de coleta de dados. A pesquisa foi estruturada em três artigos: (i) caracterização do perfil socioterritorial da comunidade, revelando acentuada vulnerabilidade socioambiental; (ii) identificação das ameaças à mariscagem, destacando sua invisibilidade histórica e o risco de extinção frente ao avanço da carcinicultura; (iii) avaliação da segurança alimentar, indicando insegurança grave entre marisqueiras e moderada no conjunto da comunidade, com índices de 0,71 e 0,51, respectivamente, segundo a EBIA. Conclui-se que a carcinicultura fragiliza a mariscagem, intensifica a vulnerabilidade socioambiental e agrava a insegurança alimentar, sobretudo entre as mulheres. Torna-se urgente a implementação de políticas públicas integradas que fortaleçam a produção de mariscos, garantam acesso a alimentos diversificados e preservem os ecossistemas, assegurando o direito à alimentação e a sustentabilidade dos modos de vida locais.

Palavras-chave: Carcinicultura; Manguezal; Marisqueiras; Segurança Alimentar; Vulnerabilidade socioambiental.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 associado à Tese: ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável; Meta 2.1: até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

GENERAL ABSTRACT

FOOD (IN)SAFETY AND SHELLFISH HARVESTING: THE CASE OF POVOADO PREGUIÇA IN INDIAROBA/SE

Autora: Cristiane Neyre Almeida De Jesus

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

Coorientador: Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
São Cristóvão, fevereiro de 2026.

Shellfish gathering, a low-environmental-impact artisanal activity predominantly carried out by women, constitutes a traditional subsistence practice and a means of defending the mangrove as a territory of life. However, communities that depend on this activity face growing environmental, social, and economic challenges, especially due to the expansion of shrimp farming, which degrades mangrove ecosystems and compromises food security. This thesis, developed in the community of Preguiça (Indiaroba, Sergipe State, Brazil), analyzed the social, environmental, economic, and operational conditions related to shellfish gathering and shrimp farming, with a focus on food (in)security and food sovereignty, in dialogue with Sustainable Development Goal 2 (SDG 2) of the 2030 Agenda. The methodological approach of the thesis was qualitative–quantitative in the first two articles and quantitative in the third, based on data from the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) and the application of correlation statistics. In addition, data collection procedures included community-based questionnaires, photographic records, workshops, and other methodological strategies. The study was structured into three articles: (i) characterization of the community's socio-territorial profile, revealing marked socio-environmental vulnerability; (ii) identification of threats to shellfish gathering, highlighting its historical invisibility and the risk of extinction in the face of the advance of shrimp farming; and (iii) assessment of food security, indicating severe food insecurity among shellfish gatherers and moderate food insecurity in the community as a whole, with EBIA index values of 0.71 and 0.51, respectively. It is concluded that shrimp farming weakens shellfish gathering, intensifies socio-environmental vulnerability, and aggravates food insecurity, especially among women. There is an urgent need to implement integrated public policies that strengthen shellfish production, ensure access to diversified foods, and preserve ecosystems, thereby guaranteeing the right to food and the sustainability of local livelihoods.

Keywords: Shrimp farming; Mangrove ecosystem; Women shellfish gatherers; Socio-environmental vulnerability

Sustainable Development Goal (SDG) of the 2030 Agenda associated with the Thesis: SDG 2: Zero Hunger and Sustainable Agriculture; Target 2.1: By 2030, end hunger and ensure access by all people, the poor and people in vulnerable situations, including children, to safe, nutritious and sufficient food all year round.

LISTA DE FIGURAS

Introdução Geral

Figura 1	Jornada de Trabalho das Marisqueiras	04
Figura 2	Localização do Povoado Preguiça no município de Indiaroba/SE	10
Figura 3	Fluxograma da Tese	13

Artigo I

Figura 1	Localização do Povoado Preguiça no município de Indiaroba/SE	22
Figura 2	Distribuição no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	24
Figura 3	Distribuição dos moradores segundo a fonte principal de renda	29
Figura 4	Avaliação do povoado quanto à Infraestrutura	33
Figura 5	Estrutura e Serviço identificado no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	33
Figura 6	Caixa d'água no Povoado Preguiça em Indiaroba/SE	34
Figura 7	Posto de saúde no Povoado Preguiça em Indiaroba/SE	35
Figura 8	Igrejas católicas no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	35
Figura 9	Distribuição dos moradores segundo a percepção de representatividade pela liderança comunitária	36
Figura 10	Associação Comunitária do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	37

Artigo II

Figura 1	Auxílios governamentais indicados pelas catadoras e catadores de marisco	50
Figura 2	Embarcações utilizadas pelas catadoras e catadores de marisco	55
Figura 3	Mariscos coletados no mangue	55
Figura 4	Separação da carne para comercialização	56
Figura 5	Viveiro de camarão que impede a passagem para o mangue	61
Figura 6	Localização dos viveiros de camarão às margens do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	63

Artigo III

Figura 1	Índice de Segurança Alimentar	75
Figura 2	Associação entre o Povoado/Catadoras/es e classificação de Segurança Alimentar	83
Figura 3	Índice sintético de Insegurança Alimentar (EBIA)	84

LISTA DE TABELAS

Artigo I

Tabela 1	Distribuição das variáveis socioeconômicas dos entrevistados	25
Tabela 2	Distribuição dos entrevistados por ocupação profissional	28
Tabela 3	Situação dos menores de idade no povoado quanto à frequência escolar	30
Tabela 4	Distribuição dos moradores segundo o tempo de residência no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	31
Tabela 5	Distribuição dos moradores quanto a permanência no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	32

Artigo II

Tabela 1	Caracterização socioeconômica das catadoras e catadores de mariscos	48
Tabela 2	Distribuição do tempo diário dedicado à mariscagem	53
Tabela 3	Utilização de embarcações para a mariscagem	57
Tabela 4	Período considerado mais desfavorável para mariscar	58
Tabela 5	Percepção sobre a atividade de mariscagem ser melhor atualmente ou antigamente	59

Artigo III

Tabela 1	Caracterização socioeconômica do Povoado e das catadoras e catadores de mariscos	77
Tabela 2	Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos	78
Tabela 3	Situação de Insegurança Alimentar segundo a EBIA	81
Tabela 4	Associação entre características socioeconômicas e a classificação de Segurança Alimentar	85
Tabela 5	Associação entre presença de hábitos alimentares saudáveis e assistencialismo e a classificação de Segurança Alimentar	88
Tabela 6	Associação entre percepção e avaliação dos impactos da carcinicultura e classificação da Segurança Alimentar	91

LISTA DE SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDSC – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAI – Programa Alimento Indiaroba

PEAC – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras

PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SESC – Serviço Social de Comércio

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

Introdução Geral	1
Artigo I – Caracterização Socioterritorial de uma Comunidade Tradicional: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE	18
1.1 Introdução	20
1.2 Materiais e Métodos	21
1.2.1 Caracterização e Recorte Espacial da Pesquisa	21
1.2.2 Procedimentos Metodológicos.....	23
1.3 Resultados e Discussão	24
1.4 Considerações Finais	38
Referências	39
Artigo II – Ameaças e Desafios na Atividade de Mariscagem no Litoral Sul de Sergipe: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.....	43
2.1 Introdução	45
2.2 Materiais e Métodos	46
2.3 Resultados e Discussão	47
2.3.1 Desafios e ameaças socioeconômicas enfrentados pelas catadoras e pelos catadores de mariscos	47
2.3.2 Desafios operacionais e ambientais da mariscagem	53
2.4 Considerações Finais	63
Referências	65
Artigo III - (In)Segurança Alimentar e Comunidades Tradicionais: avaliação da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE.....	70
3.1 Introdução	72
3.2 Materiais e Métodos	73
3.3 Resultados e Discussão	76
3.3.1 Caracterização Socioeconômica e Vulnerabilidade Territorial	76

3.3.2 Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos	78
3.3.3 Insegurança Alimentar segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	80
3.3.4 Associações entre determinantes estruturais e a Insegurança Alimentar	84
3.3.5 Associação entre mariscagem, impactos da carcinicultura e Insegurança Alimentar	90
3.4 Considerações Finais	93
Referências	94
Considerações Finais	97
Apêndices.....	101
Apêndice A – Estado da Arte	102
Apêndice B – Questionário aplicado aos moradores do Povoado Preguiça	104
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	108
Apêndice D – Questionário aplicado as Catadoras e aos Catadores de Mariscos ..	111
Apêndice E – Questionário EBIA.....	118
Apêndice F – Relato das Ações Extensionistas	121



INTRODUÇÃO GERAL

Introdução Geral

A manutenção dos serviços ecossistêmicos e ambientais promovidos pelo manguezal depende da interação entre a sociedade e o meio ambiente, na qual envolvem tomadas de decisões necessárias para a gestão sustentável dos ecossistemas, tanto pelo setor público responsável por essas áreas quanto pelos atores sociais que fazem uso diretamente dos recursos naturais (Nascimento *et al.*, 2024).

O ecossistema manguezal pode ser indicado como o “único que oferece condições para o desenvolvimento, manutenção e reprodução de diversas espécies marinhas” (Silva-Júnior, Nicacio; Rodrigues, 2020, p. 71). Além disso, conforme os autores supracitados, o manguezal representa notável importância ambiental e contribui enquanto recursos naturais para a população, constituindo importantes territórios, nos quais se estabelecem diversas comunidades tradicionais pesqueiras.

Dentre as atividades desenvolvidas no manguezal, a mariscagem se destaca como prática fundamental de subsistência das comunidades tradicionais que, segundo Ferreira e Santos (2025), é praticada predominantemente por mulheres em comunidades tradicionais do litoral brasileiro. Assim, representa uma atividade tradicional de subsistência, diretamente ligada ao uso dos recursos naturais do manguezal e, portanto, faz parte integrante do modo de vida dessas pessoas.

A mariscagem é considerada uma atividade da pesca artesanal por se caracterizar como uma atividade de baixo impacto ambiental, realizada, muitas vezes, por instrumentos rudimentares de confecção própria. Enquanto atividade extrativista, ela é tida como a mais antiga prática de pesca artesanal, buscando o equilíbrio entre a extração dos recursos naturais e a atividade econômica (Oliveira, 2016; Cezar; Theis, 2020; Nascimento *et al.*, 2022).

No entanto, a literatura científica apresenta elementos que diferenciam a prática da mariscagem da pesca. Para Oliveira (2018, p. 25), “a primeira refere-se ao ato de apanhar e coletar mariscos como massunim (*Anomalocardia brasiliensis*) e aratu (*Goniopsis cruentata*) na costa, enquanto a atividade de pesca é a extração de organismos aquáticos”.

De qualquer modo, as marisqueiras, também conhecidas como catadoras de mariscos, reconhecem e defendem o manguezal como o principal território de trabalho, subsistência e reprodução de seus modos de vida. Uma vez que, nesse ambiente, elas mobilizam saberes tradicionais transmitidos entre gerações e estabelecendo uma relação direta de dependência socioeconômica com o mangue (Santos *et al.*, 2016).

Contudo, aqueles que sobrevivem da mariscagem, em geral, “são carentes de representação ou participação social, fato que, frequentemente, estes indivíduos fazem parte de movimentos sociais, tidos como marginalizados e discriminados”, em busca do reconhecimento de sua identidade, de seus territórios, dos recursos naturais tradicionais, dos direitos à terra e de seus modos de vida (Moraes, 2022, p. 26).

Outra problemática que permeia essas comunidades é o período de reprodução das espécies aquáticas, conhecido como "período de defeso de atividade pesqueira", quando a pesca é proibida para proteção das espécies, em prol de um equilíbrio ambiental. Nesse cenário, o Seguro-Defeso, benefício previsto na Lei nº 10.779/2003, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.134/2015 e por demais normativos jurídicos aplicáveis, é quem garante renda para esses trabalhadores durante o período da proibição.

Mesmo assim, após duas décadas, estudos recentes demonstram que as marisqueiras, como parte das comunidades tradicionais que dependem da pesca e da mariscagem para sua subsistência, enfrentam desigualdades no acesso ao Seguro-Defeso. Apesar da sua importância para garantir a segurança econômica desses grupos, obstáculos burocráticos e a invisibilidade social das mulheres na pesca artesanal dificultam a efetivação desse direito, agravando a vulnerabilidade das marisqueiras e suas famílias (Bastos *et al.*, 2023).

Corroborando com esse pensamento o fato de que o Seguro-Defeso tem seu recebimento limitado, geralmente, por estabelecer o máximo de cinco parcelas mensais de um salário-mínimo, não expressando a possibilidade de novos benefícios e interrupções inesperadas, a exemplo dos casos de desastres que ocasionam contaminação ambiental (Brasil, 2003). Nesse ponto, pode-se citar o caso do derramamento de óleo nas praias, em 2019¹, quando contaminou os manguezais em parte do litoral brasileiro.

Nos casos de contaminação nos manguezais, as comunidades marisqueiras possuem duas alternativas: continuar exercendo a atividade de pesca, ainda que exista a contaminação ou buscar outra atividade financeira para garantir o sustento de suas famílias (Moraes, 2022). Arelado a esse contexto de contaminação, “as pescadoras e marisqueiras enfrentam diversos problemas de saúde, ocasionando adoecimento e agravos advindos da sua relação com o processo de trabalho e o ambiente” (Oliveira, 2018, p. 35).

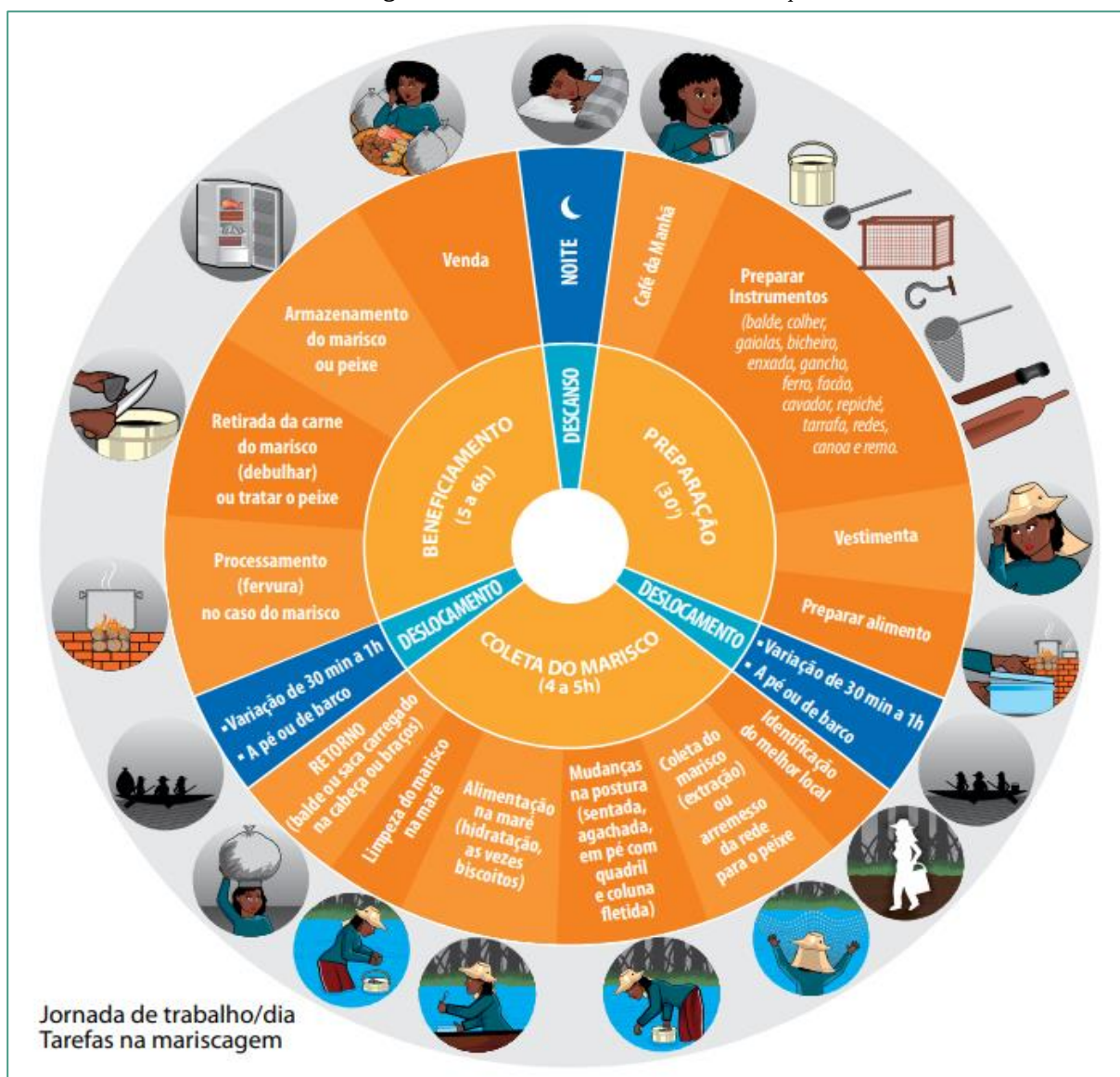
A condição em que as marisqueiras precisam permanecer expostas ao sol e imersas na água ou lama, durante uma longa jornada de trabalho, pode ocasionar alguns problemas de

¹ Trata-se do maior derramamento de óleo cru no litoral brasileiro que, segundo o Brasil (2024), cinco anos após o desastre, os pescadores artesanais e as marisqueiras relataram atrasos em indenizações, falta de vigilância sanitária, restauração dos ecossistemas e punição aos responsáveis.

diversas ordens, tais como: ginecológicos, urológicos, além de infecção de pele causada por fungos, entre outros.

De acordo com a Brasil (2018)², existem três categorias que correspondem à essa jornada de trabalho voltada à mariscagem, sendo elas: a preparação, contemplando as atividades realizadas antes da saída para o mangue; a coleta dos mariscos, momento da catação ou extração manual do marisco; e o beneficiamento, correspondendo às atividades de separação, armazenamento e comercialização (Figura 1).

Figura 1 – Jornada de Trabalho das Marisqueiras.



Fonte: Brasil (2018).

² Trata-se de uma cartilha que envolve às práticas de mariscagem e pesca em mar aberto. “Esta Cartilha visa contribuir com as reflexões sobre saúde para melhoria das condições de vida e trabalho na pesca artesanal e, sobretudo, colaborar no planejamento das ações pelo Direito à Saúde Integral para pescadoras e pescadores artesanais” (Cartilha de Pescadores Artesanais, 2018, p. 7).

Outrossim, para Oliveira (2018), as marisqueiras ainda precisam assumir a administração da casa, tais como, participar da vida escolar dos filhos, preparar refeições e realizar limpeza e organização.

Embora a mariscagem seja uma estratégia tradicional de subsistência e de acesso ao alimento, o estudo de Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023, p. 1), que envolveu mulheres marisqueiras da Ilha de Itaparica, estado da Bahia, apontou que as condições de vulnerabilidade socioeconômica dessa população as expõem “a uma alimentação nutricionalmente inadequada, que reflete de forma negativa sobre as condições de saúde”. Segundo esses autores, todas as participantes desse estudo vivem em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Em conformidade com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) classifica a Insegurança Alimentar e Nutricional com os seguintes graus:

- Segurança Alimentar (acesso à alimentação adequada e suficiente);
- Insegurança Alimentar leve (qualidade da alimentação inadequada),
- Insegurança Alimentar moderada (acesso a alimentos qualitativamente inadequado e quantitativamente insuficiente); e,
- Insegurança Alimentar grave, com ausência de alimentos para atender as necessidades

Como o principal instrumento usado no Brasil para medir e monitorar a Insegurança Alimentar e Nutricional em domicílios, a EBIA é empregada em pesquisas científicas que avaliam a experiência de Insegurança Alimentar da população brasileira, como fizeram Justiniano *et al.* (2024), ao classificarem níveis de insegurança em famílias com crianças nos municípios de Ouro Preto e Mariana, no estado de Minas Gerais.

Como conclusão desse estudo, os autores apontaram a necessidade de políticas públicas que fortaleçam ambientes alimentares mais saudáveis e ampliem a proteção social das famílias vulneráveis, incluindo ações para aumentar o acesso físico e financeiro a alimentos frescos e nutritivos (Justiniano *et al.*, 2024).

Conforme resultados apresentados pela Rede PENSSAN (2022), sobre a triste realidade da fome e Insegurança Alimentar em um universo de 12.745 domicílios, 41,3% dos domicílios estavam em situação de Segurança Alimentar, enquanto 28% apresentavam incertezas quanto à alimentação. Sabe-se ainda que 30,1% têm restrição alimentar e desses,

15,5% convivem em situação de Insegurança Alimentar grave (fome). Esses números perfazem um total de 125,2 milhões de pessoas que convivem com Insegurança Alimentar e a marca de 33 milhões de pessoas em situação de fome.

Ainda de acordo com a Rede PENSSAN (2022), em uma análise comparada, os dados de Insegurança Alimentar moderada e grave, acima de 30%, em oito estados do Brasil, dos quais quatro estão localizados na região do Nordeste: Maranhão com 63,3%, Alagoas com 59,9%, Sergipe com 54,6%, e o Ceará com 51,6%.

Assim, os altos índices de Insegurança Alimentar demonstram, ainda, a necessidade de o Poder Público investir em políticas públicas que mitiguem a fome e diminuam os índices de desigualdade social. Afinal, “vários problemas que cercam a Segurança Alimentar e Nutricional, além de uma piora na promoção do direito à alimentação vêm desde 2014, com o crescimento acelerado, como a obesidade, a desnutrição e mesmo a ampliação da fome” (Silva, 2020, p.11).

A referência histórica da Segurança Alimentar iniciou quando a questão da produção e do abastecimento de alimentos tornou-se notória em nível mundial. Para melhorar a Segurança Alimentar, as estratégias centraram-se, principalmente, em aumentar o plantio de produtos alimentares e garantir uma maior disponibilidade de alimentos (Simon, 2012).

Com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, o Brasil adotou o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com a seguinte configuração definida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006:

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006a).

O conceito de Segurança Alimentar está no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a partir da garantia do acesso permanente a alimentos saudáveis, capazes de promover bons níveis de saúde e nutrição da população, e que respeitem a diversidade cultural e a natureza, sem comprometer a capacidade de produção futura, nem o acesso a outros direitos sociais. O conceito multidimensional, construído no Brasil, com a participação da sociedade civil, foi incorporado à Lei nº 11.346/2006, que instituiu e regulamentou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no país.

Para Schottz (2019), o Direito à Alimentação Adequada (DHAA), é definida por duas dimensões indivisíveis:

O direito de estar livre da fome e o direito a alimentar-se de forma saudável e adequada às suas necessidades e cultura alimentar. Portanto, a realização plena do DHAA requer que sejam asseguradas as condições para que as pessoas não só estejam livres da fome, mas também tenham acesso à “comida de verdade” (Schottz, 2019, p. 19).

Ainda nessa discussão, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com a finalidade de combater a Insegurança Alimentar e a fome da população. Essa Organização conceitua Segurança Alimentar como o princípio de garantir a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidades suficientes, sem comprometer outras necessidades essenciais (Silva, 2020).

Com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos seres humanos, envolvendo objetivos e metas para promover a Segurança Alimentar, além de outras variáveis sociais, ambientais e econômicas, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, em 2015, um plano de ação global chamado Agenda 2030. Para tal, foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados, até 2030, através de uma ação conjunta, em que agrega diferentes esferas governamentais, empresas, organizações e a sociedade de uma forma geral.

Dentre os ODS da Agenda 2030, destaca-se, nesta tese, o ODS 2: “Fome zero e agricultura sustentável”, cujo objetivo é “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, conforme dados da ONU (2015).

Com relação ao ODS 2, no Brasil, houve melhorias pontuais nos indicadores de Segurança Alimentar. Mas, a evolução é desigual e ainda insuficiente para garantir que o país alcance integralmente esse objetivo, até 2030 (Ipea, 2024).

Essa realidade tende a se agravar quando consideradas as práticas insustentáveis que promovem a degradação do manguezal, a exemplo das atividades da carcinicultura, comprometendo diretamente a base natural de subsistência das comunidades tradicionais costeiras, particularmente das comunidades que vivem da mariscagem, público-alvo deste estudo.

Acerca desse contexto, o Nordeste brasileiro, por exemplo, sofre com a expansão da carcinicultura em áreas ocupadas por comunidades tradicionais, incluindo aquelas que vivem da mariscagem e de outras formas de pesca artesanal. Sob o ponto de vista de Silva-Júnior, Nicacio e Rodrigues (2020), essa expansão acaba agravando os conflitos pelo uso e acesso aos recursos naturais, reduzindo a disponibilidade de áreas de coleta de mariscos e comprometendo

os modos de vida tradicional dessas populações, em parte pela falta de gestão ambiental participativa e proteção legal eficaz desses territórios.

A carcinicultura é a principal atividade da maricultura no Brasil, e o seu auge ocorreu no início dos anos 2000, após a estruturação da cadeia produtiva. A expansão carcinícola não se deu apenas pela dinâmica e recursos da iniciativa privada, visto que os grandes empreendimentos, sobretudo no Nordeste, foram apoiados por investimentos públicos, e tiveram o licenciamento simplificado pelos órgãos ambientais. Nesse período, os cultivos de camarão geraram impactos socioambientais negativos em algumas comunidades tradicionais (Silva; Pierri, 2022).

A partir da cultura de criação de camarão, a carcinicultura teve seu berço no Rio Grande do Norte. Nos anos 1970, o governo desse estado criou o “Projeto Camarão”, como alternativa para substituir a extração do sal – atividade tradicional, que se encontrava em crise de preço e mercado, com o consequente desemprego generalizado nas áreas salineiras do estado. Uma das espécies mais conhecida e cultivada em solo brasileiro é a *Litopenaeus vannamei*, um camarão típico do Oceano Pacífico e exótico para o Brasil, mas que demonstrou grande capacidade de adaptação aos ecossistemas de diferentes partes do hemisfério ocidental, além do cultivo com êxito no Equador e Panamá (ABCC, 2011).

Para além do Rio Grande do Norte, a carcinicultura tem ocupado, cada vez mais, áreas costeiras em outros estados, inclusive em Sergipe (SE), estado brasileiro que ocupa a sétima posição na produção de camarão, segundo dados do IBGE (2024). Nessa circunstância, no período entre 2012 e 2023, houve um expressivo aumento de viveiros de camarão distribuídos ao longo do seu litoral e a conversão de áreas de manguezal para essa atividade produtiva, como apontou os estudos de Dantas Neto (2025).

De forma mais minuciosa, em Sergipe, “a cobertura de manguezais teve uma redução equivalente a 6,9%, enquanto a área ocupada pela carcinicultura aumentou 276,3%, impulsionada pelas mudanças legais que simplificaram o licenciamento e reduziram as exigências ambientais”. O que resulta na pressão socioambiental sob os ecossistemas costeiros, provocando conflitos pelo uso da terra e contribuindo para a degradação dos manguezais (Dantas Neto, 2025, p. 5).

No estado de Sergipe, a atividade da carcinicultura foi regulamentada mediante a Lei nº 8.327, de 04 julho de 2017, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, reconhecendo-a como atividade agrossilvopastoril. Nessa conjuntura, destaca-se o município de Indiaroba/SE,

por ser um dos maiores produtores de camarão do estado, ocupando a segunda posição (650.000 quilogramas), em 2024, segundo dados do IBGE (2024).

Nesse contexto, no município de Indiaroba/SE, a prática da carcinicultura vem “comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade das águas, já que a prática tem invadido os manguezais, presentes nos estuários dos rios Piauí e Real, bem como poluindo tais rios” (Bomfim, 2022, p. 78).

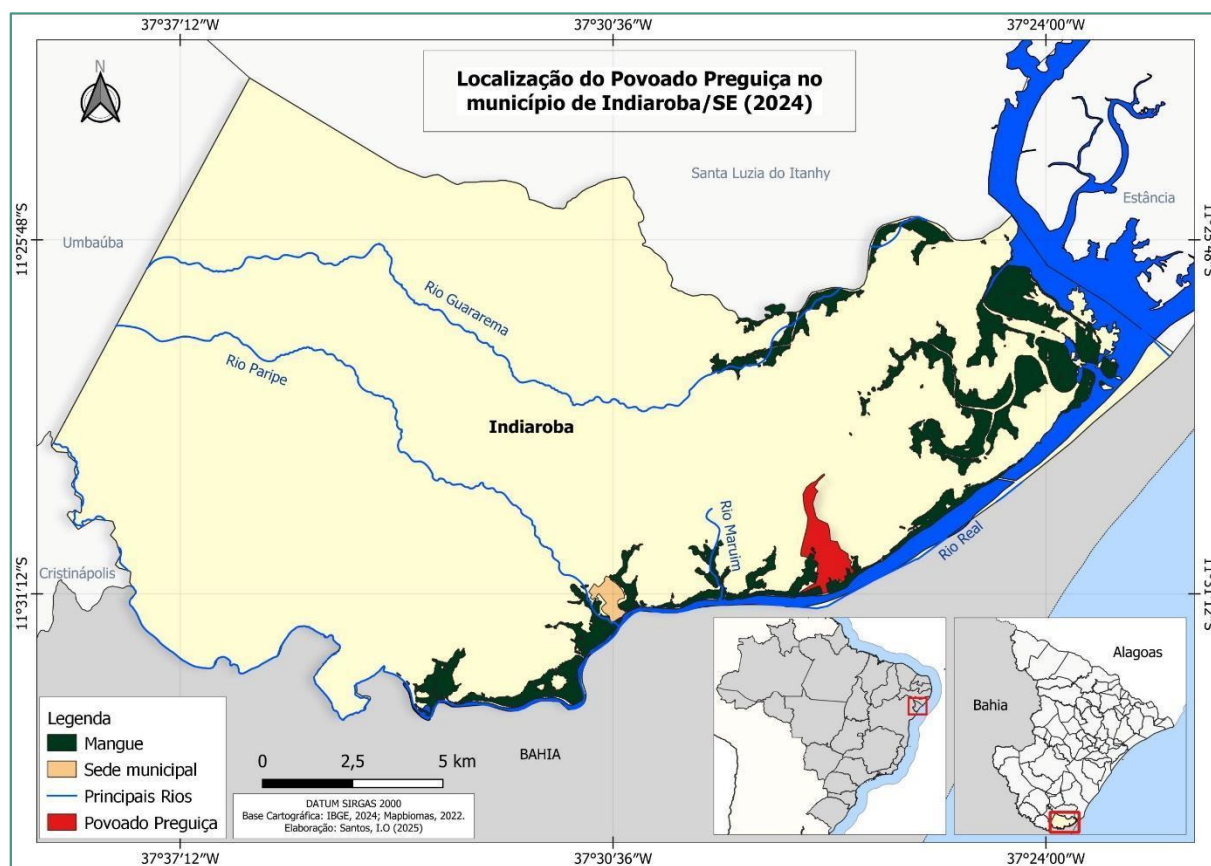
Localizado no litoral sul sergipano, Indiaroba/SE fica a cerca de 96 km da capital Aracaju/SE, entre os rios Saguim e Real. Segundo dados do IBGE (2022), esse município tem área territorial de aproximadamente 316,3 km² e 16.549 habitantes (com estimativa de cerca de 16.991 em 2025).

Esse município foi o primeiro do país a implantar o camarão na alimentação escolar das escolas municipais (ASCOM/SEDUC, 2023), como estratégia de desenvolvimento local. Além disso, é composto por diversas comunidades tradicionais em seu entorno, particularmente no Povoado Preguiça (Figura 2), o qual conta com um expressivo número³ de catadoras e catadores de mariscos e, por isso, tornou-se o recorte espacial desta pesquisa.

De acordo com Dantas (2010), a ocupação do Povoado Preguiça teve início nos anos 1800, quando o primeiro morador se mudou com a família, casando entre primos e, assim, aumentando a população. Em atividades prévias de campo, notou-se que a comunidade, majoritariamente, desenvolve atividades de mariscagem e de pesca, além da agricultura local em menor escala.

³ Segundo informações da Colônia de Pescadores de Indiaroba/SE, o Povoado Preguiça tem o maior número de catadoras e catadores de mariscos. Mas, requer uma averiguação de dados institucionais, o que não foi disponibilizada pelos órgãos competentes.

Figura 2 – Localização do Povoado Preguiça no município de Indiaroba/SE.



Fonte: IBGE (2025).

Elaboração: Iuri Oliveira dos Santos (2025).

Ainda durante as atividades de campo, pode-se constatar 239 famílias, distribuídas em duas partes: Preguiça de Cima, com 109 famílias; e Preguiça de Baixo, com 130 famílias. O Povoado em questão fica localizado às margens do Rio Real (Figura 2), que delimita os estados de Sergipe e Bahia.

Assim, vistas as problemáticas elencadas neste estudo, de ordem social, ambiental e econômica, enfrentadas pelas comunidades tradicionais, como os impactos negativos advindos da carcinicultura, as pessoas que moram no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, podem estar enfrentando ameaças e desafios constantes que podem comprometer à Segurança Alimentar e Nutricional, objeto deste estudo.

Diante do exposto, reforça-se, assim, a necessidade de alcançar a Meta 2.1, da Agenda 2030, conforme as informações da ONU (2015).

Nesse contexto, Indiaroba/SE apresenta um baixo nível de desenvolvimento sustentável, com pontuação igual a 46,67, em uma escala de 0 a 100, em conformidade com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC/BR, 2025)⁴.

Especificamente referindo-se ao ODS 2, a desnutrição e a obesidade infantil são indicadores com baixo e médio alcance (IDSC/BR, 2025), respectivamente, refletindo problemas estruturais no acesso à alimentação adequada, como as desigualdades no acesso regular a alimentos saudáveis, seguros e nutricionalmente adequados, especialmente entre crianças.

Apesar disso, esses indicadores não captam a percepção e a experiência cotidiana da Insegurança Alimentar nos domicílios. Menos ainda são as estratégias de acesso, disponibilidade e qualidade dos alimentos ao longo do tempo. Carecendo de estudos complementares dessa natureza que possam esclarecer ameaças e desafios das atividades de mariscagem.

Com base nisso, defende-se a tese que as atividades de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, tem sido impactada de forma negativa pelo avanço da carcinicultura, gerando efeitos sociais, ambientais e econômicos que comprometem os modos de vida local e potencializa o quadro de Insegurança Alimentar dos moradores.

Como forma de identificar as abordagens existentes pelas quais o objeto de estudo desta tese tem sido analisado na literatura científica, realizou-se o Estado da Arte (Apêndice A). Segundo Almeida (2024, p. 22), “o estado da arte consiste em dialogar com os autores a respeito daqueles que abordam mais efetivamente sobre o objeto de estudo a ser trabalhado pelo pesquisador”.

Para tanto, as buscas ocorreram na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no recorte temporal de 05 anos (2018-2022), a partir das seguintes palavras-chave: “mariscagem”, “desenvolvimento sustentável”, “manguezal”, “carcinicultura” e “segurança alimentar”. Foram encontradas doze dissertações de mestrado e oito teses, majoritariamente nas áreas de Ciências Humanas e Ambientais.

Para além disso, pode-se observar também abordagens relacionadas aos conflitos territoriais, mudanças ambientais e reconfigurações socioeconômicas relacionadas à pesca artesanal, mariscagem, carcinicultura, agroecologia e grandes empreendimentos, sem

⁴ O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC/BR, 2025, p. 1) busca uma “visão geral e integrada das cidades brasileiras em cada um dos ODS”, como forma de acompanhar os desafios e os avanços da Agenda 2030.

relacionar a carcinicultura e a (In)Segurança Alimentar no município de Indiaroba/SE, mostrando o ineditismo desta tese.

À luz das discussões apresentadas, estabelece-se a seguinte **questão central de pesquisa**:

- Quais são as condições e os recursos da atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, que se relacionam com a (In)Segurança Alimentar?

Para responder essa questão central de pesquisa, foi elaborado três **questões de pesquisa**:

- Qual é o perfil socioeconômico do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?
- Quais são as principais ameaças e os desafios na atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?
- Como são percebidas a experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos, sob à ótica dos moradores do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?

Para comprovar a tese em tela, partiu-se da seguinte **hipótese**: os conflitos de interesse, desencadeados pela atividade da carcinicultura, põem em risco a sustentabilidade local, a Segurança Alimentar das pessoas que vivem da mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Como forma de testar essa hipótese, o **objetivo geral** desta tese é analisar as condições e os recursos de ordem social, ambiental, econômica e operacional da comunidade Preguiça, em Indiaroba/SE, com ênfase nas atividades de carcinicultura e mariscagem e suas relações com a (In)Segurança Alimentar.

Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**:

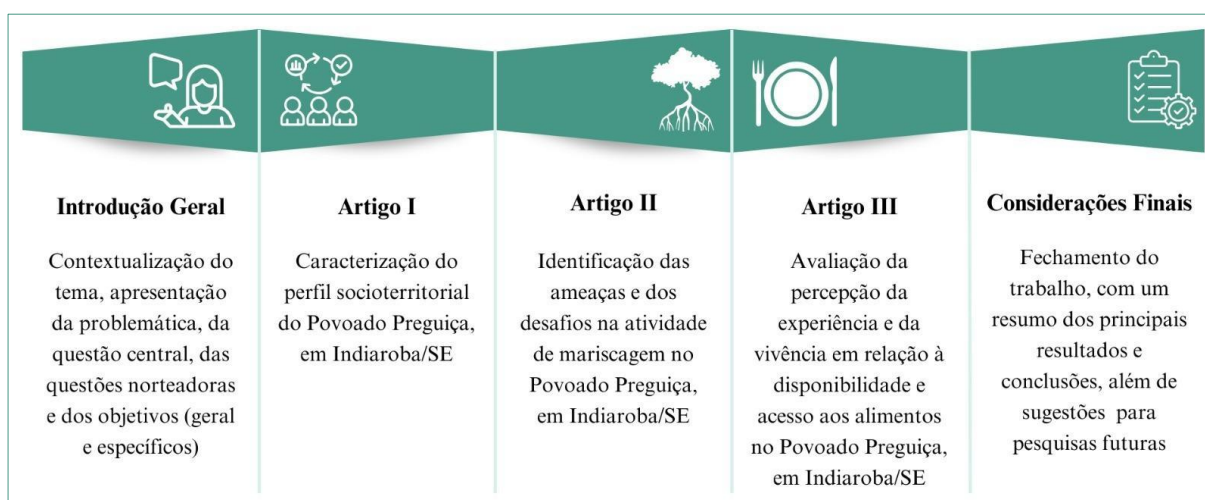
- Caracterizar o perfil socioeconômico do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, com ênfase nos aspectos como condições de vida, organização social, formas de trabalho, geração de renda e dependência dos recursos locais;
- Identificar as principais ameaças e os desafios na atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, no tocante aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e operacionais;

- Avaliar a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), destacando as diferenciações internas entre o conjunto da comunidade e o grupo social das catadoras e catadores de mariscos.

A partir desses objetivos, esta pesquisa adotou o método hipotético-dedutivo, desenvolvido pelo filósofo Karl Popper. Esse método, segundo Bonat (2009), refere-se à escolha de hipóteses que contém certa viabilidade de responder a um problema de caráter científico. Em seguida, é necessário falseá-las, encerrando-se o método confirmando-as ou as rejeitando.

Sendo assim, esta tese está estruturada no formato de artigos, também conhecido como *multipaper*, uma estrutura utilizada na produção científica, por permitir maior aprofundamento analítico e autonomia entre os estudos (Figura 3).

Figura 3 – Fluxograma da Tese.



Organização: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esta tese de doutorado está organizada em três artigos científicos que, em ordem, cada um deles atende um objetivo específico, interligados por uma mesma perspectiva teórica e metodológica, bem como por um campo empírico comum, o que assegura a unidade da pesquisa.

O primeiro artigo, intitulado como “Caracterização Socioterritorial de uma Comunidade Tradicional: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE”, dedicou-se a apresentar a caracterização do perfil socioterritorial da comunidade estudada, apresentando uma

compreensão contextual das condições de vida, trabalho e organização social dos moradores do Povoado.

O segundo artigo, denominado como “Ameaças e Desafios na Atividade de Mariscagem no Litoral Sul de Sergipe: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE”, identificou as principais ameaças e os desafios que impactam a atividade de mariscagem, evidenciando os aspectos sociais, ambientais, econômicos e operacionais.

O terceiro artigo, nomeado como “(In)Segurança Alimentar e Comunidades Tradicionais: avaliação da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE”, apresentou uma avaliação das experiências e vivências da população local no que se refere à disponibilidade e ao acesso aos alimentos, destacando aspectos relacionados à segurança alimentar e às estratégias de reprodução social.

Por fim, foram apresentadas as Considerações Finais, retomando a questão central de pesquisa e o objetivo geral; como também, os Apêndices, contendo um quadro analítico do Estado da Arte e os instrumentos de coleta de dados.

Referências

ABCC – Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **Levantamento da infraestrutura produtiva e dos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais da carcinicultura marinha no Brasil em 2011**. Natal: Ministério da Pesca e Agricultura, 2013. p. 77.

ALMEIDA, G. L. **Estratégias de (re)existência das comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE**. 2024. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/19496> Acesso em: 15 jan. 2025.

BASTOS, M. L. A. *et al.* Benefícios previdenciários de pescadores artesanais e marisqueiras em comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 48, p. e9, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/20821pt2023v48e9>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BOMFIM, I. P. **Nas veias abertas do litoral sul de Sergipe: assessoramento técnico-popular nos territórios tradicionais de Indiaroba-SE**. 2022. 235 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/18082> Acesso em: 10 jan. 2022.

BONAT, D. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Atingidos pelo maior derramamento de óleo no Brasil denunciam falta de reparação cinco anos depois**. Portal da Câmara dos Deputados, 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1095859-ATINGIDOS-PELO->

MAIOR-DERRAMAMENTO-DE-OLEO-NO-BRASIL-DENUNCIAM-FALTA-DE-REPARACAO-CINCO-ANOS-DEPOIS. Acesso em: 4 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilhas orientam sobre a saúde das pescadoras artesanais**. Brasília, 27 set. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2018/setembro/cartilhas-orientam-sobre-a-saude-das-pescadoras-artesanais>. Acesso em: 08 jan. 2026.

CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. **Governança alimentar**. Disponível em: <https://www.ceresan.net.br/2017/10/18/governanca-alimentar-e-praticas-das-familias-agricolas-uma-abordagem-pelos-fluxos-de-provisao-de-alimentos-e-a-multilocalizacao-familiar-2017-2018>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CEZAR, L. S.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? [...] **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, p. e178848, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/178848>. Acesso em: 4 jan. 2026.

DANTAS NETO, R. B. **Flexibilização normativa e conflitos socioambientais: o avanço da carcinicultura sobre o mangue sergipano**. 2025. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/22754> Acesso em 05 out. 2025.

DANTAS, V. M. C. S. **Nas marés da vida: Histórias e saberes das mulheres marisqueiras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13588> Acesso em: 5 set. 2025.

FERREIRA, S. C.; SANTOS, J. F. Saúde das mulheres marisqueiras e seus atravessamentos: ... **Caderno Espaço Feminino**, v. 38, n. 1, p. 467-484, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.24221/jeap.9.3.2024.6275.151-168>. Acesso em: 24 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indiaroba (SE) – Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/indiaroba/panorama>. Acesso em: 06 jan. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção de camarão (kg) — ranking de municípios em Sergipe (Pesquisa da Pecuária Municipal 2024)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/pesquisa/18/16459?localidade1=280480&localidade2=280280&tipo=ranking&indicador=16464&ano=2024>. Acesso em: 06 jan. 2026.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Indiaroba (SE) — Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR)**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/2802809/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso... ODS 2**. Brasília: Ipea, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS2>.

JUSTINIANO, I. C. S. *et al.* Percepções do ambiente alimentar [...]. **BMC Public Health**, v. 24, p. 3032, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-024-20523-8>. Acesso em: 06 jan. 2025.

LIMA DE JESUS, L.; PENA, P. G. L.; ARAÚJO, K. L. Aspectos da (in)segurança alimentar [...]. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8673751>. Acesso em: 09 fev. 2024.

MORAES, N. R.; SOUZA, F. C. Etnoeducação e educação básica diferenciada [...]. **Revista Educação**, UFSM, v. 47, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644464516>. Acesso em: 14 ago. 2025.

NASCIMENTO, L. *et al.* Ecossistemas de restinga e manguezal [...]. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 9, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24221/jeap.9.3.2024.6275.151-168>. Acesso em: 4 jan. 2026.

NASCIMENTO, N. G.; SILVA, G. D. V.; SILVA, G. A. V.; MAIA, R. C. Aspectos da dinâmica populacional de Anomalocardia brasileira.... **Ciência Animal Brasileira**, v. 23, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/vet/article/view/72781>. Acesso em: 4 jan. 2026.

OLIVEIRA, B. M. C. de. **A gestão dos resíduos da mariscagem pernambucana**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19606/1/Dissertação_Bruno%20Carneval.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Atividade pesqueira e marisqueira feminina...** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas) – Centro Universitário Tiradentes, 2018. Disponível em: https://cdn.prod.website-files.com/655df2405bb5d917601b0774/667318f692b75ee29bca1bdd_5-%20Magda%20Matos%20de%20Oliveira.pdf Acesso em: 14 jan, 2026.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 03 nov. 2022.

REDE PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTOS, E. A. *et al.* Conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. **Revista Geografar**, v. 11, p. 113-132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/geografar.v11i1.48981> Acesso em: 14 jan. 2026.

SCHOTTZ, V. **Comida de verdade no campo e na cidade: ...** In: Instituto PACS. Mulheres e soberania alimentar. Rio de Janeiro, 2019. p. 16-30.

SERGIPE – Secretaria de Estado da Educação. **Inclusão do camarão na merenda escolar ...** 18 set. 2023. Disponível em: <https://seduc.se.gov.br/inclusao-do-camarao-na-merenda-escolar-fortalece-cadeia-produtiva-do-crustaceo-em-sergipe/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

SILVA JÚNIOR, J. J.; NICÁCIO, G.; RODRIGUES, G. G. A carcinicultura nos manguezais do Nordeste brasileiro [...]. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46802/rmsde.v9i2.245816>. Acesso em 13 dez. 2025.

SILVA, H. J. H.; PIERRI, N. A retomada da carcinicultura no Brasil (2012-2020)... **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v60i0.80348>. Acesso em 14 jan. 2026.

SILVA, H. R.C. **Entre manguezais, rios e restingas: soberania alimentar...** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13522> Acesso em 13 dez. 2025.

SILVA-JUNIOR, J. S. *et al.* A carcinicultura nos manguezais no Nordeste brasileiro [...]. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46802/rmsde.v9i2.245816>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SIMON, G. A. **Food Security: definition, four dimensions, history.** 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/uni/F4D.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. **Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos.** In: ILSA; FOOD FIRST. ¡Movimientos alimentarios uníos!, Bogotá: Colección en Clave del Sur, 2013.



ARTIGO I

CARACTERIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL: O CASO DO POVOADO PREGUIÇA, EM INDIAROBA/SE

Artigo I

Caracterização Socioterritorial de uma Comunidade Tradicional: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE

Socioterritorial Characterization of a Traditional Community: the case of the Preguiça Village, in Indiaroba/SE

Resumo

As atividades extrativistas, como a pesca artesanal, pautadas nos saberes tradicionais e desempenhadas pelas comunidades tradicionais, têm relevância cultural, social, econômica e espacial. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi caracterizar o perfil socioeconômico do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, com ênfase nos aspectos como condições de vida, organização social, formas de trabalho, geração de renda e dependência dos recursos locais. Metodologicamente, este estudo teve abordagem qualitativa, de caráter descritivo e natureza aplicada, mediante um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com realização de observações diretas e o registro sistemático das informações com a aplicação de um questionário, envolvendo as seguintes dimensões: Econômica: relacionadas ao trabalho, à renda e às formas de produção; Social: que envolveu a organização comunitária, a segurança e o acesso a serviços; Cultural: associada à religião, ao pertencimento e à identidade coletiva; e, Espacial: referente à infraestrutura, ao uso do território e aos equipamentos comunitários. Quanto aos resultados, embora ainda seja considerada a principal atividade desenvolvida no Povoado, as atividades de mariscagem não suprem, na totalidade, as necessidades de quem a exerce, o que corrobora com vulnerabilidade socioterritorial, sobretudo no baixo nível de escolaridade e renda, além de saneamento básico precário. Conclui-se que é imprescindível a formulação e execução de estratégias sociais, construídas com as comunidades e que haja desenvolvimento econômico mais justo e igualitário e benefícios de infraestrutura para melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: Atividades de Mariscagem; Perfil sociocultural; Perfil Socioeconômico; Saberes Tradicionais.

Abstract

Extractive activities, such as artisanal fishing, based on traditional knowledge and carried out by traditional communities, have cultural, social, economic, and spatial relevance. Accordingly, the objective of this article was to characterize the socioeconomic profile of the Preguiça Village, in Indiaroba, Sergipe, with emphasis on aspects such as living conditions, social organization, forms of work, income generation, and dependence on local resources. Methodologically, this study had a qualitative-quantitative approach, of a descriptive and applied nature, through a bibliographic survey and field research, which allowed for direct observations and the systematic recording of information with the application of a questionnaire, involving the following dimensions: Economic: related to work, income, and forms of production; Social: involving community organization, security, and access to services; Cultural: associated with religion, belonging, and collective identity; and Spatial: referring to infrastructure, land use, and community facilities. Regarding the results, although shellfish harvesting is still considered the main activity in the village, it does not fully meet the needs of those who practice it, which corroborates socio-territorial vulnerability, especially in terms of low levels of education and income, as well as precarious basic sanitation. It is concluded that the formulation and execution of strategies, built with the communities, is essential for more just and equitable economic development and infrastructure benefits to improve the quality of life of the residents.

Keywords: Shellfish Harvesting Activities; Sociocultural Profile; Socioeconomic Profile; Traditional Knowledge.

1.1 Introdução

Os povos e comunidades tradicionais são grupos sociais que se diferenciam culturalmente, apresentando formas próprias de organização, como foi instituído, no Brasil, mediante o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Trata-se de grupos que ocupam territórios e fazem usufruto dos recursos naturais a partir de suas práticas extrativistas como forma de reprodução social, cultural, ancestral e econômica mediante a utilização de conhecimentos herdados dos seus antepassados e que se perpetuam nas gerações atuais (Brasil, 2007).

O conceito elencado acima acerca do que são as comunidades tradicionais traz elementos indispensáveis para a caracterização dos membros dessas comunidades. A ideia de grupo remete ao aspecto de coletividade, cuja interação entre os sujeitos sociais definem as suas próprias formas de organização no espaço em que estão inseridos.

A união dos membros das comunidades tradicionais contribui para o autorreconhecimento identitário. Portanto, esses sujeitos sociais têm autonomia para explorar os recursos naturais disponíveis em seus territórios, pelas práticas de manejo associadas ao conjunto de saberes que possuem, fortalecendo principalmente as dimensões social e econômica (Silva *et al.*, 2025).

No entanto, nas comunidades tradicionais, além do contexto social e econômico, as dimensões culturais e espaciais são marcadas pela singularidade e diversidade dos seus modos de vida, em que as relações desenvolvidas pelos sujeitos sociais por meio da convivência e com o ambiente denotam territorialidades vinculadas a formação social e identitária, mesmo sendo marcadas por diferentes desafios ligados à sua sobrevivência e continuidade das práticas extrativistas com a aplicação de seus saberes tradicionais (Silva; Menezes, 2021).

Contudo, as comunidades tradicionais têm enfrentado uma vulnerabilidade generalizada em função de aspectos relacionados à degradação ambiental, ausência de infraestrutura nos territórios pesqueiros, constantes disputas territoriais envolvendo os membros das comunidades tradicionais e os sujeitos sociais detentores de capital, os quais, são fatores que interferem direta ou indiretamente no modo de vida dessas comunidades (Martin, 2023).

Nesse cenário, o Estado de Sergipe tem destaque, com 95 comunidades tradicionais atendidas pelo Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC, 2025), evidenciando, assim, a vasta presença de povos e comunidades tradicionais costeiras, incluindo os grupos que vivem da pesca artesanal.

Nessas circunstâncias, “a falta de infraestrutura adequada para a comercialização do pescado e a degradação do meio ambiente, dia após dia, não contribuem positivamente para o desenvolvimento do setor”, mesmo com a pesca artesanal sendo responsável por 57% da produção pesqueira de Sergipe (ALESE, 2023, p. 1).

Fruto da pesca artesanal, a atividade de mariscagem traz à tona a capacidade das marisqueiras de se adaptarem a um determinado padrão social, dependendo basicamente de um conhecimento técnico tradicional acerca dos valores ecológicos. Uma vez que mantém relação com o viés socioeconômico, fundamental para sua sobrevivência (Souza; Silva, 2018).

Mesmo assim, os povos que vivem da atividade de mariscagem⁵ “encontram-se ameaçados pelo avanço de empreendimentos agrícolas e turísticos, apesar da importância de suas vivências e saberes” (Brasil, 2025, p. 1). A exemplo das comunidades extrativistas em Indiaroba/SE, particularmente o Povoado Preguiça, recorte espacial desta pesquisa.

O Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, tem uma concentração na atividade de mariscagem. Entretanto, não há estudos que caracterizem o perfil socioterritorial dessa comunidade, o que limita a compreensão de suas condições de vida, trabalho e da importância das atividades para a dinâmica socioeconômica do município, justificando este estudo.

Diante dessas considerações iniciais, esta pesquisa esteve centrada no seguinte questionamento: qual é o perfil socioterritorial do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?

Para responder essa questão de pesquisa, o objetivo deste artigo foi caracterizar o perfil socioeconômico do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, com ênfase nos aspectos como condições de vida, organização social, formas de trabalho, geração de renda e dependência dos recursos locais.

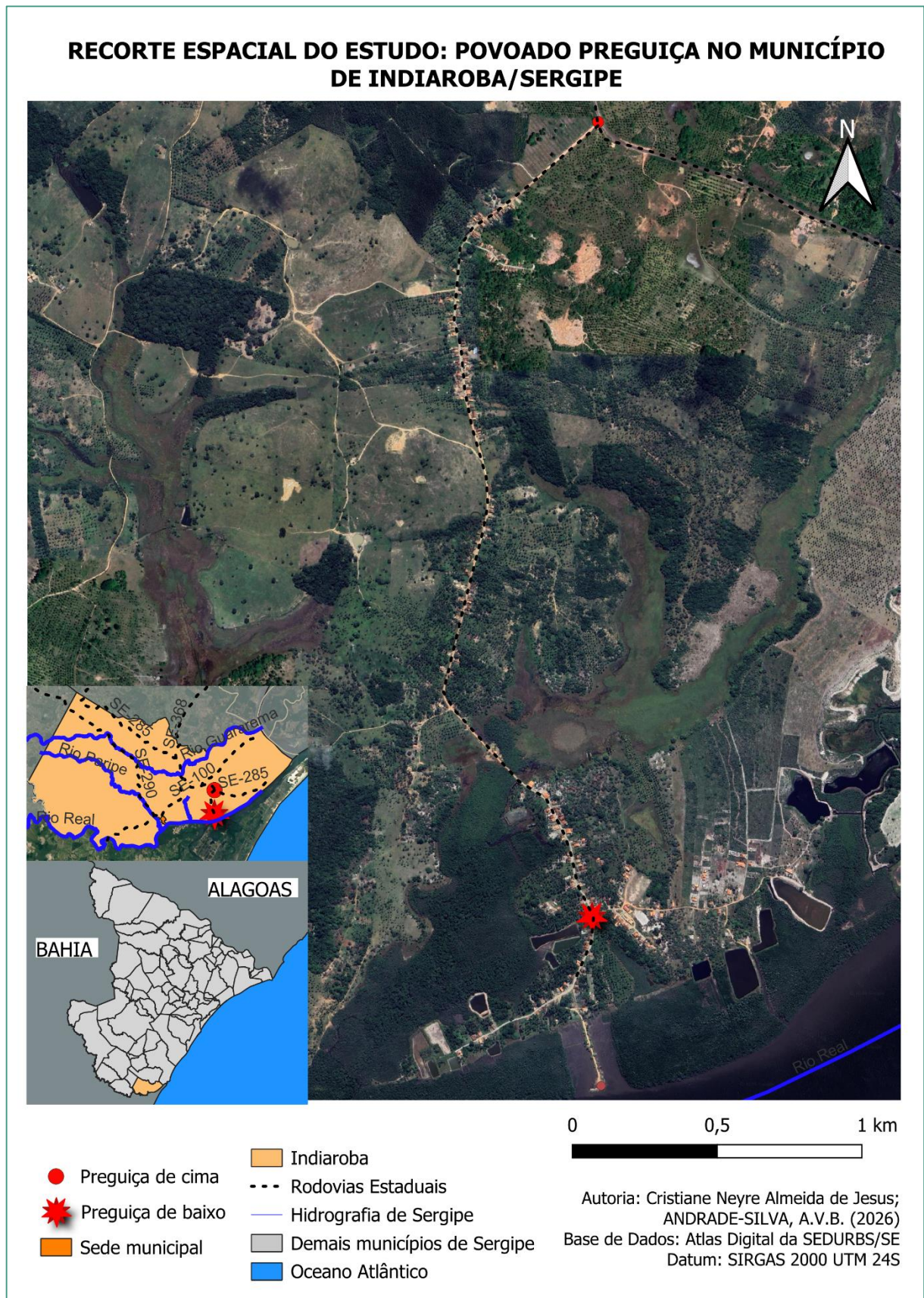
1.2 Materiais e Métodos

1.2.1 Caracterização e Recorte Espacial da Pesquisa

Esta pesquisa teve como recorte espacial o município de Indiaroba/SE, especificamente as localidades da Preguiça de Cima e Preguiça de Baixo, as quais compõem o Povoado Preguiça (Figura 1).

⁵ Não foram identificados estudos estatísticos nacionais que quantificaram sistematicamente o número de comunidades de mariscagem em Sergipe, especialmente no comparativo com o levantamento oficial de indígena e de quilombola realizado pelo Censo Demográfico do IBGE, em 2022.

Figura 1 – Localização do Povoado Preguiça no município de Indiaroba/SE.



Fonte: Atlas Digital da SEDURBS (2024).

Organização: Cristine Neyre Almeida de Jesus e André Vinícius Bezerra de Andrade Silva (2026).

Localizado no Litoral Sul, Indiaroba/SE integra o território do Sul Sergipano, com uma população de 16.549 habitantes, com estimativa, em 2025, de um contingente populacional de 16.991 habitantes. Possuindo densidade demográfica de 52,32 hab/km². Esse município limita-se com os municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy, Umbaúba e Cristinápolis. Apresenta como bioma predominante a Mata Atlântica, mas ainda é possível identificar a presença de manguezais e restingas, além disso, pertence ao sistema costeiro marinho (IBGE, 2022).

1.2.2 Procedimentos Metodológicos

Quanto à abordagem, trata-se de um estudo quali-quantitativo, de caráter descritivo e natureza aplicada. Conforme Souza (2025, p. 2) a combinação adequada entre a abordagem qualitativa e quantitativa “proporciona um esforço de cunho resolutivo e representativo de uma realidade”.

Como técnica qualitativa, foi realizado um levantamento bibliográfico para discussões dos resultados, com consultas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), além da busca de artigos científicos nos bancos de dados da *Web Of Science*, *Scielo* e do buscador *Google Scholar*. Esse levantamento foi realizado com base nos descritores “comunidade tradicional”, “marisqueiras”, “atividade de mariscagem”, no recorte temporal de publicação dos últimos cinco anos (2021-2026), no idioma português.

A obtenção dos dados primários ocorreu mediante a pesquisa de campo, caracterizando-se pela investigação realizada diretamente no território onde os sujeitos vivem, no caso, o Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE. Em convergência com Rodrigues e Urquiza (2020), a pesquisa de campo permite a compreensão contextualizada de suas práticas sociais, econômicas, culturais e espaciais.

Para tanto, envolveu etapas como: o planejamento prévio, a entrada e vivência no campo, a observação direta e o registro sistemático das informações, a análise e interpretação dos dados, assegurando maior profundidade e fidelidade à realidade estudada (Rodrigues; Urquiza, 2020).

Dessa forma, o planejamento prévio contou com visitas *in loco*, em 2022, para os primeiros reconhecimentos do local da pesquisa, até a entrada definitiva no campo, em 2024 e 2025, momento que houve a aplicação de um questionário (Apêndice B), composto de perguntas fechadas, contemplando as seguintes dimensões: Econômica: relacionadas ao trabalho, à renda e às formas de produção; Social: que envolveram a organização comunitária,

a segurança e o acesso a serviços; Ambiental: como o saneamento básico; Cultural: associadas à religião, ao pertencimento e à identidade coletiva; e Espacial: referentes à infraestrutura, ao uso do território e aos equipamentos comunitários.

Nesse caso, a amostra definida é do tipo não probabilística por adesão voluntária, composta por cento e quatro (104) respondentes de um universo de duzentos e trinta e nove (239) residências (contabilizadas nas visitas *in loco* durante o planejamento prévio), o que correspondeu a, aproximadamente, 43,5% do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

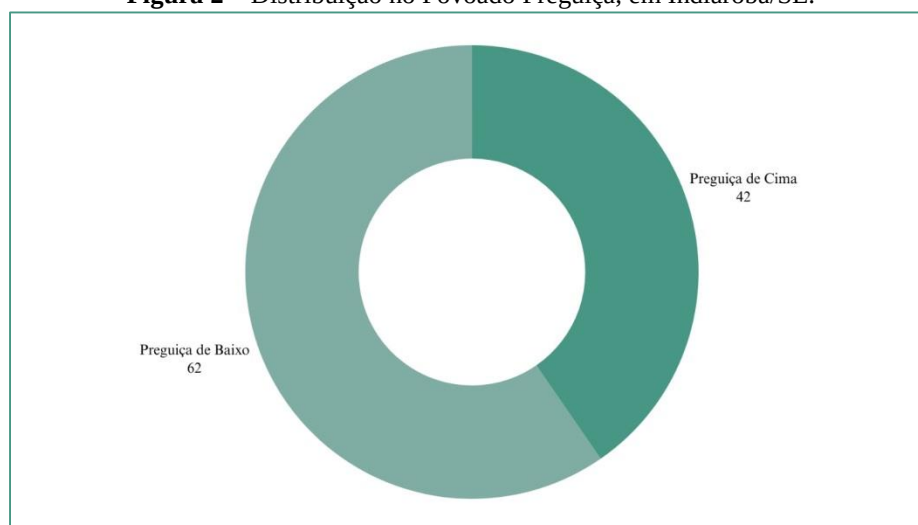
Além da observação direta, houve o registro sistemático das informações provenientes da aplicação do questionário de porta em porta, além dos registros fotográficos apresentados neste estudo. Após a aplicação desse instrumento, as informações disponibilizadas pelos participantes foram organizadas no *software Excel* e percorridas ao longo do texto, através da estatística descritiva enquanto técnica quantitativa.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob a decisão CAAE: 67761523.0.0000.5546, em 2023, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice C)

1.3 Resultados e Discussão

A partir da distribuição dos entrevistados no Povoado Preguiça, observou-se que a maior parte dos participantes, 60% (n= 62), residia na comunidade Preguiça de Baixo, enquanto 40% (n= 42) pertenciam à comunidade Preguiça de Cima (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Quanto à distribuição dos participantes (Tabela 1), segundo as faixas etárias, mostrou-se uma comunidade heterogênea e com representatividade em diferentes ciclos de vida. Observou-se predominância de indivíduos em idade produtiva, na faixa de 30 a 39 anos (24,04%), seguida por aqueles acima de 60 anos (21,15%) e entre 50 e 59 anos (17,31%), o que indica a coexistência de população economicamente ativa e um contingente expressivo de idosos.

Tabela 1 – Distribuição das variáveis socioeconômicas dos entrevistados.

Variáveis	f	f (%)
Faixa Etária		
De 15 a 19 Anos	2	1,92
De 20 a 29 Anos	17	16,34
De 30 a 39 Anos	26	24,04
De 40 a 49 Anos	17	15,38
De 50 a 59 Anos	19	17,31
Acima de 60 Anos	23	21,15
Gênero		
Feminino	67	61,54
Masculino	37	34,62
Raça/Cor		
Branca	3	2,88
Parda	50	46,15
Preta	51	47,12
Nível de Escolaridade		
Sem instrução	13	12,50
Ensino fundamental incompleto	48	44,23
Ensino fundamental completo	4	3,85
Ensino médio incompleto	14	12,50
Ensino médio completo	22	20,19
Ensino superior incompleto	1	0,96
Ensino superior completo	2	1,92
Estado Civil		
Casado(a)	50	46,15
Divorciado(a)	1	0,96
Solteiro(a)	34	31,73
União estável	8	7,69
Viúvo(a)	11	10,58
Faixa de Renda Mensal		
Até 1/4 Do Salário Mínimo	6	5,77
Mais De 1/4 A 1/2 Salário Mínimo	20	18,27
Mais De 1/2 A 1 Salário Mínimo	50	46,15
Mais De 1 A 2 Salários Mínimos	22	20,19
Mais De 2 A 3 Salários Mínimos	2	1,92
Mais De 3 A 5 Salários Mínimos	4	3,85
Total	104	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esse perfil revela, por um lado, a forte presença de pessoas em idade produtiva, que desempenham papel central nas atividades de pesca e mariscagem, garantindo a reprodução econômica da comunidade. Por outro lado, destacou-se a expressiva participação de idosos, o que evidencia a permanência de gerações mais antigas nas práticas tradicionais e a transmissão de saberes associados ao manejo dos recursos naturais.

Nesse contexto, Casemiro e colaboradores (2025) destacam que a participação dos idosos na atividade pesqueira está relacionada com os mesmos não conseguirem aposentadoria e/ou como uma estratégia de complementação da renda da família.

Tal assertiva não corrobora com os estudos desenvolvidos por Souza e Paiva (2023) no município de Tibau (RN), pois a faixa etária dos entrevistados foi mais expressiva no intervalo de 41-60 anos, correspondendo a 80%. Ainda de acordo com esses autores, o público mais jovem de 31 a 40 anos (15%) não tinha interesse em desenvolver atividades extrativistas pelas condições difíceis e baixa remuneração.

Por sua vez, a menor proporção de jovens entre 15 e 19 anos (1,92%) pode indicar desafios na sucessão geracional, uma vez que, parte dos mais novos tende a buscar alternativas diversas das atividades tradicionais.

Por conseguinte, no que se refere ao gênero (Tabela 1), a maioria dos participantes foi composta por mulheres (61,54%), enquanto os homens representaram 34,62%. Essa predominância feminina está diretamente relacionada à forte presença da mariscagem como atividade econômica central, historicamente desempenhada por mulheres em comunidades costeiras.

Na visão de Lopes, Freitas e Begossi (2020), as marisqueiras ainda enfrentam dificuldades quanto à sua visibilidade. Esses autores também apontaram consequências e implicações socioeconômicas, como o não reconhecimento da atividade e ausência de remuneração pela atividade exercida.

Com relação à Raça/Cor (Tabela 1), os dados evidenciaram que a maioria dos participantes se autodeclararam Preta (47,12%) ou Parda (46,15%), enquanto apenas uma pequena parcela se identificou como Branca (2,88%). Esse resultado, por sua vez, refletiu a predominância de populações Pretas e Pardas em comunidades tradicionais costeiras, cuja história está profundamente ligada ao uso e manejo dos recursos naturais, especialmente na pesca e na mariscagem.

Já nos trabalhos produzidos por Santos e Oliveira (2025), ao estudar os pescadores artesanais em Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, identificaram que, quanto a autodeclaração

racial, houve o predomínio de sujeitos sociais Pardos (71,5%), seguido de Brancos (19%) e 9,5% Negros. A forte representatividade de pessoas Pretas e Pardas revelou a continuidade de práticas socioculturais associadas a esses grupos, que desempenham papel central na preservação dos saberes locais e na manutenção da identidade comunitária, denotando que, no Brasil, a pesca artesanal é uma atividade desenvolvida predominantemente por pessoas Pretas e Pardas.

No que diz respeito à escolaridade (Tabela 1), a maior parte dos entrevistados possuíam Ensino Fundamental incompleto (44,23%), seguida por Ensino Médio completo (20,19%), Ensino Médio incompleto (12,50%) e sem instrução formal (12,50%). Além disso, apenas 1,92% concluíram o Ensino Superior, e 0,96% estão com a graduação em andamento. Esse resultado, por sua vez, evidenciou a prevalência de baixos níveis de escolaridade na comunidade analisada, característica comum em populações tradicionais cuja inserção precoce no trabalho produtivo (como a pesca e mariscagem) tende a reduzir a continuidade dos estudos.

Em paralelo, a predominância do Ensino Fundamental incompleto (67,30%) também foi identificada nos estudos desenvolvidos por Pinto Filho, Nobre e Mariano Neto (2020). Para esses autores, tal cenário foi fruto de que as atividades de caráter tradicional (pesca artesanal, mariscagem) não exigem instrução formal. Um testemunho disso são os saberes tradicionais que são adquiridos passados de geração a geração, e que se perpetuam para as populações atuais.

Por sua vez, na comunidade de Forte Velho, no estado da Paraíba, foi identificado, quanto à escolaridade, que 31% dos pescadores tinham Ensino Médio, 58,6% tinham o Ensino Fundamental e 6,45% não eram alfabetizados. É perceptível o baixo grau de escolaridade dos pescadores, mas aqueles que possuem Ensino Médio permaneceram na atividade da pesca profissional no estado da Paraíba e em outras regiões do país (Silva; Oliveira, 2023).

Por outro lado, a presença de participantes com Ensino Médio completo, na comunidade de Forte Velho representa um avanço em relação a gerações anteriores, sugerindo certa ampliação do acesso educacional. Assim, a escolaridade aparece como um fator crucial, pois influencia diretamente as oportunidades de diversificação de renda, a adoção de práticas de manejo sustentável e a participação em processos de organização comunitária.

Ao avaliar o Estado civil (Tabela 1), notou-se que a maioria do grupo analisado é casado (46,15%), enquanto 31,73% se declararam solteiros. Além disso, observou-se a presença de viúvos (10,58%) e de pessoas com união estável (7,69%), ao passo que apenas 0,96% afirmaram estar divorciados. Esses dados se aproximam dos apontados por Stefanello *et al.* (2024) em

Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, com 53% declarados que são casados ou união estável, 30,6% são solteiros e 16,4% separados.

Esse resultado, por sua vez, revelou uma predominância de arranjos familiares consolidados, especialmente o casamento, o que pode estar relacionado à organização do trabalho coletivo típico de comunidades tradicionais de pesca e mariscagem. Cabe destacar que a proporção significativa de solteiros sugere também a presença de jovens adultos em processo de inserção econômica e social.

No tocante a renda mensal familiar (Tabela 1), advindas das atividades que são desenvolvidas pelo núcleo família, quase metade dos participantes sobrevivem com até um salário-mínimo (46,15%), enquanto 18,27% possuem rendimentos entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e 5,77% vivem com até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Além disso, 20,19% afirmaram receber entre 1 e 2 salários-mínimos, ao passo que rendas mais altas são pouco frequentes: apenas 1,92% declararam ganhar de 2 a 3 salários-mínimos e 3,85% entre 3 e 5 salários-mínimos.

No município de Ferro Velho, no Estado da Paraíba, a distribuição da renda é ainda mais desigual quando comparada com o Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, tendo em vista que 61,2% dos pescadores apresentavam rendimento médio familiar inferior a um salário-mínimo, 25,8% um salário-mínimo e acima de dois salários 9,67%. Tais realidades retratam a predominância da precariedade econômica vivenciada pelas comunidades tradicionais (Silva; Oliveira, 2023).

A análise da renda evidencia a baixa capacidade econômica. Esse conjunto de indicadores reforça a condição de vulnerabilidade social e econômica da população estudada, em consonância com os resultados discutidos ao longo da pesquisa. O cenário apresentado indica uma vulnerabilidade socioeconômica, a qual é potencializada quando analisada a ocupação profissional do grupo analisado (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos entrevistados por ocupação profissional.

Ocupação Profissional	f	f (%)
Aposentado	23	21,15
Desempregado	35	32,69
Outras	12	11,54
Trabalho com carteira assinada	8	7,69
Trabalho sem carteira assinada	26	24,04
Total	104	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A maior parte dos participantes se encontra desempregada (32,69%), enquanto 24,04% exercem algum tipo de trabalho sem carteira assinada e 7,69% atuam com carteira assinada.

Ademais, 21,15% declararam estar aposentados, e 11,54% desempenham outras atividades (Tabela 2).

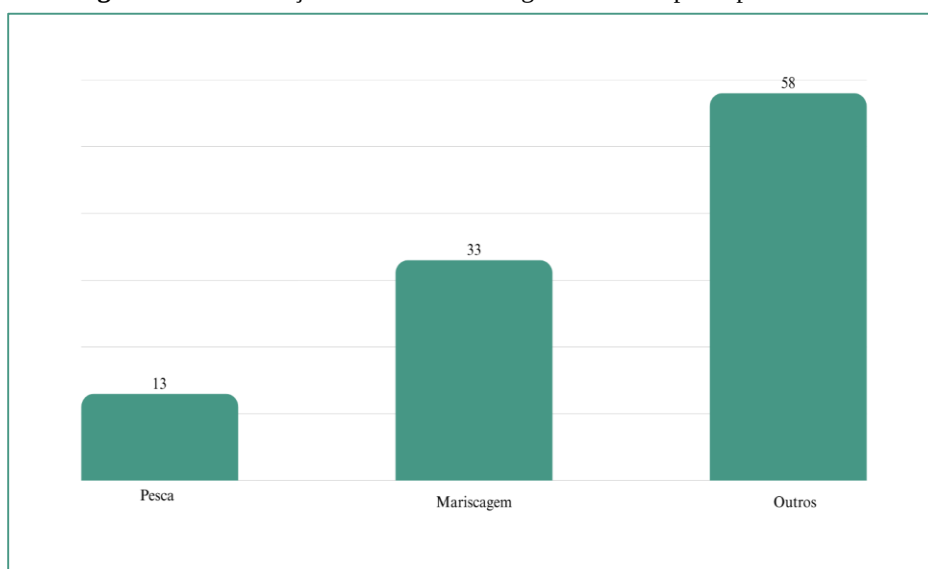
Nesse ponto, Araújo e Pinho (2024) atribuem esses quantitativos às atividades informais que são exercidas pelas comunidades tradicionais. Uma vez que não possuem grau de instrução considerado para a empregabilidade no mercado de trabalho, além das dificuldades que apresentam em relação ao acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, que favorecem apenas aqueles que trabalham com carteira assinada (7,69%) e os aposentados (21,15%) que recebem benefício mensalmente pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), órgão do Governo Federal responsável pela aposentadoria no Brasil.

Os resultados expressos na Tabela 2, por sua vez, revelam uma forte dependência de formas de ocupação informal, característica recorrente em comunidades tradicionais em que a subsistência do grupo analisado está vinculada, também, à pesca e à mariscagem.

No recorte espacial desta pesquisa, a mariscagem representou 31,73%, configurando-se como a segunda fonte de renda mais importante, o que denota a relevância dessa prática tradicional para a manutenção econômica da comunidade (Figura 3).

Nas abordagens de Ferreira, Farias Filho e Ferreira (2023), embora a coleta de mariscos seja uma atividade extrativista importante para as comunidades tradicionais garantirem seus modos de vida, não há a promoção de benefícios ofertados pelo Estado para as marisqueiras, nesse caso, o seguro defeso como ocorre para os pescadores artesanais, dentre outros problemas.

Figura 3 – Distribuição dos moradores segundo a fonte principal de renda.



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A Lei nº 10.779/2003 que trata sobre o seguro defeso, confere ao pescador um benefício correspondente a um salário-mínimo dividido, geralmente, em cinco parcelas iguais durante o período de reprodução das espécies de peixes (piracema), desde que, esteja filiado a uma colônia de pescadores, ficando proibido de, nesse período, realizar a pesca (Brasil, 2003). Esse é um fator que pode ser determinante para que as marisqueiras migrem para a pesca artesanal e sejam assistidas pelo seguro defeso, cabendo ressaltar que o trabalho da mariscagem ainda não é formalmente reconhecido no Brasil como uma ocupação profissional, permanecendo, em grande medida, invisibilizado nas políticas públicas e nos sistemas de proteção social.

Já a pesca, aparece em terceiro lugar (12,50%) indicando participação menos expressiva na comunidade estudada, possivelmente em função de restrições ambientais, escassez de recursos ou transformações na dinâmica produtiva local, o que não foi evidenciado na comunidade pesquisada por Pinto Filho, Nobre e Mariano Neto (2020), onde a pesca artesanal foi considerada a atividade mais expressiva com 98,10%, constituindo a principal via econômica dos pescadores artesanais.

Contudo, a maioria dos moradores (55,77%) obtém sua principal fonte de renda em atividades diversas agrupadas como “Outros”, sendo elas: Agricultura; Soldador; Diarista; Assessoria Política; Motorista; Venda de salgados e Barbeiro, além daqueles que são aposentados e beneficiários do Bolsa Família.

O programa Bolsa Família é “o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome” (Brasil, 2025, p. 1). Uma condicionante para o recebimento do Bolsa Família é frequência escolar de crianças e adolescentes da família que, neste caso, os dados evidenciaram que, em 48,07% das residências, existem menores matriculados e frequentando a escola, o que revela uma taxa de escolarização relativamente positiva dentro da comunidade (Tabela 3).

Tabela 3 – Situação dos menores de idade no Povoado quanto à frequência escolar.

Menores de idade estão na escola	f	f (%)
Sim	50	48,07
Não	6	5,77
Não tem menores na residência	48	46,15
Total Geral	104	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Por outro lado, 5,77% dos menores não estão na escola, indicando a presença de um grupo em situação de vulnerabilidade educacional que merece atenção. Outrossim, em 46,15% das residências não há menores de idade, o que sugere predominância de famílias compostas

por adultos ou com filhos já maiores. Esse cenário demonstra que, embora a escolarização dos menores apresente índices satisfatórios, ainda persiste uma parcela da população infantil fora da escola, o que reforça a necessidade de políticas voltadas para a inclusão educacional.

Tal assertiva também foi evidenciada por Stefanello *et al.* (2024) ao enfatizarem diferentes situações envolvendo os menores de idade, tais como: “filhos menores participam da pesca” (55,2%), “filhos menores frequentam a escola” (100%), “influência da pesca no aprendizado escolar” (37,5%), “filho faltou à escola para pescar” (12,5%). Nesse caso, os filhos pescam com os seus genitores em períodos que não estão na escola semanalmente, finais de semana e durante o período de férias, reforçando a transmissão dos saberes tradicionais.

Essas considerações apontam para um povoado em processo de diversificação econômica, mas que ainda preserva vínculos importantes com atividades tradicionais ligadas ao ecossistema costeiro do manguezal. Na oportunidade, foi questionado sobre o tempo de residência na comunidade e os resultados apontaram a permanência histórica de parte significativa da população quanto a chegada de novos residentes.

A Tabela 4 evidencia forte enraizamento territorial da população no Povoado Preguiça. Observa-se que a maior parte dos moradores apresenta longo tempo de residência, com destaque para os grupos que residem entre 10 e 20 anos (23,08%) e aqueles com mais de 50 anos de permanência no local (21,15%). De forma agregada, mais da metade dos entrevistados (61,54%) vive na comunidade há mais de 20 anos, o que demonstra vínculos históricos, sociais e produtivos consolidados com o território.

Tabela 4 – Distribuição dos moradores segundo o tempo de residência no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Tempo que reside no local	f	f (%)
De 1 a 10 Anos	16	15,38
De 10 a 20 Anos	24	23,08
De 20 a 30 Anos	17	16,35
De 30 a 40 Anos	11	10,58
De 40 a 50 Anos	14	13,46
Acima de 50 Anos	22	21,15
Total Geral	104	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esse padrão de permanência prolongada reforça a centralidade do espaço local para a reprodução dos modos de vida, especialmente das atividades tradicionais, como a mariscagem. E evidencia que os impactos socioambientais decorrentes das transformações recentes no território, a exemplo da expansão da carcinicultura, tendem a afetar diretamente populações historicamente estabelecidas, ampliando situações de vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

Esses percentuais apontam que, ao longo das últimas décadas, a comunidade recebeu novos moradores em momentos específicos, ao mesmo tempo em que manteve grupos historicamente consolidados. Segundo França e Nora (2024), o aumento do número de pescadores nas comunidades gera insatisfação em relação àqueles que residem ali desde o nascimento, uma vez que, contribui para a diminuição dos recursos naturais e reprodução social e econômica dos sujeitos sociais, o que pode justificar tal cenário.

Quanto aos motivos de permanência na comunidade (Tabela 5), destaca-se a centralidade da família (49,04%), evidenciando que as relações de parentesco e vínculos afetivos exercem papel determinante na decisão de permanecer no território.

Tabela 5 – Distribuição dos moradores sobre a permanência no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Motivos Para Continuar Morando Na Comunidade	f	f (%)
Ambiente	31	29,81
Família	51	49,04
Família, Trabalho, ambiente	1	0,96
Outros	4	3,85
Trabalho	17	16,35
Total Geral	104	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Em seguida, observou-se o ambiente (29,81%) como fator relevante, seguido pelo trabalho (16,35%), o que demonstrou a importância da base econômica local, ainda que em menor proporção. Outros motivos foram mencionados, como a combinação entre família, trabalho e ambiente (0,96%) e razões diversas (3,85%), mostrando a relevância das redes familiares e das condições ambientais como elementos fundamentais de fixação territorial.

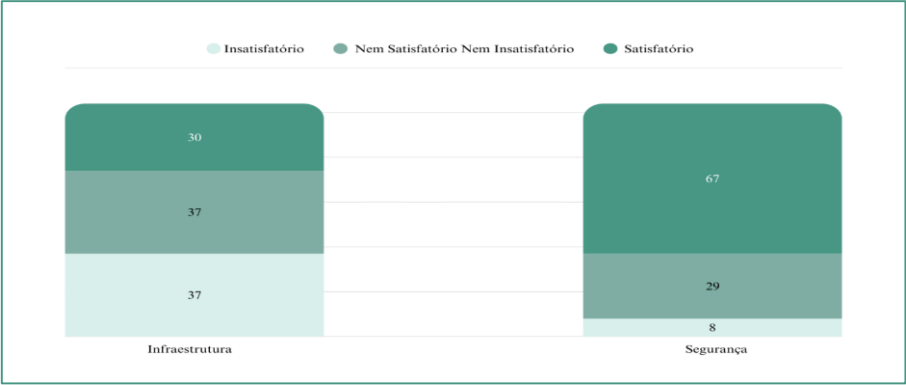
Os laços familiares e afetivos dos membros das comunidades tradicionais estão atrelados à identidade territorial dos sujeitos sociais ao longo do tempo. A identidade, embora seja um aspecto subjetivo, os indivíduos estabelecem vínculos mais efetivos a partir das relações sociais estabelecidas com os seus pares, durante as atividades cotidianas para fins de sua sobrevivência, construindo territorialidades (Bonfá Neto; Suzuki, 2024).

Adiante, sobre a infraestrutura e a segurança no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, os resultados apontaram para uma realidade dicotômica (Figura 4).

No que se refere à infraestrutura, a insatisfação é elevada (35,58%), igualando-se ao percentual de neutralidade (35,58%), enquanto apenas 28,85% declararam satisfação, sinalizando limitações na oferta ou manutenção de serviços básicos. Em contraste, observou-se um quadro mais positivo em relação à segurança: 64,42% dos moradores indicaram satisfação,

seguidos de 27,88% indiferentes e 7,69% insatisfeitos, o que sugere percepção relativamente favorável quanto à proteção comunitária.

Figura 4 – Avaliação do povoado quanto a Infraestrutura e Segurança.



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

No Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, foram identificados os seguintes serviços e estruturas: pavimentação (Figura 5A) e não pavimentação (Figura 5B) de ruas, prédio de uma antiga escola abandonada (Figura 5C), ônibus escolar (Figura 5D).

Figura 5 – Estrutura e Serviço identificado no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esse cenário evidencia desigualdades socioespaciais no interior do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, marcadas por uma infraestrutura distribuída de forma irregular. A existência

de ruas não calçadas e a escola abandonada, revelou fragilidades no acesso fácil a direitos básicos. Mesmo havendo a disponibilidade do transporte escolar viabilizando a chegada dos alunos às escolas.

Outra situação presente no recorte espacial desta pesquisa esteve relacionada ao abastecimento de água (Figura 6), que nem sempre os serviços oferecidos promovem resultados satisfatórios.

Figura 6 – Caixa d'água do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esse tipo de situação é comum nas áreas em que se encontram as comunidades tradicionais. Em estudos efetuados por Almeida (2019), no município de Brejo Grande/SE, houve o registro da instalação de duas caixas d'água, pois as comunidades pesqueiras eram desassistidas quanto ao abastecimento de água para o consumo humano. Embora atendesse os anseios dos moradores, de início, a água fornecida não apresentava boa qualidade, podendo contribuir para o aparecimento de doenças de veiculação hídrica, similar ao que foi identificado neste estudo sob à ótica dos participantes.

O Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, dispõe ainda de um posto de saúde (Figura 7). A construção do posto de saúde representou um avanço para o Povoado, visto que, são ofertados

serviços básicos que contribuem para que não haja o deslocamento para a unidade de saúde na sede do município, proporcionando, dessa forma, maior conforto para a população.

Figura 7 – Posto de saúde no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Adicionalmente, identificaram-se, pelo menos, dois segmentos religiosos (católico e evangélico), sendo que os moradores tendem a frequentar aquele de sua preferência. Observou-se, contudo, a predominância da religião católica na comunidade (Figura 8).

Figura 8 – Igrejas católicas no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

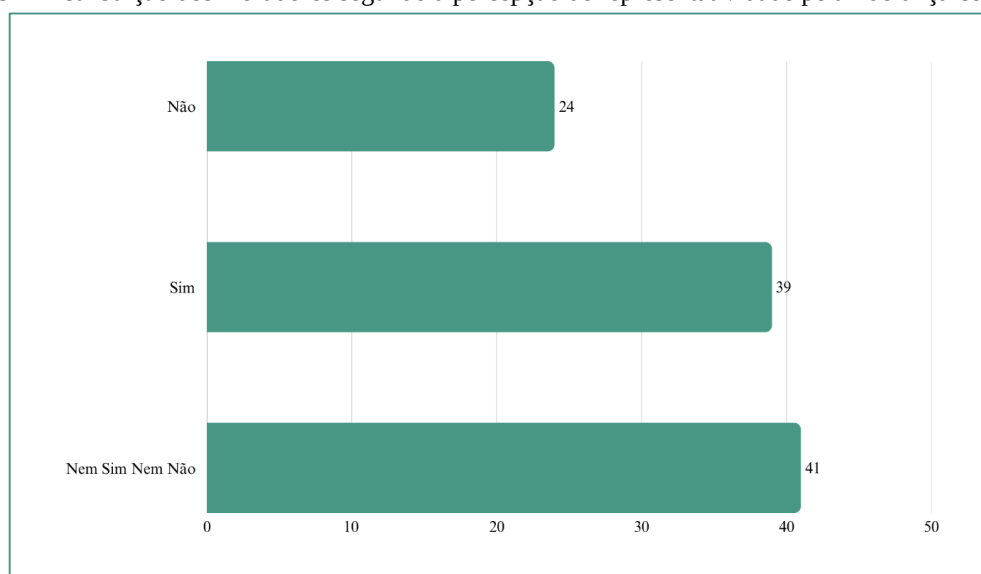


Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A presença dessas religiões expressa uma dinâmica cultural e identitária do território que, segundo Hoek (2024), é uma característica brasileira, por apresentar uma ampla diversidade e sobreposição de crenças e práticas.

Para finalizar a caracterização da comunidade, este estudo voltou-se à associação sob uma liderança comunitária, evidenciando um quadro de relativo equilíbrio na percepção dos moradores (Figura 9).

Figura 9 – Distribuição dos moradores segundo a percepção de representatividade pela liderança comunitária.



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A Figura 9 evidencia a percepção dos moradores quanto à representatividade exercida pela liderança comunitária no Povoado Preguiça. De modo geral, os resultados indicam fragilidades no reconhecimento e na legitimidade da liderança local, o que sugere limitações na capacidade de articulação coletiva e de mediação das demandas da comunidade junto aos órgãos públicos e demais instituições.

Aproximadamente 37,5% afirmaram sentir-se representados, enquanto 39,42% declararam indiferença e 23,08% não se consideram representados, indicando desafios importantes para o fortalecimento da liderança local e para a consolidação de um processo participativo mais efetivo. Visto que, uma parcela expressiva da comunidade mantém postura de neutralidade ou ausência de identificação com os representantes.

Em sua pesquisa, em uma comunidade tradicional no Litoral Norte de Sergipe, Almeida *et al.* (2024) destacou que o papel da liderança é ter um olhar voltado para a coletividade e não para fins particulares. Nesse sentido, são configurados conflitos internos em função das

desigualdades de interesses à luz de toda a comunidade e principalmente daqueles que estão vinculados ao espaço da associação.

Por conseguinte, nas análises de Santos, Freitas e Machado (2025), as lideranças comunitárias estão à frente das demandas pontuais da comunidade, mas nem sempre conseguem satisfazer os anseios dos seus pares.

Dessa forma, a situação tende a ganhar maiores dimensões quanto ao espaço de protagonismo da mulher enquanto liderança do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, logo, na maioria dos casos, o líder das associações é representado pelo gênero masculino.

A associação desse Povoado, denotado por “Centro Comunitário Praia de Santo Antônio” é um espaço visa fortalecer a representatividade política e econômica, com interações entre os moradores locais, que funciona como ponto de encontro para diferentes finalidades (Figura 10A – Parte externa da Associação; Figura 10B – Parte Interna da associação).

Figura 10 – Associação Comunitária do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Atividades de lazer (festas de aniversário), reuniões, cursos de aperfeiçoamento e logística para o recebimento de donativos do Programa Mesa Brasil do Serviço Social de Comércio (SESC)⁶, são exemplos comuns no dia a dia do Centro Comunitário Praia de Santo Antônio.

Contudo, para que esses donativos sejam disponibilizados, é necessário que o Centro Comunitário Praia de Santo Antônio estivesse adimplente com todas as certidões de regularidade para seu funcionamento, a exemplo do Relatório de Atividades Institucionais

⁶ Especificamente sobre o Programa Mesa Brasil, à medida que a liderança recebe todos esses alimentos, ocorre a distribuição de forma igualitária para todos que são associados, já que esses pagam um determinado valor para ser associado e manter os serviços básicos da associação.

elaborado por um profissional de Assistência Social, o que não foi identificado durante as atividades de campo, em 2025.

Para a construção do Relatório de Atividades Institucionais, é necessário a realização de atividades contínuas junto aos jovens, adultos e idosos da comunidade, como cursos de capacitações temáticas envolvendo Esporte, Segurança Alimentar, Primeiros Socorros, dentre outras.

1.4 Considerações Finais

Este artigo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: Qual foi o perfil socioterritorial do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE? Para tanto, esse perfil foi caracterizado com ênfase nas dimensões social, econômica, cultural e espacial.

Tomando-se como base todas as dimensões caracterizadas neste estudo, o Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, encontrava-se em vulnerabilidade socioterritorial acentuada, com fragilidades nos aspectos econômicos, sociais, culturais e espaciais.

No tocante ao perfil socioeconômico, destaca-se o baixo nível de escolaridade e de renda. Isso caracteriza-se que os membros dessa comunidade tinham como fonte de renda, atividades que não necessitavam de grau de escolaridade avançado, sendo essas de caráter informal, já que utilizam os saberes tradicionais que detém.

Dessa maneira, embora a mariscagem ainda seja considerada a principal atividade desenvolvida no Povoado, as atividades de mariscagem não suprem, na totalidade, as necessidades de quem a exerce e, com isso, os sujeitos sociais precisam de outros benefícios, como o Bolsa Família e o Programa Mesa Brasil.

No que diz respeito à infraestrutura, identificou-se um cenário carente de atenção do Poder Público, necessitando de ruas calçadas e outros meios para distribuição de água, implicando, assim, em fragilidades no saneamento básico local.

Já com relação ao pertencimento e à identidade coletiva, pode-se evidenciar que os moradores possuem modos de vida, em sua maioria, voltado ao território em que se encontram, ao domínio de saberes tradicionais que conduzem as práticas extrativistas no exercício das atividades econômicas, particularmente nas atividades de mariscagem.

Como limitação, este estudo não inseriu em sua caracterização as práticas de aquicultura voltada para produção comercial de camarão, as quais parecem estar avançando no Povoado.

Com isso, sugere-se que estudos futuros se concentrem em identificar as ameaças e os desafios da atividade de mariscagem, sobretudo na atividade da carcinicultura.

A percepção identificada de baixa representatividade tende a impactar negativamente os processos de organização social, de mobilização comunitária e de participação em espaços decisórios, especialmente em um contexto marcado por vulnerabilidades socioambientais e por conflitos relacionados ao uso do território, como aqueles associados à expansão da carcinicultura. A fragilidade da liderança comunitária, portanto, pode comprometer o fortalecimento das estratégias locais de defesa dos modos de vida tradicionais e de reivindicação por políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à proteção do manguezal.

É importante destacar que, para além da identificação de carências, o perfil socioterritorial também expressa as potencialidades e as estratégias construídas pelas comunidades tradicionais para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessária a formulação e a implementação de políticas públicas construídas junto às próprias comunidades, de modo a promover um desenvolvimento econômico sustentável, mais justo e igualitário, bem como a ampliação e a qualificação dos serviços voltados ao bem-estar da população.

Referências

ALESE – Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. **Responsável por 57% da produção pesqueira de SE, pesca artesanal é tema de audiência pública na Alese, nesta sexta-feira, 28.** Aracaju, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://al.se.leg.br/responsavel-por-57-da-producao-pesqueira-de-se-pesca-artesanal-e-tema-de-audiencia-publica-na-alese-nesta-sexta-feira-28/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

ALMEIDA, G. L. **Conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE.** 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFS, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10993> Acesso em: 17 set. 2022.

ALMEIDA, G. L.; COSTA, J. J.; SANTOS JÚNIOR, A. O. F.; SILVA, L. R.; OLIVEIRA, T. R. A.; ALMEIDA, J. S. **Conflitos territoriais e as comunidades quilombolas de um município costeiro brasileiro.** Anais do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727715622_ARQUIVO_fe504ff501038e96b35244d220818e69.pdf Acesso em: 15 out. 2025.

ARAÚJO, M. J. B.; PINHO, L. G. Pesca artesanal e invisibilidade social [...]. **Revista em Ciências Sociais**, v. 60, n. 3, p. 98-110, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/17463> Acesso em: 31 out. 2025.

BONFÁ NETO, D.; SUZUKI, J. C. Modo de vida tradicional e territorialidades pesqueiras em Maxaranguape [...]. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 173-197, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT195573747> Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego durante o defeso ao pescador artesanal.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779compilado.htm. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CASEMIRO, M. B.; VASCONCELOS, F. P.; MATOS, F. O.; ROCHA, C. S. Serviços e benefícios ecossistêmicos [...]. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 14, n. 32, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.70860/rtg.v14i32.19090> Acesso em 14 fev. 2024.

FERREIRA, L. C.; FARIAS FILHO, M. S.; FERREIRA, V. G. S. Pesca artesanal e desenvolvimento socioeconômico [...]. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 40, n. 3, p. 303-324, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.259366> Acesso em 24 fev. 2024.

FRANÇA, L. M. B.; NORA, G. G. D. Pelos meandros do pantanal: conflitos territoriais e impactos socioambientais enfrentados por pescadoras e pescadores artesanais [...]. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 1, p. 155-170, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev6n1-009> Acesso em 20 fev. 2024.

HOEK, S. V. D. Spirits and Bodies [...]. **International Journal of Latin American Religions**, v. 8, n. 1, p. 194-208, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41603-024-00230-3>. Acesso em 18 abril. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Indiaroba, SE, 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/indiaroba/panorama>. Acesso em: 30 dez. 2025.

LOPES, P. F. M.; FREITAS, C. T.; BEGOSSI, A. A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e atuação feminina pesqueira no Brasil. **Ethnoscientia**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/ethnoscientia.v5i1.10303> Acesso em 20 fev. 2024.

MARTIN, M. C. S. O perfil socioeconômico das famílias de pescadores artesanais inscritos no cadastro único para programas sociais. **Mares**, v. 5, n. 1, p. 29-40, 2024. Disponível em: <https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/206> Acesso em 20 fev. 2025.

NASCIMENTO, F. P. **Classificação da pesquisa: natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos.** In: Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

PEAC – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras. **Quem somos.** Disponível em: <https://programapeac.com.br/quem-somos/1>. Acesso em: 11 jan. 2026.

PINTO FILHO, J. L. O.; NOBRE, S. B.; MARIANO NETO, M. O perfil socioeconômico de pescadores artesanais em Cruzeiro do Sul no Acre. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, p. 721-737, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.2425> Acesso em 20 fev. 2024.

RODRIGUES, A. L. C.; URQUIZA, A. H. A. Pesquisa de Campo [...]. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET**, v. 1, n. 1, p. 258-269, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/riet/article/view/13173>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SANTOS, L. F. T.; FREITAS, D. M.; MACHADO, I. C. Mulheres na pesca: liderança e representatividade do setor artesanal em meio à pandemia de COVID-19. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 28, p. 1-23, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc01581vu28L4AO> Acesso em 20 out. 2025.

SANTOS, L. S.; OLIVEIRA, I. Diagnóstico do perfil socioeconômico [...]. **Biodiversidade Brasileira**, v. 15, n. 3, p. 1-11, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.37002/biodiversidadebrasileira.v15i3.2707> Acesso em 20 out. 2025.

SILVA, H. R. C.; MENEZES, S. S. M. Geograficidade dos alimentos nas comunidades pesqueiras de Brejo Grande/SE. **Revista Geograficidade**, v. 11, n. 1, p. 19-35, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/28934> Acesso em 20 fev. 2024.

SILVA, J. B.; OLIVEIRA, C. V. Perfil socioeconômico e características da atividade da comunidade de Porto Velho. **Revista BIOMAS**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://revistas.ifpe.edu.br/biomas/article/view/502> Acesso em 20 fev. 2024.

SILVA, J. M. N.; ZHAOYANG, L.; FARIA, A. L. L.; RODRÍGUEZ, S. E. Mudanças socioeconômicas [...]. **Sustainability**, v. 17, 10373, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su172210373>. Acesso em 27 nov. 2025

SOUZA, I. V.; SILVA, T. A. Levantamento socioeconômico dos pescadores da comunidade do Angari. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 40, n. 3, e36763, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v40i3.36763> Acesso em 25 fev. 2024.

SOUZA, M. O.; PAIVA, P. C. R. L. M. O perfil socioeconômico e a percepção ambiental de pescadores na Lagoa do Apodi/RN. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 25, n. 3, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://revistas.ifpe.edu.br/biomas/article/view/502> Acesso em 20 fev. 2024.

SOUZA, M. P. **Perspectiva quali-quantitativa no método de uma pesquisa.** In: Encontro Internacional de Formação de Professores, Aracaju: UNIT, 2025. Disponível em:

<https://eventos.set.edu.br/enfope/article/download/8668/4096/37677>. Acesso em: 11 jan. 2026.

STEFANELLO, C. M.; SILVA, R. C.; QUEROL, M. V. M.; PRETTO, A. Vivendo do rio [...]. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1, p. 4168-4184, 2024 Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4433> Acesso em 25 mar. 2025.



ARTIGO II

**AMEAÇAS E DESAFIOS NA ATIVIDADE DE
MARISCAGEM NO LITORAL SUL DE
SERGIPE: O CASO DO POVOADO
PREGUIÇA, EM INDIAROBA/SE**

Ameaças e Desafios na Atividade de Mariscagem no Litoral Sul de Sergipe: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE

Threats and Challenges in Shellfish Harvesting on the Southern Coast of Sergipe: the case of the Preguiça Village, in Indiaroba/SE

Resumo

A mariscagem é uma atividade extrativista, considerada uma das mais antigas práticas associadas à pesca artesanal; entretanto, nos últimos anos, tem enfrentado crescentes ameaças e desafios em sua realização junto às comunidades tradicionais costeiras. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi identificar as ameaças e os desafios na atividade de mariscagem na comunidade Preguiça, em Indiaroba/SE, no tocante aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e operacionais. Justifica-se esse recorte espacial da pesquisa por se concentrar um número acentuado de catadoras e catadores de mariscos registrados na Colônia de Pescadores, associação que representa os seus interesses. Metodologicamente, este artigo tem abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada e objetivo exploratório, proveniente da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, analisadas mediante a estatística descritiva e categorias temáticas. Os resultados evidenciaram que as comunidades tradicionais que sobrevivem dos recursos do manguezal são expostas às problemáticas de ordem social, econômica, ambiental e operacional, as quais corroboram com a degradação e a redução de suas áreas, frente ao avanço da carcinicultura. Conclui-se que a histórica invisibilização do trabalho das catadoras e dos catadores de mariscos, associada à expansão da carcinicultura e à precariedade das condições operacionais, vem contribuindo para o enfraquecimento e a progressiva desestruturação da atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, ampliando o risco de que, em breve, essa prática tradicional permaneça apenas como memória na trajetória social de marisqueiros e marisqueiras da comunidade.

Palavras-chave: Ameaças; Carcinicultura; Mariscagem; Manguezal.

Abstract

Shellfish gathering is an extractive activity, considered one of the oldest practices associated with artisanal fishing; however, in recent years, it has faced increasing threats and challenges in its practice among traditional coastal communities. In this sense, the objective of this article was to identify the threats and challenges to shellfish harvesting in the Preguiça community, in Indiaroba/SE, regarding social, environmental, economic, and operational aspects. This spatial focus of the research is justified by the concentration of a significant number of shellfish harvesters registered with the Fishermen's Colony, an association that represents their interests. Methodologically, this article has a qualitative-quantitative approach, of an applied nature and exploratory objective, resulting from the application of a questionnaire with open and closed questions, analyzed using descriptive statistics and thematic categories. The results showed that the traditional communities that survive on mangrove resources are exposed to social, economic, environmental, and operational problems, which contribute to the degradation and reduction of their areas, in the face of the advance of shrimp farming. It is concluded that the historical invisibility of the work carried out by women and men shellfish gatherers, combined with the expansion of shrimp farming and the precariousness of operational conditions, has contributed to the weakening and progressive dismantling of shellfish gathering activities in the Preguiça Village, in Indiaroba, Sergipe, increasing the risk that, in the near future, this traditional practice will remain only as a memory in the social history of the community's women and men shellfish gatherers.

Keywords: Threats; Shrimp farming; Shellfish gathering; Mangrove.

2.1 Introdução

A mariscagem é uma atividade extrativista, tida como a mais antiga prática que se relaciona com a pesca artesanal, como afirmou Nascimento (2022). Contudo, a atividade de mariscagem compreende o “ato de catar e coletar mariscos, como exemplo, o massunim e aratu, enquanto a atividade de pesca é a extração de organismos aquáticos em pequena escala e sem visão de exportação de grandes proporções” (Oliveira, 2018, p. 25).

Predominantemente feminina, as marisqueiras, também conhecidas como catadoras de mariscos, legalmente reconhecidas como pescadoras, quando são registradas na associação de pescadores, defendem o mangue como o principal ambiente para realização de seu trabalho (Santos *et al.*, 2016). Tal atividade é exercida, em sua maioria, por mães acompanhadas de seus filhos, a fim de ensiná-los com o intuito de que tal atividade seja repassada de geração em geração.

Mas, conforme Silva-Júnior (2020, p. 71), apesar dos esforços, as comunidades tradicionais que sobrevivem dos recursos do manguezal “são expostas às problemáticas econômicas e políticas que promovem à degradação e a redução de suas áreas de uso para pesca” nas regiões de mangue. Pode-se citar como problemática, dentre outras, a ocupação desordenada de espaços naturais, envolvendo a expansão em áreas de manguezais que, segundo Dias (2019), tem expressado uma crise social, com origem na forma egocêntrica e egoísta do ser humano, gerando conflitos de interesse.

Nesse contexto, os conflitos são despontados com a problemática da desigualdade socioambiental, por parte dos que têm maior poder aquisitivo (Santos *et al.*, 2016), e a redução das áreas de sobrevivência nas comunidades tradicionais é a responsável pela dominação de espaços em áreas de manguezal. Por exemplo, a cadeia produtiva do camarão, impulsionada pela carcinicultura, destaca-se como uma das atividades mais problemáticas no que se refere à insustentabilidade ambiental, social e econômica, figurando entre os principais vetores de conflitos socioambientais e de degradação dos manguezais.

Compreender tais impactos e como obter maiores rendimentos com menores conflitos requer estratégias multifacetadas para assegurar a Segurança Alimentar nutricional sustentável e equitativa (Godfray *et al.*, 2010; Tilman *et al.*, 2002, 2011). Assim, faz-se necessário buscar alternativas que reduzam os conflitos socioambientais e socioeconômicos com vistas a mitigar os desafios e as ameaças enfrentadas pelas comunidades tradicionais.

Nesse sentido, este artigo tem como recorte espacial o Povoado Preguiça, localizada em Indiaroba/SE, por ser uma comunidade que concentra um número acentuado de catadoras e catadores de mariscos⁷ registrados na Colônia de Pescadores, associação que representa os seus interesses, nesse município. Esses trabalhadores, envolvidos na pesca artesanal, abrangem grandes populações tradicionais que, na maioria das vezes, vivem em situação de grande vulnerabilidade com uma jornada de trabalho árdua.

Com base na problemática e no contexto apresentados, questiona-se: quais são as principais das ameaças e dos desafios na atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?

Para responder essa questão de pesquisa, o objetivo deste artigo foi identificar as principais ameaças e os desafios na atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, no tocante aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e operacionais.

2.2 Materiais e Métodos

Esta pesquisa é de caráter quali-quantitativo, de natureza aplicada e objetivo exploratório, ao considerar seu processo analítico e estatístico adotado, a fim de alcançar o objetivo proposto. Nesse caso, “a coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas” (Creswell, 2007, p. 35).

Destsa forma, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário com questões abertas e fechadas (Apêndice D), o qual auxiliou no processo de identificação das ameaças e dos desafios na atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Para tanto, o questionário foi estruturado em categorias temáticas, das quais, neste artigo, foram consideradas as seguintes: perfil socioeconômico das catadoras e catadores de mariscos; os conflitos nas atividades de mariscagem, particularmente com a carcinicultura; as percepções sobre a mariscagem; e a relação da mariscagem com o meio ambiente.

Na fase da aplicação do questionário, todas as pessoas do Povoado Preguiça, no município de Indiaroba/SE, que se identificaram como marisqueiras ou marisqueiros foram participantes deste estudo e, por isso, pode-se considerar como uma pesquisa censitária,

⁷ Optou-se por esse termo, como forma de abranger todos os gêneros, enquanto catadores e catadoras de mariscos. No caso, alguns participantes desta pesquisa, mesmo em minoria, identificaram-se com o gênero masculino.

revelando uma abrangência total das dimensões analisadas. Nessa circunstância, participaram 60 (sessenta) catadoras e catadores de mariscos, no período de agosto a outubro de 2024.

Enquanto técnica quantitativa, os dados coletados foram submetidos à estatística descritiva, com o objetivo de organizar, sistematizar e descrever as principais características da amostra, por meio de frequências, percentuais e medidas de tendência central. Paralelamente, os dados qualitativos, aqui apresentados por trechos das falas dos participantes, foram analisados por meio das categorias temáticas apresentadas no questionário.

Ainda na fase exploratória da pesquisa, foi realizado o reconhecimento do recorte espacial, por meio da observação direta do ambiente, o que permitiu apresentar ilustrações mediante fotografias em visitas técnicas de campo, permitindo haver o reconhecimento mais detalhado do município e de compreensão do problema de pesquisa, do povoado incluindo os aspectos ambientais do local.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob a decisão CAAE: 67761523.0.0000.5546, em 2023.

2.3 Resultados e Discussão

Esta seção identifica os desafios e ameaças de ordem social, ambiental, econômica e operacional da atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, com ênfase no perfil socioeconômico, no tempo de trabalho, na logística, na sazonalidade e nos impactos da carcinicultura frente ao trabalho das catadoras e dos catadores de mariscos.

2.3.1 Desafios e ameaças socioeconômicas enfrentados pelas catadoras e pelos catadores de mariscos

A caracterização socioeconômica (Tabela 01) demonstrou a forte predominância feminina na atividade, uma vez que 93,33% das entrevistadas se identificaram como mulheres, enquanto apenas 6,67% com o gênero masculino. Esse resultado confirmou que a mariscagem permanece sendo uma prática essencialmente associada ao trabalho feminino, reforçando a centralidade da mulher na reprodução socioeconômica nas comunidades analisadas. Apesar disso, segundo Araújo (2020), existe uma desvalorização do trabalho da mulher na atividade de mariscagem, necessitando, assim, reconhecer o seu trabalho, garantindo os direitos trabalhistas

e promovendo políticas públicas em prol de uma melhor qualidade de vida, independentemente das faixas etárias.

Tabela 01 – Caracterização socioeconômica das catadoras e dos catadores de mariscos.

Variáveis	Frequência (f)	f (%)
Gênero		
Feminino	56	93,33
Masculino	4	6,67
Faixa etária		
até 20 anos	1	1,67
21 a 30 anos	12	20
31 a 40 anos	23	38,33
41 a 50 anos	14	23,33
51 a 60 anos	6	10
Acima de 60 anos	4	6,67
Nível de Escolaridade		
Sem instrução	5	8,33
Ensino fundamental incompleto	24	40
Ensino fundamental completo	6	10
Ensino médio completo	17	28,33
Ensino médio incompleto	6	10
Ensino fundamental completo	6	10
Ensino superior incompleto	1	1,67
Ensino superior completo	1	1,67
Cor/ Raça		
Preta	34	56,67
Parda	24	40
Amarela	1	1,67
Branca	1	1,67
Renda Mensal Familiar		
Até 1/4 do salário-mínimo (até R\$330)	7	11,67
Mais de 1/4 a 1/2 salário-mínimo (R\$330–660)	30	50
Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo (R\$660–1.320)	19	31,67
Mais de 1 a 2 salários-mínimos (R\$1.320–2.640)	3	5
Mais de 2 a 3 salários-mínimos (R\$2.640–3.960)	1	1,67
Total	60	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Quanto à faixa etária, observou-se (Tabela 01) que a maior concentração de marisqueiras compreendeu a faixa de 31 a 40 anos (38,33%), seguida pelo grupo de 41 a 50 anos (23,33%), o que evidenciou a predominância de mulheres adultas. Adiante, as faixas de 21 a 30 anos (20%) e 51 a 60 anos (10 %) apareceram em proporções menores, enquanto apenas

8,34% possuem até 20 anos ou mais de 60 anos, resultados semelhantes aos apresentados por Müller *et al.* (2025). Esses dados sugerem que a atividade de mariscagem se perpetua entre gerações, “fato esse observado em campo, no qual diversas marisqueiras se encontravam acompanhadas de seu(s) filho(s)”, indicando um protagonismo na manutenção de saberes tradicionais. (Melo Barreto; Evangelista Barreto; Pereira, 2013, p. 3).

No que se refere à escolaridade, prevaleceu o Ensino Fundamental incompleto (40%) que, integrado àqueles sem instrução (8,33%), há desafios quando comparado com o cenário nacional. Segundo IBGE (2022), no Brasil, 35,2% das pessoas não tiveram instrução escolar ou não concluíram o Ensino Fundamental, evidenciando a persistência de barreiras educacionais que limitam as oportunidades dessas trabalhadoras.

Além disso, pode-se constatar que 28,33% dos participantes tinham o Ensino Médio completo (28,33%) e, em proporções menores, apareceram o Ensino Fundamental completo (10%), o Ensino Médio incompleto (10%). A presença no Ensino Superior é quase inexistente, com apenas 1,67% de formações completas e 1,67% incompletas (Tabela 01) e, neste caso, tem relações diretas com a cor/raça dos participantes.

A distribuição por cor/raça mostrou que os participantes se declaram, em sua maioria, como pretas (56,67%) e pardas (40,00%), enquanto brancas (1,67%) e amarelas (1,67%) foram pouco representadas. Para Vieira Filho, Marques e Araújo (2023, p. 48) “diante de tantas desigualdades, as mulheres negras encontram-se entre as pessoas que mais sofrem, em razão de ser mulher, negra e na sua maioria pobre, nesse sistema das desigualdades”. Essa configuração confirmou a forte relação entre a mariscagem e as populações negras e mestiças, historicamente marcadas pela marginalização social e econômica.

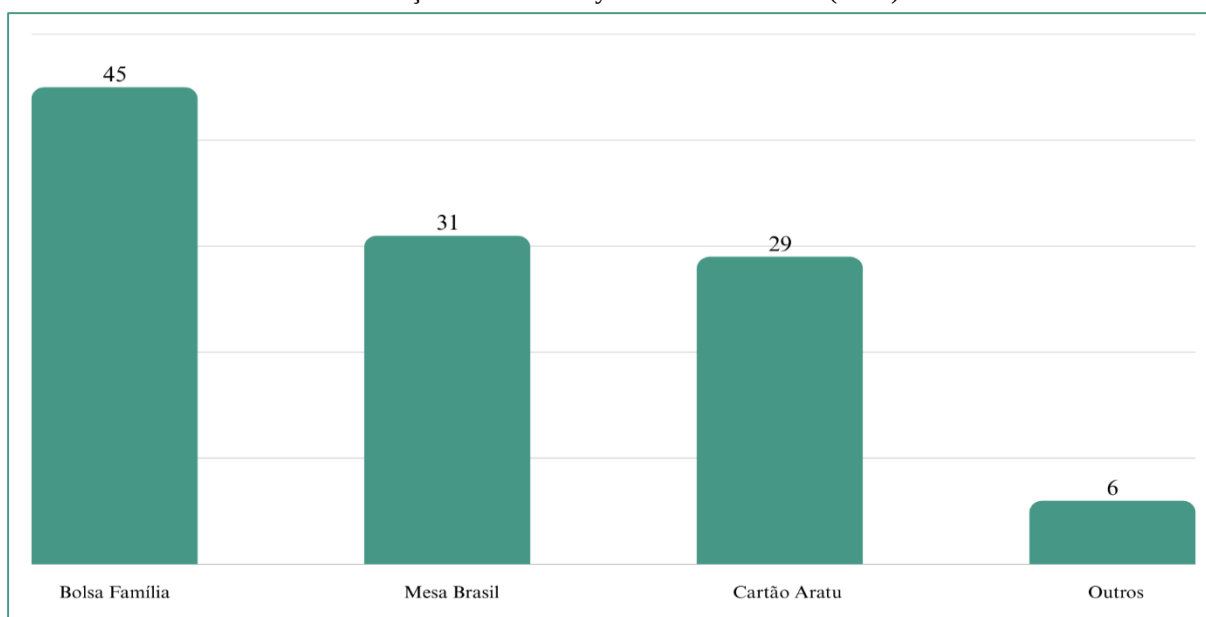
Alguns pescadores artesanais, marisqueiras e comunidades tradicionais utilizam o ecossistema manguezal como fonte de renda e sobrevivência (Monteiro; Silva, 2018, p.15), como foi o caso do grupo analisado, em que 93,34% das famílias viviam com até um salário-mínimo. Esse resultado revelou uma vulnerabilidade econômica acentuada no grupo das catadoras e catadores de marisco do Povoado Preguiça, indicando que a prática de mariscagem tem enfrentado desafios econômicos.

Mesmo assim, o estudo de Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023) evidenciou que as marisqueiras encontram na atividade de mariscagem uma estratégia de promover o sustento familiar, mesmo carecendo de rendas complementares, como os auxílios governamentais. Nesse ponto, as catadoras e os catadores de mariscos demonstraram uma forte dependência

desses benefícios como fonte de sustento, visto que 81,67% do grupo analisado afirmou receber algum tipo de auxílio (Figura 1).

Essa alta proporção de beneficiárias reforça a relevância das políticas de transferência de renda na manutenção das condições básicas de vida das famílias locais, sobretudo o Bolsa Família, sendo que 91,84% são beneficiados com esse programa de transferência de renda (Figura 1).

Figura 1 – Auxílios governamentais indicados pelas catadoras e catadores de marisco.
Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).



O programa do Bolsa Família foi instituído através da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Esse programa de transferência de renda contemplou 18,65 milhões de famílias em novembro de 2025, dessas, sendo mais de 8,23 milhões com crianças de zero a seis anos (Brasil, 2025).

Como política pública de transferência de renda, o Programa Bolsa Família ocupa posição central no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, com o intuito de assegurar proteção social a famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em contextos de instabilidade econômica e social (Costa; Magalhães; Cardoso, 2023).

Este estudo indica que, mesmo entre aquelas que recebem o Bolsa Família, a necessidade de doações ainda é recorrente; a saber, 27,9% são beneficiados com o Programa Mesa Brasil, refletindo fragilidades estruturais no sustento das famílias que vivem da mariscagem.

O programa Mesa Brasil, desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (SESC, s.d.), configura-se como uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional voltada ao combate à fome e à redução do desperdício de alimentos. Seu funcionamento baseia-se na captação de excedentes alimentares próprios para consumo, oriundos de parceiros públicos e privados. A distribuição desses alimentos é realizada para instituições socioassistenciais cadastradas, aliando ações de doação às práticas educativas em alimentação e nutrição.

No contexto do Povoado Preguiça, a Associação Praia de Santo Antônio⁸, encontra-se apta e cadastrada ao programa Mesa Brasil, sendo beneficiária do recebimento de donativos alimentares. Entretanto, o repasse dos alimentos não ocorre de forma isonômica, a distribuição é direcionada prioritariamente aos indivíduos associados, perfazendo um total de 70,45% dos entrevistados, isso é, àqueles que contribuem mensalmente com a associação. Além disso, observou-se que a seleção dos beneficiários ocorre de maneira aleatória entre os associados ou não, não contemplando, todas as catadoras e todos os catadores de mariscos dessa localidade.

Esse modo de organização do repasse gera insatisfação entre o grupo entrevistado, conforme o seguinte relato: “*Preciso muito mais não me deixam*”, disse uma participante ao se referir ao recebimento do donativo proveniente do Mesa Brasil, por não ser associada à Praia de Santo Antônio.

Vale ainda salientar que, de acordo com a Lei nº 645/2022, de 23 de fevereiro de 2022, a Prefeitura Municipal de Indiaroba/SE instituiu o Banco Popular de Indiaroba, tendo sua própria Moeda Social, o *aratu-CARD*, com funcionalidade aprovada pelo Banco Central do Brasil. A moeda do banco, conhecida como *aratu*, é uma moeda virtual, com poder de compra e venda exclusivamente dentro do município de Indiaroba/SE, através de cartão próprio, ele tem paridade com o real: A\$ 1 vale R\$ 1.

Conforme o Art. 2º da Lei nº 645/2022, entende-se por Banco Digital Popular de Indiaroba/SE um arranjo de pagamento pré-pago, de uso restrito, em que as transações são totalmente digitais. A finalidade é fazer a gestão da Moeda Social e promover o desenvolvimento socioeconômico do município, baseado nos princípios da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável. A proposta para criação da moeda *aratu* surgiu com a ideia de criar um banco para minimizar as perdas das marisqueiras do município, tendo como base o modelo desenvolvido no Rio Grande do Norte e Ceará (Carvalho, 2023).

Conforme Ferreira, Santos e Santos (2025, p. 90) as moedas sociais podem ser compreendidas como instrumentos de troca, cuja legitimidade decorre de um acordo coletivo,

⁸ Trata-se da associação dos moradores, localizada no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

sendo utilizadas com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento local em territórios específicos, geralmente sob a coordenação de bancos comunitários responsáveis por sua gestão.

Dessa forma, a prefeitura realiza a compra direta aos produtores da agricultura familiar e das catadoras e dos catadores de mariscos através do Programa Alimenta Indiaroba (PAI), esses pagamentos são realizados como crédito no *aratu-CARD*, podendo ser utilizado no comércio local, atendendo 26,1% do total das catadoras e catadores de mariscos. Os demais (73,9%) recusaram as vendas do aratu (*Goniopsis Cruentata*) junto à Prefeitura Municipal de Indiaroba/SE via o *aratu-CARD*, pois, justificaram que não tinha acesso ao dinheiro em espécie.

Adiante, os outros auxílios citados pelas catadoras e pelos catadores de mariscos são: pensão por morte, aposentadoria, Pé de Meia e Seguro Defeso, esse último é uma compensação financeira paga os pescadores durante o período do defeso, intervalo em que a pesca é, temporariamente, proibida.

Em suma, as razões apontadas pelas catadoras e pelos catadores de mariscos para a importância do recebimento de auxílios sociais revelam o papel multifacetado que esses benefícios desempenham na vida das famílias do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

As falas dos participantes retratam a garantia de alimentação destacando os auxílios como essenciais para assegurar o acesso regular a alimentos e evitar a fome (*“Ajuda na alimentação em casa”*; *“Porque ajuda na nossa alimentação”*; *“Para ter o que comer a mais”*), a ampliação do volume de produtos disponíveis no domicílio (*“Aumenta a quantidade de alimentos em nossa casa”*; *“Porque aumenta a quantidade de alimentos em casa para comer”*), o complemento às despesas familiares, evidenciando a função dos benefícios como suporte financeiro para gastos domésticos básicos (*“Porque complementa os alimentos que temos em casa”*; *“Porque é um dinheirinho garantido todo mês e ajuda nas despesas de casa”*) e reconhecimento do papel social das marisqueiras e da legitimidade de acesso às políticas públicas (*“Porque é uma cidadã que paga impostos e precisa receber”*).

Essas percepções evidenciam que o auxílio social é compreendido não apenas como assistência temporária, mas como um instrumento de sobrevivência, dignidade e inclusão social em um contexto de vulnerabilidade econômica e de escassez de oportunidades de trabalho formal. A importância atribuída ao recebimento dos auxílios sociais pelas catadoras e pelos catadores de mariscos demonstra a centralidade dessas políticas no sustento das famílias do recorte espacial analisado.

Apesar da alimentação ser um direito inegociável, a vulnerabilidade socioeconômica apontada neste artigo, influencia a Insegurança Alimentar e Nutricional. Sendo assim, de acordo

com Maciel *et al.* (2021, p.2), “a presença da insegurança representa um problema estrutural da sociedade no que se refere a desigualdade social, além de uma violação dos direitos humanos”.

2.3.2 Desafios operacionais e ambientais da mariscagem

A mariscagem é considerada uma atividade da pesca artesanal por se caracterizar como uma atividade de baixo impacto ambiental, realizado muitas vezes por instrumentos rudimentares de confecção própria (Cezar, 2020, p. 13), revelando uma importante categoria profissional no cenário nacional.

Apesar da importância dessa categoria, os indivíduos que exercem a mariscagem estão submetidos a jornadas de trabalho extensas, entre 6 e 9 horas diárias coletando, processando e comercializando mariscos. Essas atividades exigem esforço corporal intenso, exposição prolongada a condições ambientais adversas e posturas prejudiciais à saúde, configurando uma rotina de trabalho exaustiva e contínua (Santos; Silva, 2021).

Os resultados deste estudo evidenciam que a mariscagem é uma atividade de longa duração e altamente dependente das condições ambientais (particularmente da maré). A maior parte dos envolvidos (33,3%) declarou dedicar 12 horas por dia, configurando uma rotina extenuante. Somando-se aos que relataram entre 8 e 10 horas (23,3%) e os que passam até 13 horas (6,7%), observa-se que mais de 60% permanecem no manguezal praticamente um turno inteiro de trabalho formal (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição do tempo diário dedicado à mariscagem.

Tempo declarado	f	f (%)
Até 6 horas (5h–6h, manhã/tarde)	6	10
De 8 a 10 horas (8h–10h)	14	23,33
De 11 a 13 horas (11h–13h)	4	6,67
12 horas (resposta direta)	20	33,33
Mais de 14 horas/dia (15h–20h)	3	5
Dia inteiro (sem hora para voltar)	4	6,67
Dois dias seguidos (15–20h/2 dias)	3	5
Respostas qualitativas (ex.: depende da maré, manhã/tarde etc.)	6	10
Total	60	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esses percentuais (Tabela 2) revelam que a mariscagem é uma atividade marcada por alta carga horária, imprevisibilidade e esforço físico contínuo, o que contribui para a vulnerabilidade ocupacional dos catadores e das catadoras de marisco.

Adicionalmente, as respostas qualitativas (10%) indicam que o tempo de trabalho é condicionado por fatores ambientais, especialmente pela dinâmica das marés, evidenciando a

instabilidade e a imprevisibilidade da rotina laboral. De modo geral, a distribuição apresentada na tabela reforça a centralidade da mariscagem na organização do tempo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras e expõe a intensificação da jornada como elemento associado à vulnerabilidade socioeconômica desse grupo.

Assim como identificado neste estudo, foi observado por Pena, Freitas e Cardim (2011) que o ciclo de trabalho da atividade principal de mariscagem na Ilha de Maré (Bahia) é contemplado por horas de deslocamento, limpeza, preparo e armazenamento dos mariscos em residências ou áreas comuns.

O dia de trabalho geralmente inicia nas primeiras horas da manhã, quando os catadores e catadoras de mariscos se deslocam até os locais de coleta e permanecem por várias horas realizando a extração manual dos mariscos. Esses dados revelam a precariedade das condições de trabalho e a forte dependência da mariscagem como principal estratégia de subsistência.

Conforme a Cartilha de Saúde das Pescadoras Artesanais (2018), a jornada de trabalho pode justificar as longas jornadas que se estendem da manhã até a noite, pois a atividade não se limita apenas ao momento da coleta no manguezal. A jornada é dividida em três categorias, preparação, coleta do marisco e beneficiamento.

A preparação compreende um conjunto de atividades realizadas antes da saída para o mangue, adequação aos ciclos da maré, organização e preparação do barco que fará o descolamento, o preparo dos instrumentos que serão utilizados (balde, vara, faca, peneiras entre outros), organização de roupas adequada e do repelente, além do preparo de alimentos que irão sustentar durante a jornada. Fica evidente, nessa categoria que é necessário o planejamento físico, material e alimentar.

A utilização da embarcação aparece como elemento fundamental dessa etapa, pois viabiliza o transporte: embarcação (canoa) como elemento estruturante da jornada de trabalho na mariscagem, não se organizando de forma isolada (Figura 2).

Figura 2 – Embarcações utilizadas pelas catadoras e catadores de mariscos.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A categoria da coleta do marisco abrange o momento da catação dos mariscos (extração manual), destacando o esforço físico intenso, postura inadequada, intercalada de pequenas pausas para alimentação. O retorno para casa é marcado com o transporte do produto adquirido no mangue, a exemplo do Aratu (*Goniopsis cruentata*) (Figura 3).

Figura 3 – Mariscos coletados no mangue, no caso Aratu (*Goniopsis cruentata*).



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

O beneficiamento contempla as atividades realizadas após a coleta, lavagem, seleção, separação, separação da carne (Figura 4), acondicionamento, processamento, o armazenamento para consumo e comercialização do marisco, ficando evidente que a mariscagem não se limita à coleta, mas envolve um ciclo completo de trabalho.

Figura 4 – Separação da carne para comercialização.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esse conjunto de tarefas, realizado de forma contínua e, muitas vezes, sem pausas adequadas no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, faz com que a jornada de trabalho se prolongue até o período noturno, evidenciando a sobrecarga laboral e a invisibilidade do trabalho doméstico e produtivo desempenhado pelas catadoras e catadores de mariscos.

Corroborando esse cenário, Araújo et al. (2023) observaram que a jornada de trabalho das marisqueiras se inicia antes do amanhecer, quando, ainda durante a noite, essas mulheres realizam os preparativos para a mariscagem, organizam os instrumentos de trabalho e conciliam as atividades produtivas com as tarefas domésticas, como cozinhar, limpar a casa e cuidar dos filhos, antes de seguir para mais um dia de trabalho.

Dentre os diversos desafios enfrentados pelas marisqueiras, elas precisam ainda assumir a administração da casa (Oliveira, 2018, p. 29), participar da vida escolar dos filhos, confeccionar os instrumentos para mariscar, realizar o tratamento dos catados e a comercialização deles, entre outros.

Diante dos relatos sobre a extensa carga horária de trabalho, quando questionados(as) acerca da ocorrência de períodos em que precisaram deixar de mariscar, as justificativas apresentadas pelos(as) marisqueiros(as) para o abandono temporário da atividade revelam um conjunto de fatores de natureza pessoal, ambiental e estrutural que interferem diretamente na continuidade da mariscagem. As razões apontadas para a interrupção da atividade foram diversas, destacando-se, entre as mais recorrentes, os problemas de saúde e os afazeres familiares.

No tocante aos problemas de saúde, que engloba menções a doenças, cirurgias e dificuldades físicas — como “*coluna ruim*” ou “*amputação por diabetes*” —, indicando que o esforço físico intenso e as condições insalubres do trabalho no manguezal impactam diretamente a saúde das marisqueiras. Esse aspecto foi também descrito por Santos e Ferreira (2025), associando a atividade da mariscagem ao desenvolvimento de diversas doenças relacionadas ao trabalho, podendo resultar em situações de incapacidade tanto temporária quanto permanente, com impactos diretos na saúde e na capacidade laboral das marisqueiras.

Em seguida, aparecem os afazeres familiares e domésticos, com falas como “*cuidar da família*” e “*afazeres de casa*”, evidenciando a dupla jornada de trabalho e a sobrecarga de responsabilidades atribuídas às mulheres no ambiente doméstico. Outros motivos incluem a gestação e período menstrual, que impõem pausas naturais à atividade; além do envolvimento com viveiros de camarão, demonstrando diversificação de fontes de renda, e a dificuldade de conseguir embarcação para o transporte de instrumentos e materiais utilizados na catação, discutidos a seguir.

Quanto ao transporte dos instrumentos utilizados, os dados mostram (Tabela 3) que a maioria dos catadores e das catadoras de marisco utilizam embarcações (85%), o que comprova a dependência desses meios para acessar os locais de coleta de mariscos, conforme evidencia relato de uma entrevistada: “*agora a gente só consegue chegar no mangue se for de barco, fecharam nossa passagem*”.

Tabela 3 – Utilização de embarcação para a mariscagem.

Utiliza embarcação?	f	f (%)
Sim	51	85
Não	6	10
Não respondeu	3	5
Total	60	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Apenas 10% declararam não utilizar a embarcação. Essa pequena parte atua em áreas mais próximas ou acessíveis a pé. Além disso, 5% não responderam à questão, o que pode indicar ausência de clareza ou dificuldades em relatar a prática. O resultado reforça que os territórios tradicionais de trabalho estão cada vez mais distantes ou inacessíveis, seja por barreiras físicas, ambientais ou sociais.

Marés, regimes de chuva, ventos e demais fatores ecológicos interferem tanto no acesso aos territórios de coleta quanto na definição dos períodos mais favoráveis ou desfavoráveis para o trabalho no manguezal.

Quando questionados(as) sobre o período mais desfavorável para a mariscagem, observou-se que a maioria dos(as) entrevistados(as), equivalente a 81,66%, apontou o inverno como o período de maior dificuldade para realizar a atividade, reforçando a influência das condições climáticas e ambientais sobre a dinâmica do trabalho no manguezal (Tabela 4).

Tabela 4 – Período considerado mais desfavorável para mariscar.

Categoria de resposta	f	f (%)
Inverno	49	81,66
Depende da maré / época	4	6,66
Chuvas / frio (associado ao inverno)	6	10
Maré morta (mosquitos)	1	1,66
Total	60	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Esse resultado está diretamente relacionado ao aumento das chuvas e das baixas temperaturas, que dificultam o acesso aos locais de coleta, reduzem o tempo de permanência no mangue e afetam a disponibilidade dos mariscos (ICMBio, 2024). Outras 10% das marisqueiras também associaram explicitamente o período chuvoso e o frio ao declínio da produtividade, reforçando essa relação entre o clima e a atividade extrativista.

Corroborando com o estudo de Maia, Medeiros e Silva (2021), observou-se que, no período do inverno, marcado por maior incidência de chuvas, a maioria das marisqueiras não realizava a pesca do marisco em dias de chuva, reforçando a influência direta das condições climáticas sobre a dinâmica do trabalho, configurando-as como um dos principais desafios à mariscagem.

Ademais, 6,66% dos pesquisados destacaram que o período depende da maré ou da época, demonstrando sensibilidade às variações naturais, enquanto 1,66% mencionaram a maré morta, quando há maior presença de mosquitos, como fator de incômodo e limitação do trabalho.

De modo geral, os resultados evidenciam que o inverno e o regime de chuvas representam os maiores desafios à mariscagem, não apenas por comprometerem as condições ambientais, mas também por impactarem a segurança, a saúde e a renda dos(as) catadores e catadoras, que dependem fortemente da estabilidade climática para exercer sua principal atividade econômica.

Não obstante, emergiram críticas relacionadas ao convívio social, como desunião e conflitos entre as próprias marisqueiras, e à dificuldade técnica de certas atividades, como catar sururu ou quebrar caranguejo. Esses elementos revelam que, embora a mariscagem seja uma fonte de identidade e sustento, ela é marcada por condições precárias, esforços intensos e vulnerabilidade social, ambiental, econômica e operacional, que limitam a valorização plena dessa prática tradicional.

Quando questionados(as) com relação a percepção sobre a atividade de mariscagem ao longo do tempo, a maioria dos(as) entrevistados(as), cerca de 78,33%, afirmaram que a mariscagem era melhor antigamente, enquanto apenas 18,33% consideram que está melhor atualmente (Tabela 5).

Tabela 5 – Percepção sobre a atividade de mariscagem ser melhor atualmente ou antigamente.

Resposta	f	f (%)
Antigamente	47	78,33
Atualmente	11	18,33
Não respondeu/Indefinido	2	3,34
Total	60	100

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Logo, um pequeno grupo (3,34%) não soube responder ou deixou a questão em aberto. Esses resultados evidenciam que a mariscagem além de estar associada à sazonalidade climática e às dinâmicas das marés, também está diretamente ligada às condições históricas do manguezal e às transformações ocorridas ao longo do tempo, alterando significativamente a dinâmica nas comunidades tradicionais.

O Brasil constitui um dos países com a biodiversidade ameaçada, tendo altas taxas de perda de manguezal. Nesse contexto, apesar dos esforços, as comunidades tradicionais que sobrevivem dos recursos do manguezal “são expostas às problemáticas econômicas e políticas que promovem à degradação e a redução de suas áreas de uso para pesca” nas regiões de mangue (Silva-Júnior, 2020, p. 71).

Mesmo assim, especificamente no Nordeste brasileiro, esse ecossistema é o mais impactado, sendo um dos principais fatores a atividade de carcinicultura, na qual os manguezais

estão confinados a uma estreita faixa (Bryan-Brown *et al.*, 2020; Lacerda *et al.*, 2021). A carcinicultura refere-se à técnica do cultivo de camarão em cativeiros para fins comerciais.

No Brasil, a cultura de criação de camarão teve seu berço no Rio Grande do Norte. Nos anos 1970, o governo desse estado criou o “Projeto Camarão”, como alternativa para substituir a extração do sal – atividade tradicional, que se encontrava em crise de preço e mercado com o consequente desemprego generalizado nas áreas salineiras do estado (ABCC, 2011).

Nesse sentido, a atividade da carcinicultura no Estado de Sergipe foi regulamentada através da Lei nº 8327, de 04 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual da Carcinicultura e sobre o fomento, a produção e a regulamentação da carcinicultura e reconhece como atividade agrossilvopastoril, sendo considerada de relevante interesse social e econômico (Sergipe, 2017).

Conforme evidenciam os estudos de Dágola, Moreira e Cruz (2022) e Nascimento (2025), o crescimento da carcinicultura atrelado ao crescimento populacional, causam rigorosos impactos nas áreas vulneráveis de manguezais especialmente em regiões de intensa atividade econômica, situação também identificada neste estudo.

O impacto negativo da carcinicultura e, conseqüentemente, dos viveiros de camarão, foram associados pelos participantes como o declínio da mariscagem à degradação dos manguezais, à redução dos estoques naturais e à perda da qualidade ambiental, como expressou uma marisqueira: “*depois dos viveiros nada foi a mesma coisa*”.

Segundo outra marisqueira, “*pegava quantidade maior de marisco*”, ao se referir ao período anterior da regulamentação e o avanço da carcinicultura no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE. Conforme Souza (2022, p. 182), “o crescimento da carcinicultura no estado de Sergipe expandiu de forma irregular e desordenada sem passar pelos processos de regularização”.

Essa desordem ficou evidente na fala dos entrevistados diante da expansão dos viveiros de camarão no recorte espacial analisado, destacada por expressões como “*chegada dos viveiros*” e “*viveiros destruíram o mangue*”. Essa percepção indica que as marisqueiras reconhecem os efeitos diretos da carcinicultura sobre o equilíbrio ecológico, relacionando-a à perda de território, à poluição da água e à redução dos recursos naturais.

O estudo conduzido por Silva, Navoni e Oliveira (2025) ressalta que o significativo crescimento da carcinicultura contribui para o crescimento econômico para os municípios. Contudo, esse crescimento tem provocado diversos impactos negativos sociais, ambientais e econômicos em comunidades tradicionais costeiras, em curto, médio e longo períodos.

Situação que corrobora com Nascimento *et al.* (2025), ao defender que o modo de vida das comunidades tradicionais tem sido afetado com a degradação dos manguezais, comprometendo a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos de pescadores e marisqueiras que dependem dele.

Quando instigadas sobre as dificuldades de acesso ao mangue, uma marisqueira afirma que: “no final da rua do povoado, fecharam nossa passagem para o mangue, agora nós precisa arrodar” (Figura 5A), devido à instalação de viveiros privados, nesse caso em específico, também por participante marisqueira, que restringem o livre trânsito dos trabalhadores. Essas proibições evidenciam o conflito entre a mariscagem tradicional e as atividades da carcinicultura, pois “alguns donos não nos permitem passar por dentro dos viveiros” (Figura 5B).

Figura 5 – Viveiro de camarão que impede a passagem para o mangue.



Fonte: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A Prefeitura Municipal de Indiaroba/SE, como uma estratégia de desenvolvimento local, promoveu a inserção dos(as) participantes deste estudo, vinculados ao Programa de

Incentivo à Agricultura Familiar, a ingressarem na atividade da carcinicultura, com o objetivo de viabilizar a comercialização do camarão, posteriormente destinado à alimentação escolar da rede municipal.

No entanto, tal estratégia foi amplamente recusada pela maioria dos participantes, que destacaram os impactos negativos da carcinicultura sobre o ecossistema do manguezal, especialmente a redução da quantidade e da qualidade dos mariscos, base fundamental de sua sobrevivência social e econômica. Ademais, os relatos indicam que essa política de incentivo esteve associada a um processo de desvalorização e invisibilidade da atividade tradicional da mariscagem, em favor da expansão da carcinicultura no território.

Todavia, uma das marisqueiras aderiu a essa estratégia de desenvolvimento, passando a atuar na carcinicultura, o que desencadeou situações de discórdia e conflitos internos entre catadores e catadoras de marisco na localidade.

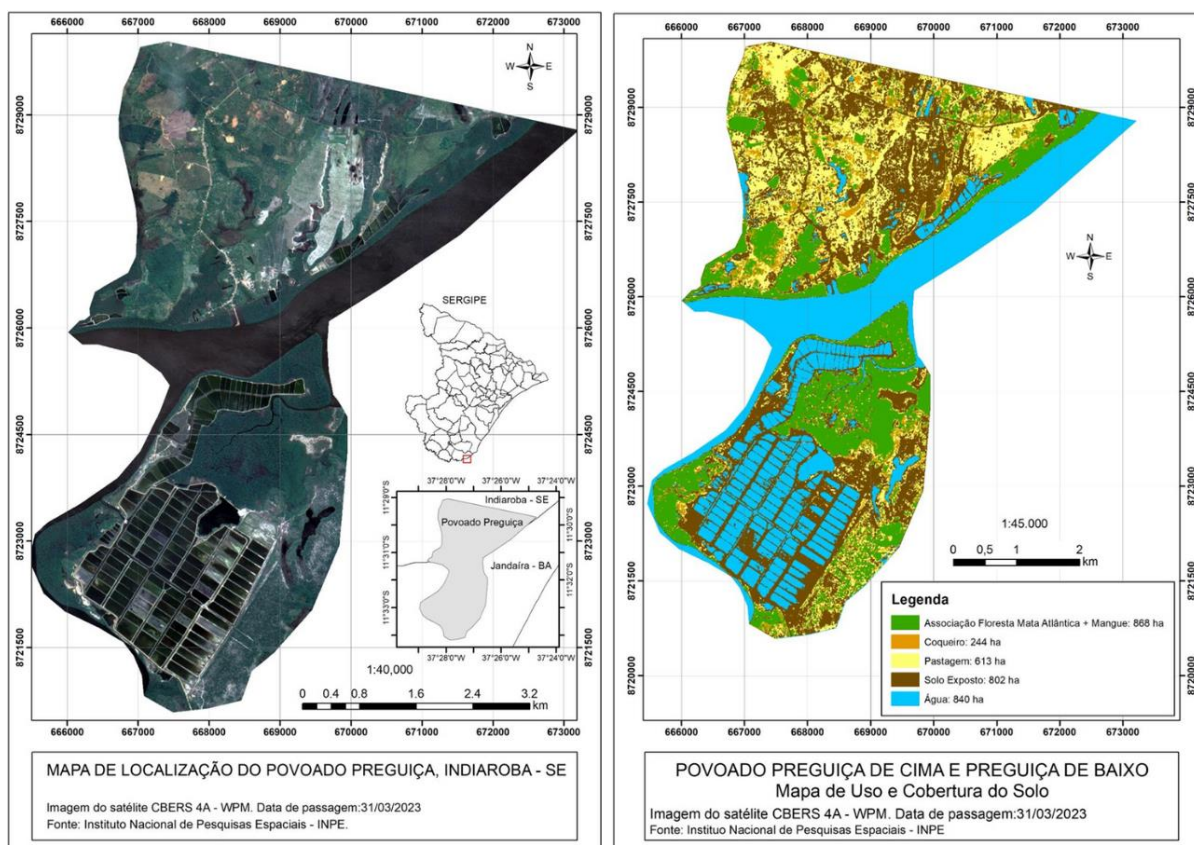
De acordo com os discursos apresentados pelos(as) participantes, fica evidente que a atividade da carcinicultura, embora reconhecida pelo seu potencial econômico e pelos benefícios propostos aos pequenos produtores, divide o movimento das catadoras e catadores de mariscos. Esse conflito evidencia os limites de uma estratégia de desenvolvimento que privilegia uma atividade economicamente viável, em detrimento das práticas socioculturais e ambientais historicamente vivenciadas por essas mulheres.

O avanço da carcinicultura continua sendo um fator central na perda dessas áreas (Figura 6), e esse processo segue ocorrendo afetando o modo de vida do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, indicando ameaças e desafios crescentes.

No período entre 2012 e 2023, a carcinicultura expandiu-se de forma significativa no litoral sergipano, resultando no aumento do número de viveiros de camarão, e na transformação de áreas de manguezal, conforme apontam os levantamentos realizados por Dantas Neto (2025).

Conforme Dantas Neto (2025, p. 5), as transformações recentes no uso do solo em áreas costeiras evidenciam um cenário de intensa pressão sobre os manguezais, pois “a cobertura de manguezais teve uma redução equivalente a 6,9%, enquanto a área ocupada pela carcinicultura aumentou 276,3%, impulsionada pelas mudanças legais que simplificaram o licenciamento e reduziram as exigências ambientais”, o que tem aprofundado os conflitos pelo uso da terra e intensificando a degradação socioambiental.

Figura 6 – Localização dos viveiros de camarão às margens do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.



Elaboração: Diego Campana Loureiro (2023).

Entende-se que a atividade da carcinicultura atualmente é detentora de imensa importância econômica; entretanto faz-se necessária a execução de uma política de aprimoramento e fiscalização, além de determinantes que balizem como enfrentar uma atividade poluidora, mas que representa altas perspectivas socioeconômica.

Vale ressaltar a importância do planejamento e da execução da atividade de forma a respeitar as peculiaridades, a tradição da comunidade e o respeito à cultura local, buscando sempre a harmonia sustentável entre o homem e o meio ambiente. A partir dessa premissa e não objetivando prejuízos aos carcinicultores, mas sim, a busca de uma atividade sustentável em que sejam respeitados os trabalhadores das comunidades diretamente afetados pelas práticas abusivas ao ecossistema manguezal.

2.4 Considerações Finais

Este artigo buscou identificar as principais ameaças e os desafios na atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, no tocante aos aspectos sociais,

ambientais, econômicos e operacionais, a partir da seguinte questão de pesquisa: quais são as principais ameaças e os desafios identificados na atividade de mariscagem na comunidade Preguiça, em Indiaroba/SE?

A baixa escolaridade, a predominância de mulheres pretas e pardas, as condições de saúde, a atividade de carcinicultura, os períodos desfavoráveis para a mariscagem, o transporte dos instrumentos utilizados para mariscar e o tempo diário dedicado à mariscagem, foram fatores identificados neste estudo como dimensões que provocam tanto ameaças quanto desafios.

Assim, no que diz respeito às ameaças, pode-se citar a limitação no acesso à educação escolar; o racismo estrutural e maior vulnerabilidade social com relação à cor e gênero; as doenças ocupacionais, podendo causar dores crônicas; exposição a riscos ambientais; a degradação do manguezal e, com isso, a diminuição dos estoques naturais e a limitação no acesso da área do mangue, por meio da redução da oferta de mariscos e da renda familiar; e desgaste físico com redução da capacidade laboral.

Em paralelo, os desafios são demasiados, com destaque para as dificuldades de organização coletiva, qualificação profissional e diversificação da renda; a invisibilidade social; a dificuldade de reconhecimento profissional; a falta ou pouca assistência em saúde adequada e prevenção de doenças, de modo a manter a produtividade sem comprometer a saúde; a ausência de transporte adequado e infraestrutura precária; e a convivência com impactos ambientais e perda do território tradicional.

Conclui-se que a invisibilidade histórica do trabalho das catadoras e dos catadores de mariscos, aliada ao avanço da atividade da carcinicultura e da precariedade de operacional, têm contribuído para o enfraquecimento e a progressiva extinção da atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, levando ao risco de que, em breve, reste apenas a memória da existência de marisqueiros e marisqueiras nessa comunidade.

Para mitigar as ameaças e superar os desafios postos neste estudo, enquanto é possível, deve-se investir em capacitação e educação das marisqueiras, melhorar a infraestrutura e transporte dos instrumentos, garantir assistência à saúde e políticas governamentais de proteção social, ambiental e econômica, promovendo ações de conservação ambiental nos manguezais para reduzir os impactos da carcinicultura.

Este estudo apresentou limitações quanto ao trabalho vinculado aos atravessadores, sujeitos que fazem a intermediação da compra junto às catadoras e aos catadores de mariscos e venda ao consumidor final, bem como aspectos de uma possível pressão imobiliária e a

necessidade de inserção do turismo de base comunitária no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE. Por isso, faz-se necessário estudos futuros que possam identificar as ameaças e desafios com relação a esses pontos citados.

Além disso, visto a vulnerabilidade social, econômica, ambiental e operacional identificadas neste estudo, sugere-se mecanismos de avaliação que permita medir e monitorar se as famílias participantes deste estudo têm acesso regular e suficiente a alimentos adequados, construindo um índice para auxiliar o poder público a reconhecer possíveis situações de fome e insegurança alimentar, orientando a criação de políticas públicas mais eficazes, como programas de renda, apoio à produção local e acesso a serviços básicos.

Referências

ABCC – Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **Levantamento da infraestrutura produtiva e dos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais da carcinicultura marinha no Brasil em 2011**. Natal: Ministério da Pesca e Agricultura, 2011. p. 77.

Disponível em: <https://abccam.com.br/2013/12/levantamento-da-infraestrutura-produtiva-e-dos-aspectos-tecnologicos-economicos-sociais-e-ambientais-da-carcinicultura-marinha-no-brasil-em-2011/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

ÁGOLA, P. H. C. B.; PINTO, A. E. M.; MOREIRA, M. A. C. Empreendimentos na zona costeira brasileira: proteção legal e impactos ambientais. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 10, n. 2, p. 78–94, 2022. Disponível em: <https://zenodo.org/records/7321694>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ARAÚJO, A. S.; *et al.* Protagonismo invisível: a importância e os desafios das marisqueiras de Ilha Grande. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.2487>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ARAUJO, L. M. S. de. **Atividade de mariscagem na Comunidade Pesqueira de Chaval, Ceará, Nordeste do Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54432>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BARRETO, L. M.; BARRETO, N. S. E.; FREITAS, A. **Perfil socioeconômico e de pesca de marisqueiras no Município de Maragogipe**. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca (XVIII CONBEP), Paulo Afonso/BA, 20–24 out. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/6681440/PERFIL_SOCIOECONÔMICO_E_DE_PESCA_DE_MARISQUEIRAS_NO_MUNICÍPIO_DE_MARAGOGIPE_BAHIA_BRASIL. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, [s.d.]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/livro_direito_humano_alimentacao_saudavel_parte1.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Bolsa Família chega a 18,65 milhões de lares a partir desta sexta-feira** (14 de novembro). Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/bolsa-familia-chega-a-18-65-milhoes-de-lares-a-partir-desta-sexta-feira-14-de-novembro>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRYAN-BROWN, D. N.; *et al.* Global trends in mangrove forest fragmentation. **Scientific Reports**, v. 10, 7117, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-020-63880-1>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CARVALHO, D. M. **Implementação de políticas sociais no município de Indiaroba através do banco comunitário e da moeda social digital Aratu**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Direito Público Municipal) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2023. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/handle/123456789/5320>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CEZAR, L. S.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? [...] **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, p. e178848, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/178848>. Acesso em: 4 jan. 2026.

COSTA, S. S.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, L. O. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 7, e00207922, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT207922>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

DANTAS NETO, R. B. **Flexibilização normativa e conflitos socioambientais: o avanço da carcinicultura sobre o mangue sergipano**. 2025. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/22754>. Acesso em 05 out. 2025.

DIAS, D. B. Problemas ambientais no Brasil. **Revista EA**, Espírito Santo, v. 17, n. 66, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3530>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FERREIRA, L. L.; SANTOS, J. F.; SANTOS, W. S. Moedas sociais alagoanas: Terra, Bertholet, Sururote, Caatinga e ÉDG. **Boletim Historiar**, v. 12, n. 01, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/23323>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FERREIRA, S. C.; SANTOS, J. F. Saúde das mulheres marisqueiras e seus atravessamentos: uma revisão da literatura. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 38, n. 1, p. 467–484, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CEF-v38n1-2025-23>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GODFRAY, C. J.; *et al.* Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, Washington, v. 327, p. 812–818, 2010. Disponível em: http://web.mit.edu/12.000/www/m2019/pdfs/Godfray_2010_Science.pdf. Acesso em: 9 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Monitoramento da biodiversidade para conservação dos ambientes marinhos e costeiros**. Brasília, DF: ICMBio, 2024.

LACERDA, L. D.; *et al.* 20-Years cumulative impact from shrimp farming on mangroves of northeast Brazil. **Frontiers in Forests and Global Change**, v. 4, 2021. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/journals/forests-and-global-change/articles/10.3389/ffgc.2021.653096/full> Acesso em: 15 fev. 2022.

LIMA DE JESUS, L.; PENA, P. G. L.; ARAÚJO, K. L. de. Aspectos da (in)segurança alimentar e nutricional vivenciados por mulheres marisqueiras. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 30, 2023. p. e023024. Disponível em:

<https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8673751>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MACIEL, E. S. E.; *et al.* Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 44, p. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8673751>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MAIA, A. M. L.; MEDEIROS, E. L.; SILVA, G. H. Aspectos sociais, econômicos e ambientais da pesca do bivalve *Anomalocardia brasiliana* em praias da região da Costa Branca do Nordeste brasileiro. **Revista de Geografia (Recife)**, Recife, v. 38, n. 2, p. 43–64, 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2021.244822> Acesso em: 18 abril 2022.

MONTEIRO, N. R. O. de; SILVA, D. S. Percepções do ambiente, condições psicológicas e de qualidade de vida em habitantes de ocupações irregulares em área de manguezais na Baixada Santista, SP, Brasil. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 9, n. 3, p. 13–27, 2018.

MÜLLER, J. dos S.; *et al.* Fatores associados aos distúrbios musculoesqueléticos em pescadores de comunidade tradicional na Baía de Todos-os-Santos, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 50, p. e20, 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbso/a/FnsWMsqbWsDypKR9fBQcZdm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 jan. 2026.

NASCIMENTO, G. N. do; *et al.* Aspectos da dinâmica populacional de *Anomalocardia brasiliana*: subsídios para a pesca sustentável no Litoral Oeste do Ceará, Brasil. **Revista Ciência Animal Brasileira**, v. 23, p. 70–78, 2022. Disponível

em: <https://doi.org/10.1590/1809-6891v23e-72781P> Acesso em: 15 jan. 2025.

NASCIMENTO, L.; *et al.* Fatores que ameaçam a floresta de mangue no município de Galinhos, RN, utilizando sensoriamento remoto: uma análise multitemporal (1984–2022).

Revista Brasileira de Geografia Física, Recife, v. 18, n. 2, p. 1445–1460, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v18.2.p1445-1460> Acesso em: 15 jan. 2026.

OLIVEIRA, M. M. **Atividade pesqueira e marisqueira feminina...** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas) – Centro Universitário Tiradentes, 2018. Disponível em: https://cdn.prod.website-files.com/655df2405bb5d917601b0774/667318f692b75ee29bca1bdd_5-%20Magda%20MATos%20de%20Oliveira.pdf Acesso em: 14 jan, 2026.

PENA, P. G. L.; FREITAS, M. do C. S. de; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3383–3392, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000900005> Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, E. A. *et al.* Conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. **Revista Geografar**, v. 11, p. 113-132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/geografar.v11i1.48981> Acesso em: 14 jan. 2026.

SANTOS, E. S.; SILVA, M. A. Trabalho, saúde e resistência: o cotidiano das marisqueiras em comunidades costeiras brasileiras. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 22, n. 3, p. 70–90, 2021.

SANTOS, H. V. S.; *et al.* Indicadores para diagnóstico das alterações antrópicas no manguezal do estuário do rio São Francisco. **Tropical Oceanography**, v. 39, n. 2, p. 166–178, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/TROPICALOCEANOGRAPHY/article/view/5186/4446> Acesso em: 16 jan. 2026.

SERGIPE. Lei nº 8.327, de 4 dez. 2017. **Dispõe sobre Política Estadual da Carcinicultura...** Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 4 dez. 2017.

SESC. **Conheça o Sesc Mesa Brasil**. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/atuacoes/assistencia/sesc-mesa-brasil/entenda/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SILVA, H. J. H. **O desenvolvimento recente da maricultura no Brasil...** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/69072?show=full> Acesso em: 15 jan. 2026.

SILVA, M. Z. T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Revista Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, p. 97–111, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/8626> Acesso em: 15 jan. 2026.

SILVA, S. A.; NAVONI, J. A.; OLIVEIRA, J. E. L. Impactos sociais, econômicos e ambientais da carcinicultura no Brasil: uma análise bibliométrica. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 11, n. 1, p. 782–793, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/36668> Acesso em: 15 jan. 2026.

SILVA, T. H. C.; *et al.* Pensando a segurança e a soberania alimentar... **Revista de Estudos Sociais**, v. 22, n. 44, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/9703/html> Acesso em: 15 jan. 2026.

SOUZA, B. B. de; *et al.* Mapeamento espaço-temporal da carcinicultura no litoral do estado de Sergipe. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 23, n. 90, p. 179–192, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG239061168> Acesso em: 15 jan. 2026.

VIEIRA FILHO, R. R.; MARQUES, E. C. B. de B.; ARAÚJO, S. S. de. Educação e Desigualdades: mulheres negras e racismo em tempos de negacionismo. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 6, n. 12, p. 46–60, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/rieja/article/view/18749>. Acesso em: 15 dez. 2025.

WARD, R. D.; DE LACERDA, L. D.; DA SILVA CERQUEIRA, A.; SILVA, V. H. M. C.; HERNANDEZ, O. C. Vertical accretion rates of mangroves in northeast Brazil: implications for future responses and management. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 289, 108382, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272771423001725> Acesso em: 15 jan. 2026.



ARTIGO III

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E COMUNIDADES
TRADICIONAIS: AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DA
VIVÊNCIA EM RELAÇÃO À DISPONIBILIDADE E
ACESSO AOS ALIMENTOS NO POVOADO PREGUIÇA,
INDIAROBA/SE**

(In)Segurança Alimentar em Comunidades Tradicionais: avaliação da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE

Food (In)Security in Traditional Communities: an assessment of experiences and lived realities regarding food availability and access in the Preguiça Village, Indiaroba, Sergipe, Brazil

Resumo

A Insegurança Alimentar constitui um desafio persistente em comunidades tradicionais costeiras, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais, informalidade do trabalho e dependência direta dos recursos naturais. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo avaliar a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada na aplicação de questionários estruturados a moradores adultos da comunidade (n = 104), dentre esses, destacam-se as catadoras e os catadores de mariscos (n = 60). Os dados foram analisados mediante a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além da estatística descritiva e de correlações. Os resultados evidenciaram baixos níveis de renda e escolaridade, elevada informalidade do trabalho, centralidade do autoconsumo como estratégia de acesso aos alimentos e relações com significância estatística entre a atividades insustentável da carcinicultura na comunidade e a Insegurança Alimentar. Embora a mariscagem desempenhe um papel relevante na alimentação cotidiana desse grupo analisado, essas práticas mostraram-se insuficientes para assegurar regularidade e diversidade alimentar. A aplicação da EBIA revelou elevada prevalência de Insegurança Alimentar em ambos os grupos, com maior concentração das formas moderada (50,00%) e grave (33,33%) entre as catadoras e os catadores de mariscos. Conclui-se que a Insegurança Alimentar no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, constitui um fenômeno estrutural, determinado por condicionantes territoriais e institucionais, afetando de forma mais intensa os grupos inseridos em regimes de trabalho informal e ambientalmente dependentes do ecossistema manguezal.

Palavras-chave: Carcinicultura; EBIA; Insegurança Alimentar; Mariscagem; Segurança Alimentar.

Abstract

Food insecurity constitutes a persistent challenge in traditional coastal communities, especially in contexts marked by territorial inequalities, informal work, and direct dependence on natural resources. In this sense, this study aimed to evaluate the perception of experience and lived experience regarding the availability and access to food in the Povoado Preguiça, Indiaroba/SE. This is a quantitative, descriptive, and analytical study based on the application of structured questionnaires to adult residents of the community (n = 104), among whom shellfish gatherers (n = 60) stand out. The data were analyzed using the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), in addition to descriptive statistics and correlations. The results showed low levels of income and education, high informality of work, the centrality of self-consumption as a strategy for accessing food, and statistically significant relationships between the unsustainable activity of shrimp farming in the community and food insecurity. Although shellfish gathering plays a relevant role in the daily diet of this analyzed group, these practices proved insufficient to ensure regularity and dietary diversity. The application of the EBIA (Brazilian Food Insecurity Scale) revealed a high prevalence of food insecurity in both groups, with a higher concentration of moderate (50.00%) and severe (33.33%) forms among shellfish gatherers. It is concluded that food insecurity in the Povoado Preguiça, in Indiaroba/SE, constitutes a structural phenomenon, determined by territorial and institutional conditions, affecting more intensely the groups involved in informal work regimes and environmentally dependent on the mangrove ecosystem.

Keywords: Shrimp Farming; EBIA; Food Insecurity; Shellfish Harvesting; Food Safety.

3.1 Introdução

A Insegurança Alimentar constitui um dos principais desafios socioambientais contemporâneos, manifestando-se de forma particularmente intensa em territórios marcados por desigualdades estruturais, precarização do trabalho e acesso desigual às políticas públicas. No Brasil, apesar de avanços históricos no enfrentamento da fome, evidências recentes apontam a persistência e, em alguns contextos, o agravamento da Insegurança Alimentar, com impactos mais pronunciados sobre populações socialmente vulnerabilizadas e grupos cuja subsistência depende diretamente do uso dos recursos naturais (Rede PENSSAN, 2022; FAO *et al.*, 2023).

Entre esses grupos, as comunidades tradicionais costeiras ocupam posição singular. A dependência das atividades, como a pesca artesanal e a mariscagem, confere especificidades ao acesso aos alimentos, combinando práticas de autoconsumo, inserção em mercados locais e redes informais de solidariedade. Embora essas estratégias desempenhem papel relevante na alimentação cotidiana, elas permanecem fortemente condicionadas à estabilidade ambiental, aos ciclos naturais e à disponibilidade de renda monetária, tornando esses territórios especialmente sensíveis a choques econômicos, climáticos e institucionais (Silva *et al.*, 2021; Lima de Jesus; Pena; Araújo, 2023).

Nesse contexto, a Insegurança Alimentar deve ser compreendida como expressão de processos territoriais mais amplos, envolvendo acesso desigual à renda, ao trabalho e à proteção social. Uma abordagem territorial permite evidenciar diferenciações internas aos próprios territórios, revelando que grupos inseridos em regimes de trabalho mais precários tendem a experimentar formas mais intensas e persistentes de restrição alimentar, inclusive com repercussões intergeracionais (Galindo, 2025).

Nesse sentido, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) constitui um instrumento validado para a mensuração dessas experiências, permitindo captar diferentes níveis de Insegurança Alimentar, a partir da percepção e vivência dos domicílios. Para além da classificação em níveis de (In)Segurança Alimentar, a EBIA possibilita analisar como a restrição alimentar se manifesta no cotidiano das famílias, oferecendo subsídios importantes para a compreensão das desigualdades sociais e territoriais associadas ao acesso aos alimentos (IBGE, 2014).

Inserida nesse debate, o Povoado Preguiça, localizado no município de Indiaroba, no litoral sul de Sergipe (SE), caracteriza-se como um território tradicional costeiro, no qual a pesca artesanal e a mariscagem desempenham papel central na organização econômica e social.

A coexistência de diferentes grupos sociais no interior do povoado, com destaque para as catadoras e os catadores de mariscos, permite explorar como a (In)Segurança Alimentar se apresenta no território, podendo refletir posições distintas na estrutura produtiva local e diferentes níveis de acesso à renda, por exemplo.

Com isso, questiona-se: como foi percebida a experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos, sob a ótica dos moradores do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), destacando as diferenciações internas entre o conjunto da comunidade e o grupo social das catadoras e catadores de mariscos.

3.2 Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e analítico, realizada no Povoado Preguiça/SE. Este estudo teve como unidade de análise os domicílios residentes nessa comunidade e adotou como foco a experiência alimentar e a situação de Segurança Alimentar, considerando as especificidades territoriais e sociais do contexto estudado.

A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional e não probabilística, utilizando-se a técnica de *snowball sampling* (bola de neve). Conforme destacado por Bockorni e Gomes (2021), esse tipo de amostragem é especialmente apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou em contextos nos quais os temas investigados envolvem dimensões sensíveis da vida cotidiana.

Foram incluídos participantes maiores de 18 anos e, durante o processo de coleta, não foram registradas recusas explícitas à participação; eventuais perdas estiveram relacionadas à indisponibilidade momentânea dos potenciais participantes, sem comprometer o alcance do número final de participantes previstos.

A coleta de dados ocorreu em 2024, por meio da aplicação de questionários estruturados (Apêndice E) juntos aos moradores adultos (n = 104) e das catadoras e dos catadores de mariscos (n = 60) da comunidade. Os questionários contemplaram informações

socioeconômicas, estratégias de acesso aos alimentos, práticas de autoconsumo e a aplicação da EBIA.

A codificação das respostas seguiu os critérios oficiais da EBIA, atribuindo-se valor 1 (um) às respostas afirmativas (“sim”) e 0 (zero) às respostas negativas (“não”). Respostas classificadas como “não sabe” ou “não respondeu” foram tratadas como valores ausentes e excluídas do denominador nos cálculos de proporção e na construção do indicador sintético, evitando viés de superestimação ou subestimação da Insegurança Alimentar.

A classificação da situação de Segurança Alimentar também seguiu os critérios oficiais da EBIA, distinguindo quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar leve, moderada e grave. A classificação foi realizada separadamente para todo o Povoado e, apenas, para o grupo das catadoras e dos catadores de mariscos, respeitando os diferentes universos amostrais.

Além da classificação categórica, procedeu-se à construção de um índice sintético da EBIA, com o objetivo de avaliar a intensidade da (In)Segurança Alimentar entre os grupos analisados. Esse índice foi calculado a partir da proporção de respostas afirmativas aos itens da escala, conforme a seguinte expressão:

$$\text{Índice EBIA} = \frac{1}{k} \sum_{i=1}^k P_i$$

Em que k representa o número de itens aplicáveis ao domicílio (variável conforme a presença ou não de menores de 18 anos) e p_i corresponde à proporção de respostas afirmativas para cada item da EBIA. Dessa forma, o índice pode variar entre 0 e 1, assumindo valores mais elevados à medida que aumenta a intensidade das experiências de Insegurança Alimentar (Figura 1).

O índice varia de 0 a 1 e corresponde à média da proporção de respostas afirmativas aos itens da escala aplicáveis a cada domicílio e a catadora e catador de marisco. Valores próximos de zero indicam ausência de experiências de restrição alimentar, caracterizando situação de Segurança Alimentar, enquanto valores progressivamente mais elevados, refletem maior intensidade e recorrência das vivências associadas à Insegurança Alimentar. Os intervalos de classificação foram definidos por equivalência proporcional aos pontos de corte oficiais da EBIA, permitindo a síntese contínua da escala sem descaracterizar sua lógica original.

Figura 1 – Índice de Segurança Alimentar



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Dessa forma, os dados foram sistematizados e analisados por meio da estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas. As análises foram realizadas, separadamente, para o povoado em geral e para os marisqueiros e marisqueiras, de modo a evidenciar diferenciações internas no território.

Adicionalmente, foram realizadas análises bivariadas com o objetivo de investigar associações entre a classificação da Segurança Alimentar, segundo a EBIA, e as variáveis socioeconômicas relacionadas à experiência alimentar. Para tanto, foram construídas tabelas de contingência e aplicado o teste do qui-quadrado de Pearson (χ^2), adotando-se nível de significância estatística de 5% ($p < 0,05$).

Quando os pressupostos do teste do qui-quadrado não foram atendidos, especialmente em situações com frequências esperadas reduzidas, empregou-se o teste exato de Fisher, assegurando a validade dos resultados. Os testes foram empregados para avaliar a existência de associação estatisticamente significativa entre a situação de Segurança Alimentar e variáveis como gênero, ocupação, raça/cor, recebimento de doações sociais, hábitos alimentares autorreferidos e Povoado, em geral, versus catadoras e catadores de mariscos

Para aprofundar a análise das associações entre as variáveis socioeconômicas e a Segurança Alimentar, foi empregada a regressão logística binária, com estimativa de *odds ratios* (OR) e respectivos valores de significância. A classificação da Segurança Alimentar, obtida por meio da EBIA, foi dicotomizada em Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar

(agrupando os níveis leve, moderado e grave), possibilitando a modelagem de um desfecho binário. O OR foi utilizado como medida de associação para estimar a magnitude das chances de Insegurança Alimentar entre os diferentes grupos analisados. As análises estatísticas foram realizadas no *software* R.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob a decisão CAAE: 67761523.0.0000.5546, em 2023. Por questões éticas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice C) foi entregue para os participantes e, após a sua assinatura, deu-se início a aplicação dos questionários.

3.3 Resultados e Discussão

Esta seção avalia a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e ao acesso aos alimentos. Para tanto, ela foi fragmentada em cinco subseções, sendo elas: Caracterização Socioeconômica e Vulnerabilidade Territorial; Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos; Insegurança Alimentar segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA); Associações entre determinantes estruturais e a Insegurança Alimentar e, por fim, Associação entre mariscagem, impactos da carnicultura e Insegurança Alimentar.

3.3.1 Caracterização Socioeconômica e Vulnerabilidade Territorial

A caracterização socioeconômica evidencia que o Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, está inserido em um território marcado por restrições estruturais de acesso à renda, ao trabalho formal e às políticas públicas.

Observa-se na Tabela 1, no conjunto do Povoado, predominância de mulheres (61,54%), elevada proporção de população autodeclarada preta e parda (93,27%), baixos níveis de escolaridade com 44,23% dos participantes com Ensino Fundamental incompleto e concentração da renda familiar em até um salário-mínimo (70,42%).

A análise comparativa indica que tais características assumem maior intensidade entre as catadoras e catadores de mariscos. Esse grupo, composto majoritariamente por mulheres (93,33%), apresenta maior concentração nas faixas etárias economicamente ativas (61,66% entre 31 e 50 anos) e níveis educacionais predominantemente associados ao Ensino Fundamental incompleto (40 %).

Tabela 1 – Caracterização socioeconômica do Povoado e das Catadoras e Catadores de Mariscos.

Variáveis	Povoado f (%)	Catadores de Mariscos f (%)
Gênero		
Feminino	67 (61,54)	56 (93,33)
Masculino	37 (34,62)	4 (6,67)
Faixa etária		
Até 20 anos	2 (1,92)	1 (1,67)
21 a 30 anos	17 (16,34)	12 (20)
31 a 40 anos	26 (24,04)	23 (38,33)
41 a 50 anos	17 (15,38)	14 (23,33)
51 a 60 anos	19 (17,31)	6 (10)
Acima de 60 anos	23 (21,15)	4 (6,67)
Raça/Cor		
Preta	51 (47,12)	34 (56,67)
Parda	50 (46,15)	24 (40)
Branca/Amarela	3 (2,88)	2 (3,34)
Escolaridade		
Sem instrução	13 (12,50)	5 (8,33)
Fundamental incompleto	48 (44,23)	24 (40)
Fundamental completo	4 (3,85)	6 (10)
Médio incompleto	14 (12,50)	6 (10)
Médio completo	22 (20,19)	17 (28,33)
Superior (inc./comp.)	3 (2,88)	2 (3,34)
Renda familiar mensal		
Até 1/2 salário mínimo	26 (24,04)	37 (61,67)
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	50 (46,15)	19 (31,67)
Acima de 1 salário mínimo	28 (26,96)	4 (6,67)
Total	104 (100%)	60 (100%)

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Destaca-se, ainda, que 61,67% das catadoras e catadores de mariscos vivem em domicílios com renda familiar inferior a meio salário-mínimo, proporção significativamente superior à observada no conjunto da comunidade. Essa diferenciação interna no território evidencia posições distintas na estrutura produtiva local e maior exposição das catadoras e catadores de mariscos a contextos de instabilidade econômica.

Assim como identificado neste estudo, foi observado por Lopes *et al.* (2021), que a atividade das catadoras e catadores de mariscos está fortemente associada a condições de baixa escolaridade e baixa renda, revelando a presença de desigualdade e precariedade

socioeconômica dos trabalhadores e trabalhadoras da mariscagem, cuja renda mensal se mantém abaixo de meio salário-mínimo (Nascimento; Araújo, 2022).

3.3.2 Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos

A experiência alimentar relatada pelo grupo analisado evidencia a centralidade do território e do uso direto dos recursos naturais na garantia do acesso aos alimentos no Povoado Preguiça (Tabela 2).

Tabela 2 – Experiência alimentar, autoconsumo e estratégias de acesso aos alimentos.

Variáveis	Povoado f (%)	Catadores de Mariscos f (%)
Origem principal dos alimentos consumidos		
Compra em comércio local	62 (59,62)	18 (30,00)
Autoconsumo (pesca/mariscagem/coleta)	31 (29,81)	42 (70,00)
Doação/ajuda de familiares ou vizinhos	11 (10,58)	
Frequência de consumo de pescado/mariscos		
Diária	28 (26,92)	46 (76,67)
Semanal	47 (45,19)	14 (23,33)
Ocasional	21 (20,19)	
Raramente ou nunca	8 (7,69)	
Dificuldade para adquirir alimentos nos últimos três meses		
Respostas	69 (66,35)	49 (81,67)
Estratégias adotadas diante da falta de alimentos*		
Redução da quantidade consumida	54 (51,92)	37 (61,67)
Substituição por alimentos mais baratos	63 (60,58)	45 (75,00)
Empréstimo/doação de alimentos	29 (27,88)	44 (73,33)
Priorizar alimentação de crianças	41 (39,42)	29 (48,33)

*As questões admitiram respostas múltiplas por respondente.

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

No conjunto do povoado, 29,81% dos domicílios declararam o autoconsumo, por meio da pesca artesanal, mariscagem ou coleta, como principal origem dos alimentos, enquanto 59,62% dependem prioritariamente da compra no comércio local. Entre as catadoras e catadores de mariscos, essa dinâmica assume maior centralidade: 70,0% indicaram o autoconsumo como

principal fonte alimentar, evidenciando a mariscagem não apenas como atividade produtiva, mas como base estruturante da alimentação cotidiana.

Ainda assim, a elevada dependência do autoconsumo não se traduz em garantia de regularidade e diversidade alimentar, sobretudo em contextos de instabilidade ambiental e econômica (FAO *et al.*, 2023), como indicado neste estudo.

A vulnerabilidade dessa estratégia torna-se evidente quando se observa que 66,35% dos domicílios do Povoado relataram dificuldade para adquirir alimentos nos três meses anteriores à aplicação do questionário, proporção que se eleva para 81,67% entre as catadoras e catadores de mariscos.

Dito isso, embora o consumo de pescado e mariscos seja frequente, com consumo diário ou semanal em 72,11% nos domicílios do povoado e em 100% entre as catadoras e catadores de mariscos, a recorrência de estratégias de enfrentamento da escassez indica limites importantes desse padrão alimentar.

Entre as catadoras e catadores de mariscos, 75,0% relataram substituição por alimentos mais baratos, 61,67% a redução da quantidade consumida e 73,33% a recorrência a empréstimos ou doações de alimentos, percentuais superiores aos observados no conjunto da comunidade.

Esses resultados corroboram com a literatura recente, a qual aponta que, em comunidades tradicionais costeiras, o autoconsumo atua como mecanismo de amortecimento da Insegurança Alimentar, reduzindo a dependência imediata do mercado externo, mas permanecendo altamente vulnerável às pressões externas, como a degradação ambiental, os conflitos pelo uso do território e as restrições ao acesso aos ecossistemas costeiros (Silva *et al.*, 2021; Lima de Jesus; Pena; Araújo, 2023).

Por conseguinte, as redes de solidariedade familiar e comunitária, acionadas por 27,88% dos domicílios do povoado e por 73,33% das catadoras e catadores de mariscos, configuram arranjos informais relevantes de proteção social. No entanto, conforme destacam Maluf e Menezes (2021), tais estratégias possuem caráter paliativo e não substituem políticas públicas estruturantes capazes de enfrentar as desigualdades territoriais persistentes que condicionam o acesso regular e adequado aos alimentos.

Do ponto de vista nutricional, o padrão alimentar associado ao autoconsumo apresenta limitações importantes. A predominância do consumo de pescado e mariscos assegura o acesso às proteínas de alto valor biológico, mas não garante, por si só, uma dieta diversificada e nutricionalmente adequada. A elevada proporção de domicílios, tanto no povoado em geral

quanto entre as catadoras e catadores de mariscos que relataram dificuldade para manter uma alimentação saudável e variada indica que o autoconsumo, embora relevante, não supre a necessidade de outros grupos alimentares, como frutas, legumes, cereais e alimentos de origem vegetal, cuja aquisição depende majoritariamente do mercado e de renda monetária (FAO *et al.*, 2023).

3.3.3 Insegurança Alimentar segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Considerando como ponto inicial da discussão o direito humano à alimentação, a EBIA possibilita a investigação de fatores que fragilizam a provisão a alimentos. O estudo de Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023) reforça a utilização da EBIA como instrumento, sendo capaz de monitorar a insegurança alimentar de grupos em situação de vulnerabilidade.

A síntese dos resultados da EBIA (Tabela 3) evidencia que a Insegurança Alimentar constitui um fenômeno estrutural no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, manifestando-se com intensidades distintas entre o conjunto da população residente e o grupo das catadoras e catadores de mariscos. A elevada frequência de respostas afirmativas aos itens da EBIA relacionados à preocupação com a falta de alimentos, à redução da qualidade da dieta e à restrição quantitativa da alimentação.

No conjunto do povoado, mais de 60% dos adultos relataram experiências associadas à Insegurança Alimentar, como a preocupação de que os alimentos acabassem (64,42%), a efetiva falta de alimentos por insuficiência de recursos financeiros (62,50%) e a impossibilidade de manter uma alimentação saudável e variada (64,42%). Esses resultados apontam para um padrão de Insegurança Alimentar que ultrapassa situações pontuais de escassez, configurando-se como uma condição persistente, relacionada à baixa renda, à informalidade do trabalho observadas no recorte espacial deste estudo.

Entre as catadoras e catadores de mariscos, os indicadores da EBIA revelam uma intensificação dessas experiências. A preocupação com a possibilidade de falta de alimentos atingiu 81,67% dos participantes, enquanto 76,67% relataram que os alimentos acabaram antes que houvesse dinheiro para comprar mais.

Ademais, 75% informaram não dispor de recursos suficientes para garantir uma alimentação saudável e variada, e mais da metade vivenciou situações de restrição alimentar severa, como comer menos do que deveria (61,67%) ou realizar apenas uma refeição ao dia

(56,67%). Esses dados indicam maior exposição das catadoras e catadores de mariscos às formas moderada e grave de Insegurança Alimentar.

Tabela 3 – Situação de Insegurança Alimentar segundo a EBIA.

Itens da EBIA	Povoado Adultos (%)	Catadoras/es Adultos (%)	Povoado Menores (%)	Catadoras/es Menores (%)
Preocupação de que os alimentos acabassem	67 (64,42)	49 (81,67)	-	-
Alimentos acabaram antes de poder comprar/receber mais	65 (62,50)	46 (76,67)	-	-
Falta de dinheiro para alimentação saudável e variada	67 (64,42)	45 (75)	-	-
Consumo apenas de alguns alimentos por falta de dinheiro	66 (63,46)	44 (73,33)	-	-
Adulto deixou de fazer refeição por falta de dinheiro	61 (58,65)	38 (63,33)	-	-
Adulto comeu menos do que devia por falta de dinheiro	67 (64,42)	37 (61,67)	-	-
Adulto sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro	65 (62,50)	35 (58,33)	-	-
Adulto fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer	63 (60,58)	34 (56,67)	-	-
Menor não comeu quantidade suficiente	-	-	4 (7,14)	27 (45)
Redução da quantidade de alimentos das refeições de menores	-	-	4 (7,14)	26 (43,33)
Menor deixou de fazer alguma refeição	-	-	4 (7,14)	22 (36,67)
Menor sentiu fome, mas não comeu	-	-	4 (7,14)	19 (31,67)
Menor fez apenas uma refeição ou ficou sem comer um dia inteiro	-	-	0 (0)	18 (30)

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de adultos participantes ou ao total de domicílios com presença de menores de 18 anos.

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A análise da dimensão infantil reforça a existência de diferenciações internas relevantes no Povoado. Nos domicílios em geral, as experiências de restrição alimentar entre crianças e adolescentes foram pouco frequentes, com apenas 7,14% dos domicílios relatando situações como redução da quantidade de alimentos ou fome não saciada.

Observa-se que, especialmente entre as crianças, o IDSC reflete problemas estruturais no acesso à alimentação adequada, como as desigualdades no acesso de alimentos regularmente adequados (IDSC/BR, 2025).

Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (2025) apresenta um baixo nível de desenvolvimento sustentável, com pontuação igual a 46,67, em uma escala de 0 a 100, no município de Indiaroba/SE.

Por conseguinte, nos domicílios de catadoras e catadores de mariscos, essas vivências apresentam-se de forma ainda mais grave: 45% relataram que crianças ou adolescentes não consumiram quantidade suficiente de alimentos; 43,33% informaram a redução da quantidade das refeições; e 30% indicaram que algum menor realizou apenas uma refeição ao dia ou permaneceu um dia inteiro sem se alimentar. Esses resultados indicam maior vulnerabilidade à reprodução intergeracional da Insegurança Alimentar entre as famílias diretamente dependentes da mariscagem.

Situação que corrobora com o estudo de Oparinde *et al.* (2025), no qual identificou que 62% dos entrevistados residiam em domicílios com subnutrição, o que evidencia que a pobreza constitui um dos principais fatores associados à insegurança alimentar.

Embora a Insegurança Alimentar esteja disseminada no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, sua intensidade é significativamente maior entre as catadoras e catadores de mariscos, grupo social que ocupa posição mais frágil na estrutura produtiva local, conforme Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023).

Adiante (Figura 2), a análise de associação entre povoado em geral e grupo das catadoras e catadores de mariscos e a classificação da Segurança Alimentar revelou diferenças estatisticamente significativas na distribuição das categorias da EBIA ($p < 0,001$). Os resultados indicaram que a Insegurança Alimentar não se distribui de forma homogênea no Povoado em questão, assumindo maior gravidade entre as catadoras e catadores de mariscos.

Entre as catadoras e catadores de mariscos, 66,7% dos domicílios encontram-se em situação de Insegurança Alimentar grave, proporção mais que o dobro da observada no conjunto da comunidade (30,8%). Conforme Lima de Jesus, Pena e Araújo (2023) a principal estratégia dessa população para o enfrentamento da Insegurança Alimentar é a atividade de mariscagem.

Em contraste, a Segurança Alimentar foi identificada em 28,8% dos domicílios do povoado em geral, enquanto entre as catadoras e catadores de mariscos esse percentual foi de apenas 15%.

Figura 2 – Associação entre o Povoado/Catadoras/es e classificação da Segurança Alimentar.



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

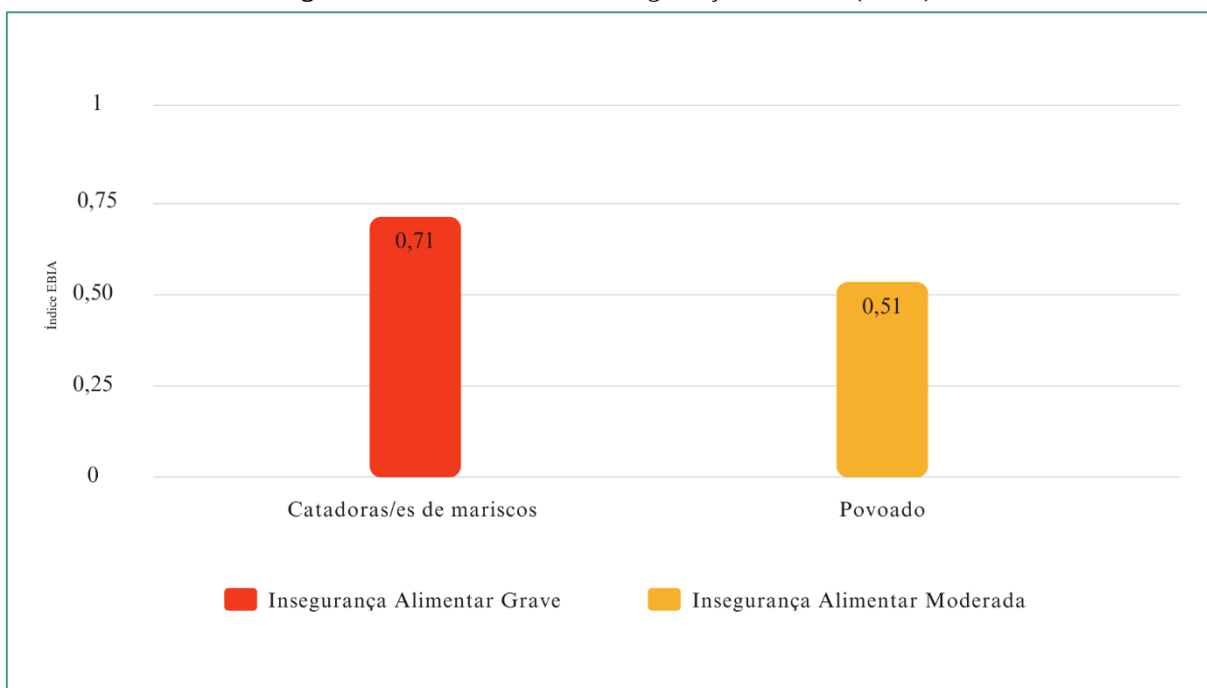
A Insegurança Alimentar moderada também apresentou maior concentração no povoado (32,7%) quando comparada às catadoras e catadores de mariscos (15%), sugerindo que, nesse grupo, a Insegurança Alimentar tende a se manifestar de forma mais severa.

Todavia, os resultados evidenciaram heterogeneidades internas significativas no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, relacionadas às distintas formas de inserção produtiva e aos níveis de acesso à renda. Observou-se também (Figura 3), maior prevalência de Insegurança Alimentar entre as catadoras e catadores de mariscos, cujo índice sintético EBIA (0,71) supera aquele observado para o povoado em geral (0,51).

O resultado do índice de Insegurança Alimentar apresentado neste estudo, revela que as catadoras e catadores de mariscos vivem em situação de Insegurança Alimentar grave, evidenciando a existência de fome e privação severa de alimentos. O Povoado Preguiça vive em situação de Insegurança Alimentar moderada, revelando que o acesso de alimento é realizado de maneira insuficiente e inadequada.

Tais evidências reforçam os resultados publicados pela Rede PENSSAN (2022), em que os dados de Insegurança Alimentar moderada e grave acima de 30% apresentam-se na região do Nordeste, com Sergipe ocupando o terceiro lugar, estando o Maranhão com 63,3%, Alagoas com 59,9%, Sergipe com 54,6%, e o Ceará com 51,6%.

Figura 3 – Índice sintético de Insegurança Alimentar (EBIA).



Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Assim como identificado neste estudo, foi observado por Oparinde *et al.* (2025), que a intensidade da pobreza entre pescadores artesanais, foi estimada em 0,59%, indicando que as famílias que vivem em situação de pobreza sofrem privações.

3.3.4 Associações entre determinantes estruturais e a Insegurança Alimentar

A análise da associação entre características socioeconômicas e ocupacionais, junto à classificação da Segurança Alimentar, mensurada pela EBIA, evidenciou que a Insegurança Alimentar no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, apresentou forte determinação estrutural (Tabela 4).

As associações, estatisticamente significativas, observadas entre Segurança Alimentar e gênero ($p = 0,004$), cor/raça autodeclarada ($p = 0,010$), renda familiar mensal ($p < 0,001$) e ocupação profissional ($p < 0,001$) indicaram que esses marcadores sociais operam de forma interdependente na produção das desigualdades alimentares no território.

No que se refere ao gênero, observou-se maior concentração de mulheres nas categorias de Insegurança Alimentar grave (47,2%) e moderada (30,1%), enquanto os homens apresentaram proporção significativamente maior de domicílios em Segurança Alimentar (43,9%).

Tabela 4 – Associação entre características socioeconômicas e a classificação da Segurança Alimentar.

Variável / Categoria	Insegurança grave f (%)	Insegurança moderada f (%)	Insegurança leve f (%)	Segurança Alimentar f (%)	Total n (%)	χ^2	gl	p-valor
Gênero						13,4	3	0,004*
Feminino	58 (47,2)	37 (30,1)	7 (5,7)	21 (17,1)	123 (100,0)			
Masculino	14 (34,1)	6 (14,6)	3 (7,3)	18 (43,9)	41 (100,0)			
Cor/raça						21,5	9	0,010*
Amarela	1 (100,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (100,0)			
Branca	1 (25,0)	0 (0,0)	1 (25,0)	2 (50,0)	4 (100,0)			
Parda	21 (28,4)	23 (31,1)	5 (6,8)	25 (33,8)	74 (100,0)			
Preta	49 (57,6)	20 (23,5)	4 (4,7)	12 (14,1)	85 (100,0)			
Renda familiar mensal						44,1	15	< 0,001*
Até ¼ SM	7 (53,8)	3 (23,1)	0 (0,0)	3 (23,1)	13 (100,0)			
¼ a ½ SM	27 (54,0)	20 (40,0)	1 (2,0)	2 (4,0)	50 (100,0)			
½ a 1 SM	32 (46,4)	16 (23,2)	4 (5,8)	17 (24,6)	69 (100,0)			
1 a 2 SM	5 (20,0)	4 (16,0)	3 (12,0)	13 (52,0)	25 (100,0)			
2 a 3 SM	1 (33,3)	0 (0,0)	1 (33,3)	1 (33,3)	3 (100,0)			
3 a 5 SM	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (25,0)	3 (75,0)	4 (100,0)			
Ocupação profissional						57,5	12	< 0,001*
Aposentado	7 (25,0)	2 (7,1)	2 (7,1)	17 (60,7)	28 (100,0)			
Desempregado	42 (56,0)	27 (36,0)	1 (1,3)	5 (6,7)	75 (100,0)			
Trabalho com carteira	6 (54,5)	1 (9,1)	1 (9,1)	3 (27,3)	11 (100,0)			
Trabalho sem carteira	15 (40,5)	9 (24,3)	2 (5,4)	11 (29,7)	37 (100,0)			
Outros	2 (15,4)	4 (30,8)	4 (30,8)	3 (23,1)	13 (100,0)			

*Significativo / Nota: Percentuais calculados por linha

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Adicionalmente, a análise por regressão logística binária indicou que as mulheres apresentaram aproximadamente 3,8 vezes mais chances de vivenciar Insegurança Alimentar quando comparadas aos homens ($p < 0,001$), evidenciando maior vulnerabilidade feminina no contexto estudado.

Nesse cenário, esse padrão é consistente com evidências que apontam maior vulnerabilidade alimentar em domicílios chefiados por mulheres, associada à menor renda média, maior informalidade no mercado de trabalho e sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidado, especialmente em contextos de pobreza e comunidades tradicionais (IBGE, 2023; Silva; Lima; Oliveira, 2022).

Outrossim, a análise segundo cor/raça autodeclarada, revelou que a Insegurança Alimentar grave incide de forma desproporcional sobre os indivíduos autodeclarados pretos, entre os quais 57,6% encontravam-se nessa condição, percentual substancialmente superior ao observado entre pessoas pardas (28,4%) e brancas (25%).

Em contraste, a Segurança Alimentar prevaleceu entre os indivíduos brancos (50%) e pardos (33,8%), enquanto permaneceu restrita entre a população preta (14,1%). Esses achados reforçam evidências de que a Insegurança Alimentar no Brasil apresenta forte componente racial, refletindo desigualdades historicamente estruturadas no acesso à renda, ao trabalho formal e às políticas públicas, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social e racialização da pobreza (Barbosa *et al.*, 2023; Pessoa; Costa; Santos, 2024).

No tocante à renda familiar mensal, este estudo mostrou um dos determinantes mais consistentes da Segurança Alimentar. As maiores proporções de Insegurança Alimentar grave concentram-se entre famílias com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (53,8%) e entre aquelas com renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (54%). À medida em que a renda aumenta, observou-se uma redução progressiva da Insegurança Alimentar grave e, ao mesmo tempo, ampliação da Segurança Alimentar, representando 52% entre as famílias com renda de 1 a 2 salários-mínimos e 75% entre aquelas com renda de 3 a 5 salários-mínimos.

Esses resultados corroboram com estudos que identificaram a insuficiência de renda como principal determinante da Insegurança Alimentar no país, mesmo em períodos de relativa melhoria nos indicadores nacionais (IBGE, 2023; Machado *et al.*, 2022).

Ademais, no que se refere à ocupação profissional, a Insegurança Alimentar grave atinge proporções elevadas entre indivíduos desempregados (56%) e trabalhadores com carteira assinada (54,5%), seguidos pelos trabalhadores sem carteira assinada (40,5%). Em contraste,

os aposentados apresentam o maior percentual de Segurança Alimentar (60,7%), evidenciando o papel protetivo da renda previdenciária regular.

Dessa forma, o elevado percentual de Insegurança Alimentar entre trabalhadores formais sugere que, no contexto do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, a formalização do vínculo laboral não garante, por si só, renda suficiente para assegurar o direito humano à alimentação adequada, possivelmente em função de baixos salários e da instabilidade econômica local.

Nesse sentido, os estudos de Souza, Carvalho e Rocha (2021) e de Costa *et al.* (2024), indicam que a precarização do trabalho e a baixa remuneração, mesmo em vínculos formais, constituem fatores relevantes para a persistência da Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais e periféricas.

A associação entre o recebimento de doações alimentares e a classificação da Segurança Alimentar (Tabela 5), segundo a EBIA, evidenciou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados ($\chi^2 = 40,9$; gl = 3; $p < 0,001$).

Logo, entre os domicílios que recebem doações alimentares, observou-se elevada concentração de Insegurança Alimentar grave (50,9%) e moderada (32,8%), enquanto apenas 10,3% encontram-se em situação de Segurança Alimentar. Em contraste, entre os domicílios que não recebem doações, predominou a Segurança Alimentar (56,3%), acompanhada de menor proporção de Insegurança Alimentar grave (27,1%).

Destarte, resultados semelhantes têm sido observados em estudos nacionais, os quais indicam que ações de doação de alimentos tendem a alcançar, prioritariamente, famílias em situação de privação alimentar severa, funcionando como respostas emergenciais frente à fome já instalada (Oliveira *et al.*, 2021; Machado *et al.*, 2022). Esses achados não indicam que o recebimento de doações produza a Insegurança Alimentar, mas revelam que tais benefícios são direcionados, majoritariamente, aos domicílios que já se encontram em condições estruturais de vulnerabilidade.

O fato de mais de 83% dos domicílios beneficiários concentrarem-se nas categorias de Insegurança Alimentar grave ou moderada, pode ser justificado pelas doações alimentares que operam como mecanismos compensatórios e paliativos, voltados à mitigação imediata da fome, sem capacidade de alterar de forma substantiva os determinantes sociais da Insegurança Alimentar, como renda insuficiente, instabilidade laboral e fragilidade das políticas de proteção social (Santos *et al.*, 2022; Pessoa; Costa; Santos, 2024).

Tabela 5 – Associação entre presença de hábitos alimentares saudáveis e assistencialismo e a classificação da Segurança Alimentar.

Variável / Categoria	Insegurança grave f (%)	Insegurança moderada f (%)	Insegurança leve f (%)	Segurança Alimentar f (%)	Total n (%)	χ^2	gl	p-valor
Você possui hábitos alimentares saudáveis?						30,6	6	< 0,001*
Sim	13 (27,1%)	9 (18,8%)	3 (6,3%)	23 (47,9%)	48 (100,0%)			
Às vezes	43 (47,3%)	31 (34,1%)	7 (7,7%)	10 (11,0%)	91 (100,0%)			
Não	16 (64,0%)	3 (12,0%)	0 (0,0%)	6 (24,0%)	25 (100,0%)			
Total	72 (43,9%)	43 (26,2%)	10 (6,1%)	39 (23,8%)	164 (100,0%)			
Recebe auxílio do governo						38,0	3	< 0,001*
Sim	60 (50,8)	37 (31,4)	8 (6,8)	13 (11,0)	118 (100,0%)			
Não	12 (26,1)	6 (13,0)	2 (4,3)	26 (56,5)	46 (100,0%)			
Recebe doações alimentares						40,9	3	< 0,001*
Sim	59 (50,9)	38 (32,8)	7 (6,0)	12 (10,3)	116 (100,0%)			
Não	13 (27,1)	5 (10,4)	3 (6,3)	27 (56,3)	48 (100,0%)			

*Significativo / Nota: Percentuais calculados por linha

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

A elevada proporção de Insegurança Alimentar grave entre os beneficiários de doações reforça o caráter emergencial dessas ações. Embora essenciais para reduzir a privação alimentar aguda, as doações não asseguram regularidade, autonomia nem qualidade nutricional da alimentação, especialmente em territórios marcados por baixa renda, informalidade do trabalho e dependência de estratégias não mercantis de subsistência.

Para Souza, Carvalho e Rocha (2021) e Costa *et al.* (2024) a dependência prolongada de doações está associada à manutenção de padrões alimentares monótonos e nutricionalmente inadequados, reforçando ciclos persistentes de vulnerabilidade alimentar.

Sendo assim, padrão semelhante é observado na análise do recebimento de auxílio governamental, que também apresenta associação estatisticamente significativa com a classificação da segurança alimentar ($\chi^2 = 38,0$; gl = 3; $p < 0,001$). Entre os domicílios beneficiários (n = 118), 50,8% (n = 60) encontram-se em situação de Insegurança Alimentar grave e 31,4% (n = 37) em Insegurança Alimentar moderada, enquanto apenas 11,0% (n = 13) alcançam a condição de Segurança Alimentar. Por outro lado, entre os domicílios que não recebem auxílio (n = 46), mais da metade (56,5%; n = 26) encontra-se em Segurança Alimentar. Esses resultados corroboram evidências de que os programas de transferência de renda no Brasil apresentam focalização adequada nos grupos mais vulneráveis, mas ainda possuem limitações quanto ao valor dos benefícios e à capacidade de assegurar o direito humano à alimentação adequada de forma contínua (Machado *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2023).

Dito isso, a análise do autorrelato de hábitos alimentares saudáveis também revelou associação, estatisticamente significativa, com a classificação da Segurança Alimentar ($\chi^2 = 30,6$; gl = 6; $p < 0,001$).

Além disso, entre os indivíduos classificados em Insegurança Alimentar grave (n = 72), predominou o autorrelato negativo ou intermitente de hábitos alimentares saudáveis: 64% declararam não possuir tais hábitos e 47,3% afirmaram tê-los apenas “às vezes”. Em contrapartida, entre os domicílios em Segurança Alimentar (n = 39), quase metade (47,9%) declarou possuir hábitos alimentares saudáveis, proporção significativamente superior à observada nos demais estratos da EBIA.

Esse cenário reforça que a Insegurança Alimentar se expressa não apenas pela insuficiência quantitativa de alimentos, mas também pela limitação da qualidade nutricional, diversidade e regularidade das práticas alimentares, conforme apontado por Barbosa *et al.* (2023) e Oliveira *et al.* (2023), sobre o consumo alimentar e Insegurança Alimentar no Brasil.

Ademais, nos domicílios classificados em Insegurança Alimentar moderada (n = 43) e leve (n = 10), a predominância da resposta “às vezes” (34,1% e 7,7%, respectivamente) indicou instabilidade no padrão alimentar, sugerindo que o acesso intermitente aos alimentos compromete a manutenção de práticas alimentares adequadas ao longo do tempo.

Nesse ponto, a literatura científica destaca que a adoção de hábitos alimentares saudáveis depende de condições estruturais de acesso contínuo a alimentos adequados, variados e culturalmente apropriados, sendo fortemente influenciada pela renda, pela estabilidade do trabalho e pela efetividade das políticas públicas de proteção social (Santos *et al.*, 2022; Costa *et al.*, 2024).

3.3.5 Associação entre mariscagem, impactos da carcinicultura e Insegurança Alimentar

As catadoras e catadores de mariscos apresentaram, aproximadamente, 2,3 vezes mais chances de vivenciar Insegurança Alimentar quando comparadas aos demais moradores do Povoado Preguiça. Esse resultado foi obtido por meio de regressão logística binária, na qual a classificação da Segurança Alimentar, segundo a EBIA, foi dicotomizada em Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar, permitindo estimar a associação entre o grupo social (catadoras/es versus demais moradores) e o desfecho analisado.

A associação estatisticamente significativa evidenciou maior vulnerabilidade alimentar entre as catadoras e catadores de mariscos, indicando que a inserção produtiva vinculada à mariscagem constitui um importante marcador de exposição à Insegurança Alimentar com o grupo analisado.

Sendo assim, no âmbito das dimensões socioambientais (Tabela 6), os resultados indicaram uma associação entre a percepção de mudanças ambientais no manguezal após a implantação da carcinicultura e a classificação da Segurança Alimentar, mediante uma relação altamente significativa ($\chi^2 = 24,4$; gl = 3; $p < 0,001$).

Entre as/os catadoras/es que relataram perceber alterações ambientais (n = 55), 72,7% encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar grave, enquanto apenas 9,1% apresentavam Segurança Alimentar. Por outro lado, entre àquelas que não perceberam mudanças ambientais (n = 5), 80% foram classificadas em Segurança Alimentar.

Esse padrão indicou que a percepção de degradação ambiental no manguezal, espaço central para a atividade da mariscagem, conforme Nascimento *et al.* (2024), coincide com as formas mais severas de restrição alimentar.

Tabela 6 – Associação entre percepção e avaliação dos impactos da carcinicultura e classificação da Segurança Alimentar.

Variável / Categoria	Insegurança grave f (%)	Insegurança moderada f (%)	Insegurança leve f (%)	Segurança Alimentar f (%)	Total n (%)	χ^2	gl	p-valor
Percepção de mudanças ambientais no manguezal						24,4	3	< 0,001
Sim	40 (72,7%)	9 (16,4%)	1 (1,8%)	5 (9,1%)	55 (100,0%)			
Não	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (20,0%)	4 (80,0%)	5 (100,0%)			
Avaliação do impacto atual da carcinicultura na comunidade						77,8	6	< 0,001
Negativo	36 (73,5%)	9 (18,4%)	1 (2,0%)	3 (6,1%)	49 (100,0%)			
Neutro	4 (50,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	4 (50,0%)	8 (100,0%)			
Positivo	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (33,3%)	2 (66,7%)	3 (100,0%)			
Avaliação das mudanças ambientais e da prática da mariscagem antes da carcinicultura						19,0	6	0,004
Muita mudança	27 (65,9%)	8 (19,5%)	1 (2,4%)	5 (12,2%)	41 (100,0%)			
Pouca mudança	13 (76,5%)	1 (5,9%)	0 (0,0%)	3 (17,6%)	17 (100,0%)			
Nenhuma mudança	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (50,0%)	1 (50,0%)	2 (100,0%)			

*Significativo / Nota: Percentuais calculados por linha

Elaboração: Cristiane Neyre Almeida de Jesus (2025).

Dessa forma, a análise da associação entre a avaliação das mudanças ambientais e da prática da mariscagem antes da implantação da carcinicultura e a segurança alimentar também apresentou significância estatística ($\chi^2 = 19,0$; gl = 6; $p = 0,004$).

Em contrapartida, observou-se uma elevada concentração de Insegurança Alimentar grave entre as catadoras e catadores de mariscos que relataram ter percebido muita mudança (65,9%) ou pouca mudança (76,5%) na prática da mariscagem.

Por outro lado, entre àqueles que afirmaram não ter percebido mudanças ($n = 2$), 50% encontravam-se em Segurança Alimentar. Esses resultados sugerem que as transformações percebidas na atividade tradicional de mariscagem, temporalmente associadas à chegada da carcinicultura, relacionam-se à intensificação da Insegurança Alimentar, reforçando a centralidade da mariscagem como estratégia de subsistência, autoconsumo e geração de renda, como afirmou Santos *et al.* (2016).

Desse modo, a associação entre a avaliação do impacto atual da carcinicultura na comunidade e a classificação da Segurança Alimentar das catadoras/es, também se revelou fortemente significativa ($\chi^2 = 27,8$; gl = 6; $p < 0,001$).

Entre as catadoras e catadores de mariscos que avaliaram o impacto da carcinicultura como negativo ($n = 49$), 73,5% encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar grave. Em contraste, nenhuma catadora e catador de marisco percebeu impacto positivo foi classificada nessa categoria, sendo que 66,7% dessas apresentaram Segurança Alimentar, revelando, assim, que a percepção negativa dos efeitos atuais da carcinicultura associa-se às formas mais severas de Insegurança Alimentar. Por isso, este estudo sugere que os conflitos socioambientais e produtivos no Povoado analisado repercutem diretamente nas condições de acesso aos alimentos.

Dessa forma, em conjunto, os resultados apresentados apontaram para uma associação consistente entre a Insegurança Alimentar das catadoras e catadores de mariscos e a percepção de impactos socioambientais relacionados à carcinicultura.

As três análises apresentadas convergiram ao demonstrar que a degradação ambiental percebida no manguezal, as mudanças na prática tradicional da mariscagem e a avaliação negativa da carcinicultura, coincidem com maior concentração das formas moderada e grave de Insegurança Alimentar.

Nessa perspectiva, outros estudos também corroboram evidências recentes que destacam que a Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais costeiras não se limita à insuficiência de renda, mas está profundamente vinculada à fragilização dos ecossistemas, à

perda de territórios produtivos tradicionais e à desestruturação das estratégias locais de reprodução social (Almeida de Jesus; Pena; Araújo, 2023; Silva *et al.*, 2022).

Todavia, embora o delineamento do estudo não permita estabelecer relação causal direta, os resultados evidenciaram a interdependência entre dinâmica ambiental, organização produtiva e condições alimentares em comunidades tradicionais costeiras.

Nesse sentido, a Insegurança Alimentar manifestou-se como fenômeno estrutural e territorialmente determinado, no qual a degradação ambiental e os conflitos associados à carcinicultura comprometem simultaneamente o acesso aos recursos naturais, a autonomia produtiva e a Segurança Alimentar das catadoras/es.

3.4 Considerações Finais

Este estudo avaliou a percepção da experiência e da vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos no Povoado Preguiça, Indiaroba/SE, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), destacando as diferenciações internas entre o conjunto do povoado e o grupo social das catadoras e catadores de mariscos.

Para tanto, questionou-se: como foi percebido a experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos, sob à ótica dos moradores do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE?. A experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos foi avaliado mediante a EBIA, refletindo um índice de 0,71 para o grupo de catadoras e catadores de mariscos, demonstrando Insegurança Alimentar grave; e, um índice de 0,51 para o Povoado em geral, refletindo Insegurança Alimentar moderada.

Assim, a avaliação convergiu para a Insegurança Alimentar, a qual constitui um fenômeno estrutural no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE. Porém, a Insegurança Alimentar se manifestou de forma mais aguda e persistente entre as catadoras e catadores de mariscos, revelando desigualdades internas frequentemente invisibilizadas quando se adota uma leitura homogênea da comunidade.

A maior prevalência de Insegurança Alimentar moderada e grave entre as catadoras/es, bem como os impactos mais intensos sobre domicílios com presença de crianças, reforçam a vulnerabilidade alimentar, articulando-a com o gênero, renda, inserção produtiva informal e dependência de recursos naturais.

Ainda que o autoconsumo de alimentos oriundos da mariscagem represente uma estratégia de sobrevivência, os dados demonstraram que essa prática não assegura, por si só,

regularidade, diversidade ou suficiência alimentar, sobretudo em contextos de instabilidade econômica, degradações ambientais, a exemplo da atividade de carcinicultura.

Nesse ponto, os resultados evidenciaram relações com significância estatística entre a atividade insustentável da carcinicultura, frente às mudanças ambientais no manguezal e a prática da mariscagem, e a Insegurança Alimentar. Revelando, assim, que a atividade da carcinicultura tem potencializado a Insegurança Alimentar das catadoras e catadores de mariscos do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Ao adotar uma abordagem analítica e comparativa, este estudo contribui para a literatura científica, devido a compreensão dos determinantes estruturais da Insegurança Alimentar em uma comunidade tradicional costeira, oferecendo subsídios para o debate de possíveis políticas públicas integradas à Segurança Alimentar, proteção social e conservação ambiental.

Contudo, reconhece-se que a construção desse índice demanda cautela interpretativa, especialmente quanto à comparabilidade entre domicílios com e sem menores, além da hierarquia implícita dos itens da escala, o que aponta para a necessidade de aprofundamentos metodológicos em estudos futuros.

Entre as limitações do estudo, destacam-se o delineamento transversal, que não permitiu inferências causais, e as restrições inerentes ao processo amostral, comuns em pesquisas de base comunitária, as quais podem influenciar a generalização dos resultados. Ainda assim, a coerência interna dos achados e sua convergência com a literatura sobre Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais, conferem robustez às conclusões apresentadas,

Por fim, no caso das catadoras e catadores de mariscos, torna-se fundamental articular ações de proteção social, fortalecimento produtivo, garantia de acesso a alimentos diversificados e conservação dos ecossistemas dos quais dependem esse grupo.

Referências

ALMEIDA DE JESUS, J.; PENA, P. G. L.; ARAÚJO, T. M. Trabalho, gênero e insegurança alimentar em comunidades pesqueiras artesanais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 799–810, 2023.

BOCKORNI, B. R.; GOMES, A. C. Amostragem em bola de neve em pesquisas sociais: potencialidades e limites metodológicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://10.20396/temáticas.v22i44.10977> Acesso em: 15 jan. 2026.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. Rome: FAO, 2023.

GALINDO, E. *et al.* Insegurança alimentar e desigualdades alimentares no Brasil no contexto da pandemia. **Opinião Pública**, Campinas, v. 31, e20251114, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202531114>. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Insegurança Alimentar no Brasil: análise da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) 2022–2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LIMA DE JESUS, L.; PENA, P. G. L.; ARAÚJO, K. L. Aspectos da (in)segurança alimentar e nutricional vivenciados por mulheres marisqueiras. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 30, e023024, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8673751>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LOPES, I. B. S. *et al.* Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, e5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719> Acesso em 15 jan. 2026.

MACHADO, R. L. *et al.* Renda, políticas sociais e insegurança alimentar no Brasil pós-pandemia. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 35, e220198, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202235e220198>. Acesso em 15 jan. 2026.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 293–314, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200003> Acesso em 15 jan. 2026.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: conceitos, políticas e desafios contemporâneos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, p. 1–12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XRE021114> Acesso em: 15 jan. 2026.

NASCIMENTO, C. W. S.; ARAUJO, D. M. Analysis of environmental and sanitary knowledge of shellfish gatherers in Vergel do Lago, Maceió/AL-Brazil, before and after educative action. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90, p. 193–210, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG239061210>. Acesso em: 15 jan. 2026.

OPARIDE, L. O. *et al.* Poverty and food insecurity status of fisherfolk in the coastal region of Nigeria. **Turkish Journal of Agriculture – Food Science and Technology**, v. 13, n. 4, p. 964–972, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24925/turjaf.v13i4.964-972.7393>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. Gênero, trabalho e saúde em comunidades tradicionais pesqueiras. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, p. 1–12, 2019.

PESSOA, M. C.; COSTA, N. R.; SANTOS, S. M. C. Racismo estrutural e insegurança alimentar: evidências recentes no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, e00112223, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112223>. Acesso em: 15 jan. 2026.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

SANTOS, E. A. *et al.* Conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. **Revista Geografar**, v. 11, p. 113-132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/geografar.v11i1.48981> Acesso em: 14 jan. 2026.

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA): validação, usos e perspectivas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 241–252, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782> Acesso em: 15 jan. 2026.

SILIPRANDI, E. Gênero, segurança alimentar e nutricional: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1–15, 2015.

SILVA, A. C.; LIMA, T. R.; OLIVEIRA, D. S. Gênero, trabalho e insegurança alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 371–381, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e78219>. Acesso em 14 fev. 2024.

SILVA, H. R. C. *et al.* Conflitos socioambientais, territórios tradicionais e segurança alimentar em áreas costeiras do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3991–4002, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.04562022>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, J. *et al.* Insegurança alimentar em comunidades tradicionais costeiras. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, p. 1–10, 2021.

SOUZA, J. P.; CARVALHO, A. M.; ROCHA, C. Trabalho formal, baixos salários e insegurança alimentar em áreas periféricas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 38, e0157, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0157>. Acesso em 14 fev. 2024.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Esta tese teve como finalidade analisar as condições e os recursos de ordem social, ambiental, econômica e operacional da comunidade Preguiça, em Indiaroba/SE, com ênfase nas atividades de carcinicultura e mariscagem e em suas relações com a (In)Segurança Alimentar.

Esse objetivo foi alcançado mediante os três artigos científicos interconectados na tese em tela. No Artigo I, foi realizada a caracterização do perfil socioterritorial do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, concluindo que o povoado se encontra em vulnerabilidade socioterritorial, com fragilidades nos aspectos econômicos, sociais, culturais e espaciais.

Contudo, durante as atividades de campo, em 2025, identificou-se que havia um risco do Centro Comunitário Praia de Santo Antônio não conseguir renovar as Certidões de Regularidade junto ao Programa Mesa Brasil para recebimento dos donativos disponibilizados, pela ausência do Relatório de Atividades Institucionais elaborado por um profissional de Assistência Social, dentre outras.

Diante desse cenário, em razão da necessidade de comprovação de funcionamento regularmente ativo e contínuo junto à comunidade, com o objetivo de superar essa fragilidade institucional e produzir evidências formais das ações desenvolvidas, foram organizadas, pela autora desta tese, cinco oficinas temáticas em ações extensionistas, sendo elas: Curso de Noções Básicas de Soberania Alimentar, Noções Básicas de Empreendedorismo, Noções Básicas de Informática, Noções Básicas de Primeiros Socorros e Noções Básicas de Segurança do Trabalho, os cursos foram ministrados aos moradores do povoado.

As ações extensionistas foram ilustradas em um documento único⁹. Essas atividades possibilitaram não apenas o fortalecimento da capacidade local, assim como a ampliação do acesso a conhecimentos essenciais, mas também a comprovação do funcionamento regular do Centro Comunitário Praia de Santo Antônio, conseguindo assim, renovar o cadastro ao Programa Mesa Brasil, dando continuidade ao recebimento dos donativos.

No Artigo II, foram identificadas as principais ameaças e os desafios na atividade de mariscagem tais como: a expansão da atividade de carcinicultura; os períodos desfavoráveis para a mariscagem; a dificuldade de transportar os instrumentos utilizados para mariscar; o tempo diário dedicado à mariscagem; a degradação do manguezal; a diminuição dos estoques naturais e a limitação no acesso da área do mangue; redução da oferta de mariscos e da renda

⁹Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1A3yxM95xqNUW9VorPvEA5rEpHPsoAYP6/view?usp=sharing> e no apêndice F.

familiar; o racismo estrutural e maior vulnerabilidade social invisibilizando a histórica do trabalho das catadoras e dos catadores de mariscos.

O avanço da carcinicultura, aliada à precariedade operacional, têm contribuído para o enfraquecimento e a progressiva extinção da atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, levando ao risco de que, em breve, reste apenas a memória da existência de marisqueiros e marisqueiras nessa comunidade.

Em seguida, o Artigo III percebeu a experiência e a vivência em relação à disponibilidade e acesso aos alimentos mediante a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), obtendo um índice de 0,71 para o grupo de catadoras e catadores de mariscos, demonstrando Insegurança Alimentar grave; e, um índice de 0,51 para o Povoado em geral, refletindo Insegurança Alimentar moderada.

Dessa forma, a Insegurança Alimentar se manifestou de forma mais persistente entre as catadoras e catadores de mariscos, reforçando a vulnerabilidade alimentar, articulando-a com o gênero, a renda e a dependência de recursos naturais. Os resultados evidenciaram relações entre a atividade insustentável da carcinicultura, frente às mudanças ambientais no manguezal, a prática da mariscagem e a Insegurança Alimentar dos marisqueiros e marisqueiras.

Desse modo, pode-se responder à questão central de pesquisa, sendo ela: Quais são as condições e os recursos da atividade de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, que se relacionam com a (In)Segurança Alimentar?

Como resposta, este estudo sugere que o perfil social, econômico, espacial e operacional produz um cenário de Insegurança Alimentar que, por sua vez, é potencializado pela atividade de carcinicultura, Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE.

Assim, a hipótese desta tese foi confirmada e, por isso, a tese em questão foi comprovada, sendo ela: as atividades de mariscagem no Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, têm sido impactadas de forma negativa pelo avanço da carcinicultura, gerando efeitos sociais, ambientais e econômicos que comprometem os modos de vida local e potencializa o quadro de Insegurança Alimentar dos moradores.

Entre as limitações deste estudo, destacam-se o delineamento transversal, que não permitiu inferências causais, e as restrições inerentes ao processo amostral, comuns em pesquisas de base comunitária, as quais podem influenciar a generalização dos resultados e as limitações metodológicas relacionadas à EBIA. Uma vez que esse instrumento é amplamente utilizado para mensuração da Insegurança Alimentar, sua aplicação não abrange as dimensões culturais, simbólicas e territoriais associadas à alimentação.

Sugere-se que pesquisas futuras se concentrem na elaboração de um índice sintético que permita identificar o quanto a expansão da atividade da carcinicultura tem potencializado a vulnerabilidade social, econômica e alimentar das comunidades das marisqueiras, incorporando indicadores de renda, acesso aos recursos naturais, segurança alimentar, condições de trabalho e degradação ambiental.

Dessa forma, no caso das catadoras e catadores de mariscos, torna-se fundamental articular ações de proteção social, fortalecimento produtivo, garantia de acesso a alimentos diversificados e conservação dos ecossistemas dos quais dependem esse grupo, através de políticas públicas que possam mitigar a vulnerabilidade identificada.

Por fim, esta tese reafirma a importância de abordagens interdisciplinares para compreensão das múltiplas dimensões da Insegurança Alimentar em comunidades tradicionais evidenciando e buscando reduzir as invisibilidades e inseguranças que se expressam no cotidiano das comunidades. Mais do que apresentar conflitos e vulnerabilidade, os resultados aqui apresentados revelam a capacidade de resistência, organização e permanência desses sujeitos, frente as transformações impostas.



APÊNDICES



Apêndice A – Estado da Arte

Título da Obra	Programa/Instituição	Área	Ano/Tipo
Hidroterritórios da Pesca Artesanal no Baixo São Francisco: Problemáticas (In) Sustentáveis sob a Ótica das Comunidades Pescadoras Artesanais em Ilha das Flores/SE	PRODEMA UFS	Ciências Ambientais	2022 Tese
Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no estado de Alagoas na perspectiva do desenvolvimento territorial rural	PPGEO UFS	Ciências Humanas	2021 Tese
Povoado Areia Branca, educação ambiental e poluição hídrica no Rio Vaza-Barris: a ação dos pescadores "Anjos do Rio"	PROFICIAMB	Ciências Ambientais	2021 Dissertação
A atividade de mariscagem na comunidade pesqueira de Chaval, Ceará, Nordeste do Brasil	PPGCMT UFC	Ciência, Tecnologia e Gestão Costeira e Oceânica	2020 Tese
Entre manguezais, rios e restingas : soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE	PPGEO UFS	Ciências Humanas	2020 Dissertação
Comida de Casa, Comida da Escola: As Contribuições do Pnae na Preservação dos Hábitos Alimentares em Coruripe, Alagoas	PPGEO UFS	Ciências Humanas	2019 Dissertação
Avaliação da meta de sustentabilidade da Agenda 2030 : um estudo sobre o acesso à água potável e à rede de esgoto dos estados brasileiros e dos municípios sergipanos	PRODEMA UFS	Ciências Ambientais	2019 Dissertação
Condicionantes socioambientais de saúde de marisqueiras da Ilha de Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda-SE	PRODEMA UFS	Ciências Ambientais	2019 Tese
Parceiras de maré: uma etnografia sobre as pescadoras do Bom Jesus, Sergipe	PPGA UFS	Ciências Humanas	2019 Dissertação
Análise de sustentabilidade em empreendimentos de carcinicultura na região oeste do Ceará	PRODEMA UFC	Ciências Ambientais	2019 Dissertação
Manguezal Como Espaço De Teoria E Práticas De Educação Ambiental	MPGA IFPE	Ciências Ambientais	2019 Dissertação
Modos de Vida e Conflitos pelo uso dos Recursos Naturais na	PRODEMA UFC	Ciências Ambientais	2019 Tese

Comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará – Brasil			
Mulheres e soberania alimentar: saberes agroecológicos entre assentadas	PPGAN UFPR	Segurança Alimentar e Nutricional	2019 Dissertação
Soberania na Amazônia global: análise comparativa dos códigos florestais de Brasil e Guiana Francesa	PRODEMA UFS	Ciências Ambientais	2018 Dissertação
Diagnóstico situacional e proposta para a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em São Cristóvão, Sergipe	PPGCNUT UFS	Ciências da Saúde	2018 Dissertação
Mulheres pescadoras - mulheres mangabeiras : o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE	PPGEO UFS	Ciências Humanas	2018 Tese
O programa de saúde nas fazendas de camarão (PSF_CAMARÃO) e os seus impactos sobre os desempenhos produtivos e econômicos na carcinicultura familiar do baixo rio Pirangi, Ceará, Brasil	PPGCMT UFC	Ciência, Tecnologia e Gestão Costeira e Oceânica	2018 Tese
Serviços ecossistêmicos em manguezal: identificação e mapeamento dos serviços de provisão no manguezal do rio Tijupá, Ilha do Maranhão - MA, Brasil	PPGGEO UFRN	Dinâmica e Reestruturação do Território	2018 Dissertação
Soberania e segurança alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da comunidade Vão de Almas	MESPT UnB	Ciências Ambientais	2018 Dissertação

Apêndice B – Questionário aplicado aos moradores do Povoado Preguiça

Questionário de Vulnerabilidade Alimentar na Comunidade Preguiça

1. Informações Pessoais

1.1. Idade: _____

1.2. Quanto tempo reside neste local? _____

1.3. Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

1.4. Nível de Escolaridade:

☐ Sem instrução

☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino fundamental completo

☐ Ensino médio incompleto

☐ Ensino médio completo

☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino superior completo

☐ Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

1.5. Renda:

Qual é a faixa de rendimento mensal familiar do seu domicílio? (Inclua todas as fontes de rendimento)

☐ Até 1/4 do salário mínimo (até R\$330,00)

☐ Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (R\$330,01 a R\$660,00)

☐ Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (R\$660,01 a R\$1.320,00)

☐ Mais de 1 a 2 salários mínimos (R\$1.320,01 a R\$2.640,00)

☐ Mais de 2 a 3 salários mínimos (R\$2.640,01 a R\$3.960,00)

☐ Mais de 3 a 5 salários mínimos (R\$3.960,01 a R\$6.600,00)

☐ Mais de 5 a 10 salários mínimos (R\$6.600,01 a R\$13.200,00)

☐ Mais de 10 salários mínimos (mais de R\$13.200,00)

1.6. Estado Civil:

Qual é o seu estado civil?

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Divorciado(a) ou separado(a) judicialmente

☐ Viúvo(a)

☐ União estável

☐ Outro (especificar): _____

1.7. Ocupação Profissional:

☐ Desempregado

☐ Trabalho sem carteira assinada

☐ Trabalho com carteira assinada

☐ Aposentado

1.8. Cor ou Raça:

☐ Branca

☐ Preta

- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Prefiro não responder

1.9.Recebe algum auxílio do governo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual? _____

2. Avaliação da Vida na Comunidade

2.1.Como você avalia a vida na comunidade?

- ☐ Boa
- ☐ Nem boa, nem ruim
- ☐ Ruim

2.2.Infraestrutura:

- ☐ Insatisfeito
- ☐ Nem satisfeito nem insatisfeito
- ☐ Satisfeito

2.3.Segurança:

- ☐ Insatisfeito
- ☐ Nem satisfeito nem insatisfeito
- ☐ Satisfeito

2.4.Motivos para continuar morando na comunidade:

- ☐ Família
- ☐ Trabalho
- ☐ Ambiente
- ☐ Outros: _____

2.5.Você se sente bem representado pela liderança da comunidade?

- ☐ Sim
- ☐ Tanto faz
- ☐ Não

3. Atividade Principal de Renda:

3.1.Qual atividade principal de fonte renda?

- ☐ Pesca
- ☐ Mariscagem
- ☐ Carcinicultura
- ☐ Outros _____

3.2.Quanto tempo você exerce essa atividade? _____

4. Hábitos Alimentares:

4.1. Você consome o que cata/pesca? **(pular essa questão, se não pesca nem marisca)**

☐ Sim

☐ Não

Porque? _____

4.2. Você possui hábitos alimentares saudáveis?

☐ Sim

☐ Às vezes

☐ Não

1.1. Alguma vez se alimentou menos do que gostaria?

☐ Sim

☐ Não

Motivos: _____

1.2. Quando não tem alimento em casa você recebe ajuda de alguém?

☐ Nunca faltou alimento

☐ Recebo ajuda de vizinhos/ amigos

☐ Recebo ajuda da família

1.3. Quando foi a última vez que isso ocorreu? _____

1.4. Isso acontece com que frequência? _____

2. Carcinicultura

2.1. Você percebeu mudanças ambientais no mangue desde o início da carcinicultura?

☐ Sim

☐ Não

- Se sim, quais? _____

2.2. Como você avalia o impacto da carcinicultura na sua comunidade?

☐ Positivo

☐ Neutro

☐ Negativo

2.3. O que você espera para o futuro da carcinicultura em sua comunidade?

☐ Expansão e crescimento

☐ Manutenção como está

☐ Redução ou encerramento

2.4. Hoje você trabalha com carcinicultura?

☐ Sim

☐ Não **(Se a resposta for “Não” pular para a seção 6: EBIA)**

2.5. Como você se sente em relação à mudança de mariscagem para carcinicultura?

☐ Satisfeita

☐ Neutra

☐ Insatisfeita

2.6. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas na transição para a carcinicultura?

☐ Falta de conhecimento técnico

☐ Condições de trabalho

☐ Redução da renda

☐ Impactos ambientais

☐ Outros: _____

2.7. Quais benefícios você percebeu desde que começou a trabalhar com carcinicultura?

☐ Aumento da renda

☐ Melhor qualidade de vida

- ☐ Estabilidade no trabalho
 - ☐ Melhoria nas condições de trabalho
 - ☐ Outros: _____
- 2.8. Sua renda aumentou, diminuiu ou se manteve igual após a transição para a carcinicultura?
- ☐ Aumentou
 - ☐ Manteve-se igual
 - ☐ Diminuiu
- 2.9. A carcinicultura no manguezal mudou sua alimentação?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
- Se sim, por quê e como? _____
- 2.10. Você percebeu mudanças ambientais no mangue desde o início da carcinicultura?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
- Se sim, quais? _____
- 2.11. Como você avalia o impacto da carcinicultura na sua comunidade?
- ☐ Positivo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Negativo
- 2.12. O que você espera para o futuro da carcinicultura em sua comunidade?
- ☐ Expansão e crescimento
 - ☐ Manutenção como está
 - ☐ Redução ou encerramento
- 2.13. Você pretende continuar trabalhando com carcinicultura nos próximos anos?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Ainda não decidi



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS
Nº466/2012, MS.

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “Estratégias de Soberania Alimentar de Marisqueiras e Conflitos Associados ao Avanço da Carcinicultura na Comunidade Preguiça, no município de Indiaroba” que está sendo desenvolvida pela doutoranda Cristiane Neyre Almeida de Jesus, estudante do curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente em Associação Plena em Rede pela Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof.º Dr.º Adauto de Souza Ribeiro e coorientação do Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar as estratégias que envolvem a segurança alimentar na comunidade Preguiça, no município de Indiaroba/SE, frente ao avanço da carcinicultura. Para a coleta de dados, será realizada a aplicação de questionários de caráter estruturado, com perguntas formuladas na mesma sequência para todos os entrevistados, por meio de um roteiro pré-estabelecido. Assim, a sua participação consistirá em responder perguntas do questionário a pesquisadora do projeto e participar de uma oficina com o intuito de elencar práticas sustentáveis e ações de Educação Ambiental que serão desenvolvidas pelos participantes. Sendo assim, o(a) participante está de acordo e autoriza a realização de registros fotográficos e vídeos durante a realização das entrevistas e/ou oficinas. Salienta-se que os participantes terão os seus rostos apagados, para que não haja identificação de nenhum participante.

Segundo a Resolução 466/12, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e graus variados, os quais podem estar relacionados ao desconforto e até mesmo

estresse pela abordagem da pesquisadora, ou ainda, constrangimento, devido à exposição do pensamento do participante a pesquisadora. Nisso, haverá o cuidado para não fazer cobranças indevidas. Salienta-se que o(a) participante tem garantia de assistência gratuita no que se refere aos possíveis riscos associados a esta pesquisa por parte do pesquisador, patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, conforme resolução CNS nº 466/12.

Como benefício, pode haver a promoção da sensibilização ambiental em relação ao tema geral tratado na presente pesquisa. Os questionários serão armazenados para análise e somente terão acesso a eles, a pesquisadora e seus orientadores. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Caso o(a) participante sofra qualquer tipo de dano resultante de sua participação nesta pesquisa, previsto ou não neste Termo, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012).

Após ser esclarecido(a) sobre as informações da pesquisa, caso aceite fazer parte do estudo, preencha as duas vias do termo com todos os dados requisitados. Uma via deste consentimento informado será arquivada pelos pesquisadores e outra será fornecida a você. Desde logo, fica garantido o sigilo das informações, em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Para quaisquer outras informações, você poderá entrar em contato com a pesquisadora através de:

E-mail **neyrecristiane@gmail.com** / Telefone **(79) 99946- 7643**

Endereço: Av São João Batista, 638. Cond Villa Rica, Edf Ouro Preto Apt 402. Bairro: Ponto Novo. CEP: 49.097.000 Aracaju/SE.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Eu _____ considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da importância da pesquisa, de como será minha participação, dos procedimentos e possíveis riscos do estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa como voluntário(a). Também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em congressos, artigos e no trabalho final do curso).

Para também esclarecer dúvidas, fazer reclamações ou denúncia, o participante pode

entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. O CEP tem a finalidade de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade dentro de padrões éticos. Endereço do CEP: Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br Telefone e horários para contato: (79) 3194-7208 – Segunda a Sexta-feira das 07 às 12h.

Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Indiaroba/SE, _____ de _____ de
2024.

Assinatura ou identificação do/a participante de pesquisa

Cristiane Neyre
Almeida de Jesus
Doutoranda

Apêndice D – Questionário aplicado as Catadoras e aos Catadores de Mariscos

Questionário de Vulnerabilidade Alimentar na Comunidade Preguiça

1. Informações Pessoais

1.1. Idade: _____

1.2. Quanto tempo reside neste local? _____

1.3. Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

1.4. Nível de Escolaridade:

☐ Sem instrução

☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino fundamental completo

☐ Ensino médio incompleto

☐ Ensino médio completo

☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino superior completo

☐ Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

1.5. Renda:

Qual é a faixa de rendimento mensal familiar do seu domicílio? (Inclua todas as fontes de rendimento)

☐ Até 1/4 do salário mínimo (até R\$330,00)

☐ Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (R\$330,01 a R\$660,00)

☐ Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (R\$660,01 a R\$1.320,00)

☐ Mais de 1 a 2 salários mínimos (R\$1.320,01 a R\$2.640,00)

☐ Mais de 2 a 3 salários mínimos (R\$2.640,01 a R\$3.960,00)

☐ Mais de 3 a 5 salários mínimos (R\$3.960,01 a R\$6.600,00)

☐ Mais de 5 a 10 salários mínimos (R\$6.600,01 a R\$13.200,00)

☐ Mais de 10 salários mínimos (mais de R\$13.200,00)

1.6. Estado Civil:

Qual é o seu estado civil?

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Divorciado(a) ou separado(a) judicialmente

☐ Viúvo(a)

☐ União estável

☐ Outro (especificar): _____

1.7. Ocupação Profissional:

☐ Desempregado

☐ Trabalho sem carteira assinada

- ☐ Trabalho com carteira assinada
- ☐ Aposentado

1.8. Cor ou Raça:

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Prefiro não responder

1.9. Recebe algum auxílio do governo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual? _____

2. Avaliação da Vida na Comunidade

2.1. Como você avalia a vida na comunidade?

- ☐ Boa
- ☐ Nem boa, nem ruim
- ☐ Ruim

2.2. Infraestrutura:

- ☐ Insatisfeito
- ☐ Nem satisfeito nem insatisfeito
- ☐ Satisfeito

2.3. Segurança:

- ☐ Insatisfeito
- ☐ Nem satisfeito nem insatisfeito
- ☐ Satisfeito

2.4. Motivos para continuar morando na comunidade:

- ☐ Família
- ☐ Trabalho
- ☐ Ambiente
- ☐ Outros: _____

3. Atividade Principal de Renda:

3.1. Você também exerce outra atividade além de mariscar?

- ☐ Pesca
- ☐ Marisca
- ☐ Carcinicultura

Por quê? _____

3.2. Qual atividade principal de fonte renda?

- ☐ Pesca
- ☐ Mariscagem
- ☐ Carcinicultura

☐ Outros _____

Quanto tempo você exerce essa atividade? _____

4. Atividade de Mariscagem

4.1. Tipos de marisco que você cata:

☐ Aratu

☐ Ostra

☐ Sururu

☐ Lambreta

☐ Siri

☐ Caranguejo

☐ Camarão

☐ Mexilhão

☐ Outros: _____

4.2. Como e com quem aprendeu a prática de mariscagem?

☐ Família

☐ Amigos

☐ Sozinho

☐ Outros: _____

4.3. Alguém te ajuda na mariscagem (catar, cozinhar, debulhar, ensacar, vender)?

☐ Sim

☐ Não

Quem? _____

4.4. Quanto tempo a mariscagem toma do seu dia? _____

4.5. O que você leva de materiais/utensílios para a mariscagem?

☐ Balde

☐ Raspador

☐ Luvas

☐ Outros: _____

4.6. Utiliza embarcação para mariscagem?

☐ Sim

☐ Não

4.7. Se sim, qual?

☐ Canoa

☐ Catraia

☐ Barco

☐ Jangada

☐ Lancha

☐ Outros: _____

4.8. A embarcação é própria, alugada ou emprestada?

☐ Própria

- ☐ Alugada
- ☐ Emprestada

4.9. Melhor período para mariscar: _____

4.10. Pior período para mariscar: _____

4.11. Por quê? _____

5. Percepções sobre a Mariscagem:

5.1. Você acha que mariscar te traz vantagens ou desvantagens?

- ☐ Vantagens
- ☐ Desvantagens

Quais? _____

5.2. Você se sente valorizada por ser marisqueira?

- ☐ Valorizada
- ☐ Nem valorizada, nem desvalorizada
- ☐ Desvalorizada

Por quê? _____

5.3. Alguma vez deixou de mariscar?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, por quê? _____

5.4. Você gosta de mariscar?

- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

O que você mais gosta e o que menos gosta na mariscagem?

5.5. Mais gosta: _____

5.6. Menos gosta: _____

5.7. O que significa o trabalho de mariscagem para você?

- ☐ Principal fonte de renda
- ☐ Complemento de renda
- ☐ Tradição familiar
- ☐ Outros: _____

6. Relação da Mariscagem com o Meio Ambiente:

6.1. Percebeu mudanças no mangue ao longo do tempo?

- ☐ Percebi muita mudança
- ☐ Nenhuma mudança
- ☐ Pouca mudança

Se sim, quais e por quê? _____

6.2. Acha que a mariscagem está relacionada com o meio ambiente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

De que forma? _____

6.3. Como você avalia o cuidado com o meio ambiente na sua comunidade?

- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

7. Propriedade e Direitos no Local de Mariscagem:

7.1. A quem pertence o local onde você marisca? _____

7.2. Você tem direitos ao local onde marisca?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por quê? _____

7.3. Você tem deveres em relação ao local onde marisca?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por quê? _____

8. Hábitos Alimentares:

8.1. Você consome o que cata?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Porque? _____

8.2. Você possui hábitos alimentares saudáveis?

- ☐ Sim
- ☐ Às vezes
- ☐ Não

8.3. Alguma vez se alimentou menos do que gostaria?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Motivos: _____

8.4. Quando não tem alimento em casa você recebe ajuda de alguém?

- ☐ Nunca faltou alimento
- ☐ Recebo ajuda de vizinhos/ amigos
- ☐ Recebo ajuda da família

8.5. Quando foi a última vez que isso ocorreu? _____

8.6. Isso acontece com que frequência? _____

9. Carcinicultura

9.1. Você percebeu mudanças ambientais no mangue desde o início da carcinicultura?

- ☐ Sim
- ☐ Não

- Se sim, quais? _____

9.2. Como você avalia o impacto da carcinicultura na sua comunidade?

- ☐ Positivo
- ☐ Neutro
- ☐ Negativo

- 9.3. O que você espera para o futuro da carcinicultura em sua comunidade?
- ☐ Expansão e crescimento
 - ☐ Manutenção como está
 - ☐ Redução ou encerramento
- 9.4. Hoje você trabalha com carcinicultura?
- ☐ Sim
 - ☐ Não **(Se a resposta for “Não” pular para a seção 6: EBIA)**
- 9.5. Como você se sente em relação à mudança de mariscagem para carcinicultura?
- ☐ Satisfeita
 - ☐ Neutra
 - ☐ Insatisfeita
- 9.6. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas na transição para a carcinicultura?
- ☐ Falta de conhecimento técnico
 - ☐ Condições de trabalho
 - ☐ Redução da renda
 - ☐ Impactos ambientais
 - ☐ Outros: _____
- 9.7. Quais benefícios você percebeu desde que começou a trabalhar com carcinicultura?
- ☐ Aumento da renda
 - ☐ Melhor qualidade de vida
 - ☐ Estabilidade no trabalho
 - ☐ Melhoria nas condições de trabalho
 - ☐ Outros: _____
- 9.8. Sua renda aumentou, diminuiu ou se manteve igual após a transição para a carcinicultura?
- ☐ Aumentou
 - ☐ Manteve-se igual
 - ☐ Diminuiu
- 9.9. A carcinicultura no manguezal mudou sua alimentação?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
- Se sim, por quê e como? _____
- 9.10. Você percebeu mudanças ambientais no mangue desde o início da carcinicultura?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
- Se sim, quais? _____
- 9.11. Como você avalia o impacto da carcinicultura na sua comunidade?
- ☐ Positivo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Negativo
- 9.12. O que você espera para o futuro da carcinicultura em sua comunidade?
- ☐ Expansão e crescimento
 - ☐ Manutenção como está
 - ☐ Redução ou encerramento
- 9.13. Você pretende continuar trabalhando com carcinicultura nos próximos anos?
- ☐ Sim

- ☐ Não
- ☐ Ainda não decidi

Apêndice E – Questionário EBIA

Questionário de Comunidade e Catadores da Comunidade Preguiça

5. Informações Pessoais

9.14. Idade: _____

9.15. Quanto tempo reside neste local? _____

9.16. Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

9.17. Nível de Escolaridade:

☐ Sem instrução

☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino fundamental completo

☐ Ensino médio incompleto

☐ Ensino médio completo

☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino superior completo

☐ Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

9.18. Renda:

Qual é a faixa de rendimento mensal familiar do seu domicílio? (Inclua todas as fontes de rendimento)

☐ Até 1/4 do salário mínimo (até R\$330,00)

☐ Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (R\$330,01 a R\$660,00)

☐ Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (R\$660,01 a R\$1.320,00)

☐ Mais de 1 a 2 salários mínimos (R\$1.320,01 a R\$2.640,00)

☐ Mais de 2 a 3 salários mínimos (R\$2.640,01 a R\$3.960,00)

☐ Mais de 3 a 5 salários mínimos (R\$3.960,01 a R\$6.600,00)

☐ Mais de 5 a 10 salários mínimos (R\$6.600,01 a R\$13.200,00)

☐ Mais de 10 salários mínimos (mais de R\$13.200,00)

9.19. Estado Civil:

Qual é o seu estado civil?

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Divorciado(a) ou separado(a) judicialmente

☐ Viúvo(a)

☐ União estável

☐ Outro (especificar): _____

9.20. Ocupação Profissional:

☐ Desempregado

☐ Trabalho sem carteira assinada

☐ Trabalho com carteira assinada

☐ Aposentado

9.21. Cor ou Raça:

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Prefiro não responder

9.22. Recebe algum auxílio do governo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual? _____

1. Questões do EBIA

1.1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta anterior for “Não”, pular a questão 5.2

1.2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

1.3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta anterior for “Não”, pular a questão 5.4

1.4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

- ☐ Sim
- ☐ Não

1.5. Tem algum morador com menos de 18 anos no seu domicílio?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta anterior for “Não”, FINALIZAR ENTREVISTA.

1.6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a resposta anterior for “Não”, FINALIZAR ENTREVISTA.

1.7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

- ☐ Sim

☐ Não

1.8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

1.9. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

1.10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

1.11. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

1.12. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

1.13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

1.14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

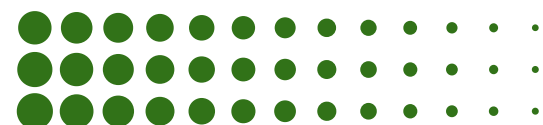
Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

☐ Sim

☐ Não

Apêndice F – Relato das Ações Extensionistas

SABERES, TRABALHO E CUIDADO: OFICINAS DE FORMAÇÃO NO POVOADO PREGUIÇA.



Povoado Preguiça em Indiaroba/SE

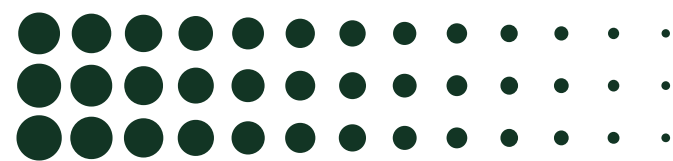
**Conhecimento como ferramenta de
proteção, renda e dignidade.**





Durante as atividades de campo realizadas em 2025, com vistas a elaboração da tese intitulada (IN)Segurança Alimentar e a atividade de mariscagem: o caso do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, identificou-se o risco de o Centro Comunitário Praia de Santo Antônio não conseguir renovar suas Certidões de Regularidade junto ao Secretaria Municipal da Fazenda, garantindo a permanência da associação continuar vinculada ao Programa Mesa Brasil, o que poderia inviabilizar a continuidade do recebimento dos donativos disponibilizados por esse programa.

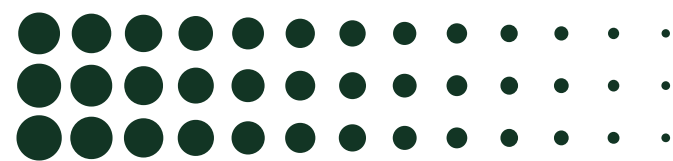
A ausência de renovação estava diretamente relacionada à inexistência de ações continua desenvolvidas com os moradores do Povoado Preguiça, o que evidenciava uma fragilidade institucional da associação comunitária.





Considerando que a situação irregular do Centro Comunitário comprometeria o acesso aos donativos do Programa Mesa Brasil, comprovadamente fundamentais para a complementação alimentar da população local, conforme demonstram os resultados da tese, que os moradores do Povoado Preguiça vivem em situação de Insegurança Alimentar grave e moderada, conforme os parâmetros da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Diante desse cenário, e considerando a necessidade de comprovar o funcionamento regular da instituição junto à comunidade, bem como de superar a fragilidade institucional identificada, foram organizadas, pela autora deste documento, cinco oficinas formativas, a saber: Curso de Noções Básicas de Soberania Alimentar, Noções Básicas de Empreendedorismo, Noções Básicas de Informática, Noções Básicas de Primeiros Socorros e Noções Básicas de Segurança do Trabalho, todas direcionadas aos moradores do povoado.

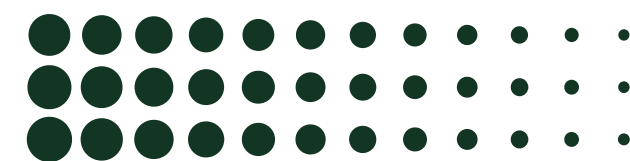




OBJETIVO



Fortalecer os saberes, as práticas e a autonomia dos moradores do Povoado Preguiça, por meio da socialização de conhecimentos construídos nas oficinas comunitárias, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, de vida, de renda e para o fortalecimento da Segurança Alimentar.





Meu nome é Cristiane Neyre Almeida de Jesus, sou pesquisadora e desenvolvi esse trabalho junto com os moradores do Povoado Preguiça, em Indiaroba/SE, aprendendo, escutando e construindo conhecimentos de forma coletiva.

Esta cartilha foi criada para compartilhar os aprendizados das oficinas realizadas com a comunidade. Aqui estão reunidos conhecimentos sobre cuidado com a saúde, segurança no trabalho, soberania alimentar, organização, renda e outros temas importantes para o dia a dia do Povoado.

As oficinas fazem parte da minha pesquisa de doutorado que buscou analisar as condições e os recursos de ordem social, ambiental, econômica e operacional do Povoado Preguiça em Indiaroba/SE,





As oficinas realizadas no Povoado Preguiça contaram com a participação de pessoas que contribuíram com seus conhecimentos e experiências, ajudando a construir este material de forma coletiva



Profa. Isadora Bispo
Enfermeira



Profa. Letícia Caroline
Formada em Letras



Prof Genisson Almeida
Formado em Geografia

Prof Robson
Formado em Matemática



As oficinas realizadas com a comunidade foram construídas de forma participativa, a partir das necessidades do cotidiano, do trabalho da atividade de mariscagem e das condições de vida dos moradores, sendo elas:

- Curso de Soberania Alimentar
- Curso de Noções básicas de Segurança no Trabalho
- Curso de Noções básicas de Empreendedorismo
- Curso de Noções básicas de Primeiros Socorros
- Curso de Noções básicas de Informática

Oficina de Soberania Alimentar

Data: 12/04/2025

Carga horária: 8h

Conteúdo Programático:

Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional
Soberania Alimentar e direito à alimentação adequada
Conservação e armazenamento do marisco
Aproveitamento integral dos alimentos
Alimentação saudável no contexto local



Plantio de sementes



Brigadeiros da biomassa da banana

Oficina de Soberania Alimentar

Data: 12/04/2025



A oficina foi conduzida de forma participativa e dialogada, valorizando os saberes dos moradores, especialmente das marisqueiras e pescadores, que historicamente garantem o alimento das famílias por meio do trabalho no mangue.

Os participantes foram convidados a falar sobre sua rotina, os alimentos que consomem, as dificuldades enfrentadas para garantir a alimentação diária e as mudanças percebidas ao longo do tempo, principalmente após a expansão da carcinicultura na região.

Durante a realização desta oficina, foram discutidos os impactos ambientais e sociais que afetam a disponibilidade dos mariscos e, conseqüentemente, a alimentação das famílias.

A oficina destacou ainda práticas simples para melhorar o aproveitamento dos alimentos, reduzir o desperdício e fortalecer hábitos alimentares mais saudáveis, respeitando a cultura alimentar local, além de compartilhar receitas de alimentos alternativos para geração de renda.

Foram compartilhadas orientações sobre higiene no preparo dos alimentos, conservação do pescado e dos mariscos e cuidados para garantir a qualidade do alimento consumido pelas famílias.

Oficina de Noções Básicas de Segurança no Trabalho

Data: 08/03/2025

Carga horária: 8h

Conteúdo Programático:

O trabalho da mariscagem e seus riscos
Principais acidentes de trabalho na mariscagem
Doenças relacionadas ao trabalho
Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)
Cuidados com postura, esforço físico e exposição ao sol
Saúde da mulher trabalhadora
Prevenção de acidentes



Oficina de Noções Básicas de Segurança no Trabalho

Data: 08/03/2025



Durante a oficina, foram abordados conceitos básicos de Segurança no Trabalho, com ênfase na identificação dos principais riscos físicos, biológicos e ergonômicos presentes na mariscagem, tais como cortes com objetos perfurocortantes, exposição prolongada ao sol, contato com água contaminada, posturas inadequadas e esforços repetitivos.

Ressaltamos ainda, a importância do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à atividade, como luvas, botas, chapéus e vestimentas apropriadas, destacando seus benefícios para a redução de acidentes e doenças ocupacionais.

Foram apresentados orientações práticas sobre cuidados com a higiene pessoal e do ambiente de trabalho, manejo seguro de ferramentas, organização do espaço de trabalho e adoção de pausas para descanso, visando à preservação da saúde física e à melhoria das condições de trabalho. A oficina contou com uma abordagem participativa, estimulando o compartilhamento de experiências vivenciadas pelas próprias marisqueiras, o que possibilitou a construção coletiva do conhecimento e a adequação das recomendações à realidade local.

Por fim, reforçou-se a relevância da segurança no trabalho como um direito fundamental e como elemento essencial para a promoção da qualidade de vida, da dignidade do trabalho e da sustentabilidade da atividade de mariscagem, contribuindo diretamente para a Segurança e a Soberania Alimentar da comunidade.

Oficina de Noções Básicas de Empreendedorismo

Data: 29/03/2025

Carga horária: 8h

Conteúdo Programático:

Noções básicas de empreendedorismo comunitário

Organização do trabalho coletivo

Custos, preços e renda

Agregação de valor ao marisco

Autonomia econômica das mulheres



Oficina de Noções Básicas de Empreendedorismo

Data: 29/03/2025



Durante a oficina, foram apresentados conceitos introdutórios de empreendedorismo, destacando-se a importância da iniciativa, da criatividade e do planejamento na organização de pequenos negócios, especialmente aqueles relacionados às atividades já desenvolvidas pelas marisqueiras, como o beneficiamento, a comercialização e a agregação de valor aos produtos da mariscagem.

Foram abordadas, ainda, noções básicas de planejamento financeiro, incluindo controle simples de receitas e despesas, formação de preços, importância da separação entre finanças pessoais e do negócio, bem como orientações sobre o trabalho coletivo como alternativas para o fortalecimento econômico da comunidade. Também se discutiu a relevância da divulgação dos produtos, do atendimento ao cliente e da qualidade como diferencial competitivo.

Ao final, reforçou-se que o empreendedorismo, quando desenvolvido de forma consciente e coletiva, pode contribuir para o fortalecimento da renda familiar, para a valorização do trabalho das marisqueiras e para a promoção da Segurança e da Soberania Alimentar no território.

Oficina de Noções Básicas de Primeiros Socorros

Data: 15/03/2025

Carga horária: 8h

Conteúdo Programático:

Noções básicas de primeiros socorros

Cuidados com cortes e ferimentos

Desmaios e mal-estar

Picadas e acidentes comuns

Aferição de pressão arterial



Oficina de Noções Básicas de Primeiros Socorros

Data: 15/03/2025



Durante a oficina, foram apresentados conceitos fundamentais de primeiros socorros, enfatizando a importância de manter a calma, avaliar a situação com segurança e acionar ajuda especializada quando necessário. Abordaram-se procedimentos básicos para atendimento inicial em casos de cortes, ferimentos, hemorragias, queimaduras, quedas, desmaios, picadas de animais e mal-estar súbito, destacando-se práticas simples que podem reduzir agravamentos até a chegada do atendimento profissional.

A enfermeira responsável pela atividade realizou, de forma prática e educativa, a aferição da pressão arterial dos participantes, aproveitando o momento para orientar sobre os valores considerados normais, os riscos da hipertensão arterial e a importância do acompanhamento periódico da saúde, sobretudo diante das condições de trabalho e do esforço físico envolvidos na mariscagem. Essa ação possibilitou a identificação de situações que demandam maior atenção e reforçou a relevância do cuidado preventivo.

Oficina de Noções Básicas de Informática

Data: 26/04/2025

Carga horária: 8h

Conteúdo Programático:

Noções básicas de informática

Uso do celular no dia a dia

Acesso à internet e busca de informações

Uso da tecnologia para vendas e divulgação

Cuidados com segurança digital



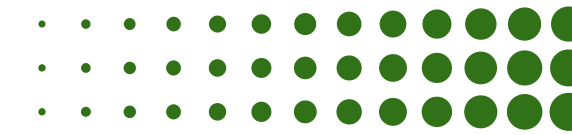
Oficina de Noções Básicas de Informática

Data: 26/04/2025



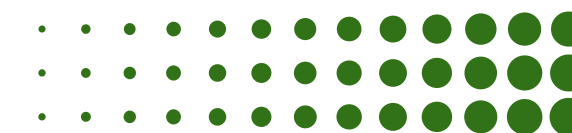
Durante a oficina, foram apresentados conceitos introdutórios de informática, incluindo o reconhecimento dos principais componentes do computador e do celular, noções básicas de funcionamento de equipamentos digitais e orientações sobre o uso seguro da tecnologia. Abordaram-se, de forma prática, o manuseio do teclado e do mouse, a digitação de textos simples, a criação e salvamento de arquivos, bem como o uso básico de aplicativos e ferramentas digitais de uso cotidiano.

Também foram discutidas noções iniciais de acesso à internet, utilização de aplicativos de mensagens, redes sociais e e-mail, destacando sua importância para a comunicação, a divulgação de produtos, o contato com clientes e o acesso a informações e serviços públicos. Além disso, foram reforçados cuidados relacionados à segurança digital, como proteção de dados pessoais, prevenção de golpes e uso consciente das redes.



Essas atividades possibilitaram não apenas o fortalecimento da capacidade organizativa e formativa da comunidade, bem como a ampliação do acesso a conhecimentos essenciais, mas também a produção de evidências formais das ações desenvolvidas pelo Centro Comunitário Praia de Santo Antônio.

Como resultado, foi possível comprovar seu funcionamento regular e contínuo, viabilizando a renovação do cadastro junto ao Programa Mesa Brasil e assegurando a continuidade do recebimento dos donativos, fundamentais para a mitigação da Insegurança Alimentar vivenciada pelos moradores do Povoado Preguiça.





A realização destas oficinas representa um caminho construído de forma coletiva, a partir da escuta, do respeito e da troca de saberes. Cada curso contribuiu para fortalecer o cuidado com a vida, o trabalho e a autonomia dos participantes, valorizando os conhecimentos que nascem da experiência, do território e da maré.

Este material não encerra o aprendizado, mas busca apoiar a continuidade do uso dos conhecimentos compartilhados no cotidiano do Povoado, em momentos de trabalho, organização e convivência.

Que os saberes aqui reunidos sigam fortalecendo os moradores do Povoado Preguiça em Indiaroba/SE





“Não há saber mais, ou saber menos: há saberes diferentes!”
–Paulo Freire.